



PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: Conjuntura, Tendências e Desafios



Alzira Maria Baptista Lewgoy
Ana Lúcia Suárez Maciel
(Organizadoras)




NAVEGANDO

PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL:
Conjuntura, Tendências e Desafios

Alzira Maria Baptista Lewgoy
Ana Lúcia Suárez Maciel
Organizadoras

PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL:
Conjuntura, Tendências e Desafios
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2021



Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com

editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG,

Brasil

Direção Editorial: Navegando

Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena

Imagens Capa: Bruno Todeschini – PUCRS

As imagens da PUCSP e UFRGS foram cedidas pelas próprias universidades


Arte da Capa: Alberto Ponte Preta

A capa faz uma homenagem ao primeiro Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Brasil (PUCSP) e às universidades de vínculo das organizadoras do livro (UFRGS e PUCRS).

Copyright © by autor, 2021.

P9741 – LEWGOY, A. M. B.; MACIEL, A. L. S. (Orgs.). Pós-graduação e produção de conhecimento em Serviço Social: conjuntura, tendências e desafios. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

ISBN: 978-65-81417-32-1

 10.29388/978-65-81417-32-1-0

Vários Autores

1. Serviço Social 2. Pós-Graduação 3. Produção do Conhecimento. I. Alzira Maria Baptista Lewgoy; Ana Lúcia Suárez Maciel II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social

360

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com

editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG

Brasil

Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFMT - Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cílson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucidia Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alicia Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martinez Rosales - Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimès / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena –Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elias-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto Gonzales Aranas -Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba v Cuba

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
<i>Marilda Villela Yamamoto</i>	
APRESENTAÇÃO	17
<i>Alzira Maria Baptista Lengoy - Ana Lúcia Suárez Maciel</i>	
PARTE 1 - PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – CONJUNTURA, CONFORMAÇÃO E DESAFIOS	23
1 - CONJUNTURA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E OS SEUS IMPACTOS NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL: notas sobre o campo da ciência e tecnologia	25
<i>Regina Célia Tamaso Mioto - Solange Maria Teixeira</i>	
2 - PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E TEMAS DE PESQUISA NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: resistências em tempos de crise social e política	41
<i>Joana Valente Santana - Inez Stampa - Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira</i>	
3 - DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: particularidades da Região Sul	65
<i>Olegna Guedes - Giovane Scherer - Thaisa Closs</i>	
4 - ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: considerações da perspectiva discente	83
<i>Tatiane Agostinho Martins - Gracielle Feitosa de Lóiola</i>	
PARTE 2 - TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL	97
5 - DESAFIOS, TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL	99
<i>Luciana Cantalice - Moema Serpa - Rodrigo Teixeira - Tatiana Reidel - Yolanda Guerra</i>	
6 - A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE OS FUNDAMENTOS, A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: mapeamento e problematizações	117
<i>Alzira Maria Baptista Lengoy - Ana Lúcia Suárez Maciel</i>	
PARTE 3 - RESUMOS DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO SEMINÁRIO REGIONAL CONJUNTURA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO	139

EIXO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL	141
QUESTÃO SOCIAL, DEPENDÊNCIA E DESCOLONIZAÇÃO <i>Ricardo Souza Araújo - Marcos Pereira Diligenti</i>	141
ESTADO, NEOLIBERALISMO E PROTEÇÃO SOCIAL: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES PERMANENTES <i>Milena Dorneles Rodrigues - Ana Carolina Vaz dos Santos</i>	143
A “DESEVENTIZAÇÃO” DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: OFENSIVA DO CONSERVADORISMO EM DEBATE <i>Isadora Rech Andrighetti - Suellen Bezerra Alves Keller</i>	145
CAPITALISMO E ALIANÇA CONSERVADORA-NEOLIBERAL: A NEGAÇÃO DE DIREITOS COMO RESPOSTA À IDEOLOGIA DA CRISE <i>Suellen Bezerra Alves Keller - Rene José Keller</i>	148
SERVIÇO SOCIAL E A LUTA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO PELO DIREITO À CIDADE EM PORTO ALEGRE/RS <i>Juanita Natasha Garcia de Oliveira - Tháisa Teixeira Closs</i>	150
DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA ÀS MEDIDAS DE PROTEÇÃO: ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM PORTO ALEGRE <i>Micheli Viegas Bento - Tháisa Teixeira Closs</i>	152
A DIMENSÃO ÉTICA NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ESPANHA: DADOS PRELIMINARES DE PESQUISA INTERNACIONAL <i>Tatiana Reidel - Anderson da Silva Fagundes - Carolina Medina Ribeiro dos Santos Elisiane Wolf de Fraga</i>	154
O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO FACEBOOK <i>Caroline Morsch</i>	156
REFLEXÕES SOBRE O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NA REALIDADE BRASILEIRA: IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL <i>Ana Carolina Vaz dos Santos - Milena Dorneles Rodrigues - Solange Emilene Berwig</i>	159
EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	163
“NO OLHO DO FURACÃO”: ESTÁGIO REMOTO EM SERVIÇO SOCIAL, REFLEXÕES INQUIETAÇÕES E PROVOCAÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA <i>Inês Amaro da Silva - Glória Maria Albuquerque Martins Berlitz - Juliana Vargas</i>	163

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À ÁREA SOCIOAMBIENTAL: UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA EM UM GRUPO DE PESQUISA <i>Shirley Vitória Teixeira de Menezes - Deidra Frazão Marinho - Juliane de Lima Leite Sarab Thays Nascimento Andrade</i>	165
A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS REPRESENTATIVOS DA CATEGORIA PROFISSIONAL PARA A MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS/CRESS <i>Jamille Freire Luz Benevides</i>	167
DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL NO PROCESSO DE SUPERVISÃO DIRETA EM SERVIÇO SOCIAL <i>Lucilene da Silva Stiff</i>	169
AS MEDIAÇÕES DAS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL <i>Mariana Marques Sebastiany</i>	171
O ESTADO DA ARTE SOBRE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: caracterização e tendências do período 2010 a 2019 <i>Ana Lúcia Suárez Maciel - Jucineide Teresinha da Silva Ferreira - Michael da Costa Lampert - Vanessa Lúcia Santos Azevedo</i>	173
A TRANSVERSALIDADE NO ENSINO DOS FUNDAMENTOS NO SERVIÇO SOCIAL <i>Paula Duarte Mohr - Vanessa Maria Panozzo</i>	175
A EXPERIÊNCIA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETOS DE PESQUISA SOBRE A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL <i>Brenda Melgarejo</i>	178
INCIDÊNCIA ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO NO CONTEXTO DA COVID-19 <i>Michael da Costa Lampert - Mailz Garibotti Lusa - Loiva Mara de Oliveira Machado</i>	180
EIXO TRABALHO PROFISSIONAL	183
SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO SUL I: ESTUDO DOS IMPACTOS DO MUNDO DO TRABALHO NA FORMAÇÃO E NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL <i>Gessica dos Santos Machado Lopes</i>	183
INVESTIGAÇÃO SOBRE A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA <i>Maiara Cemin Cagliari - Alzira Maria Baptista Lengoy</i>	185

ENTRE SEDUÇÕES, AMEAÇAS E SEGREDOS: APREENSÕES SOBRE O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR <i>Ana Carolina Segobio Rios</i>	187
FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA UMA PRÁXIS ANTIRRACISTA <i>Loiva Mara de Oliveira Machado - Daniela Ferrugem</i>	189
O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA <i>Joana de Hamburgo</i>	191
FORMAÇÃO OU DEFORMAÇÃO: QUAL A TRILHA PEDAGÓGICA DA RIS/GHC? <i>Vanessa Lúcia Santos de Azevedo</i>	194
A ATUAÇÃO DA SECCIONAL DE CASCAVEL POR MEIO DA COFI NO ANO DE 2019 <i>Paloma Andressa Xavier de Paula - Adriene Marta Zefiro de Lima Muller</i>	196
O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL E A DEFESA DA DIREÇÃO CRÍTICA DA PROFISSÃO NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ENSINO: O CASO CONCRETO DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO DA PREFEITURA DE SAPUCAIA DO SUL NO RIO GRANDE DO SUL <i>Ariely de Castro Silva - Roselaine Machado</i>	199
A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: ESTUDO DA PARTICULARIDADE IBERO-AMERICANA <i>Alzira Maria Baptista Lengoy - Alcina Martins - Claudia Monica dos Santos</i>	201
POSFACIO <i>Jussara Maria Rosa Mendes</i>	205
SOBRE OS/AS AUTORES/AS	207

PREFÁCIO¹

O livro *Pós-graduação e Produção do conhecimento em Serviço Social. Conjuntura, tendências e desafios*, organizado pelas pesquisadoras Alzira Maria Baptista Lewgoy e Ana Lúcia Suárez Maciel, é uma oportuna, necessária e inédita publicação sobre a temática. Ela abre horizontes à pesquisa e a produção de conhecimentos, à formação acadêmico profissional e ao trabalho do assistente social na história contemporânea mediante provocativo debate. O leitor tem em mãos resultados do Seminário Regional sobre a Pós-Graduação no Brasil e seus impactos no Serviço Social, que atribui visibilidade à produção e troca de conhecimentos sobre a formação em Serviço Social. Este seminário foi organizado por grupos de estudos² vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o apoio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS- Regional Sul I).

O livro encontra-se dividido em 02 partes voltadas respectivamente à (i) Pós-Graduação em Serviço Social – conjuntura, conformação e desafios; (2) Tendências da produção do conhecimento em Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional. Reúne ainda os resumos dos trabalhos apresentados no Seminário Regional: Conjuntura e Produção do conhecimento sobre formação em Serviço Social na Pós-Graduação.

Nesses tempos de crise do capital, a hegemonia das finanças, materializada em bancos e fundos de investimentos, opera em detrimento do crescimento da produção e dos serviços, com decisiva ingerência do Estado, especialmente via pagamento da dívida pública. Desenvolve-se um abissal crescimento das desigualdades e de acesso aos meios de vida para segmentos majoritários das classes trabalhadoras no Brasil. Sob o condão do *ultraliberalismo*, tem-se o culto ao mercado e a privatização dos serviços e empresas públicas. No contexto atual do País, a crise desborda para o âmbito político-institucional, ao colocar em questão a ordem constitucional no país, a democracia liberal e os valores civilizatórios. Ela se amplia com a crise sanitária e a irresponsabilidade do Governo no seu enfrentamento, com aproximadamente 600 mil vítimas da covid19, cifra que ultrapassa muitos dos conflitos bélicos mundiais. São nesses tempos de “desassossego”, como diria Guimarães Rosa, que é lançada esta coletânea. No terreno da resistência, aqui se valoriza o trabalho da ciência e da

¹ DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.13-16

² Grupo de Estudos sobre Gestão Social e Formação em Serviço Social (FORMASS) da PUCRS e Grupo de Estudos sobre a formação e exercício profissional em Serviço Social (GEFESS) da UFRGS.

educação superior, apresentando um quadro da formação e da produção acadêmica ao nível da pós-graduação no Serviço Social brasileiro.

A emergência da pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil, ocorre na década de 1960. Na área de Serviço Social ela inaugura-se uma década após, no início de 1970, com a emergência dos primeiros mestrados de forma pioneira na América Latina. A produção deles oriunda amplifica a pesquisa e a produção científica, viabilizando os cursos de doutorado, a partir da década de oitenta do século XX. A expansão qualificada da produção científica na área de Serviço Social vai soldando o seu reconhecimento acadêmico como área de conhecimento pela comunidade científica e pelos órgãos de fomento à pesquisa, sendo hoje uma das 49 áreas de conhecimento reconhecidas pela CAPES.

O livro reúne vários interlocutores, inspirados em variadas abordagens teórico-metodológicas, que se unem na resistência política ao aligeiramento e à mercantilização do ensino superior, aos ataques à ciência e à razão crítica; e contra o *des*financiamento da educação e da pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais e humanas. Estas são desvalorizadas em favor das áreas tecnológicas e de inovação numa perspectiva utilitarista e pragmática. O Estado, por meio de suas políticas de ciência e tecnologia e de ensino superior vem contribuindo para estreitar vínculos entre a educação superior e a ciência com o “mercado”. Ele canaliza esforços científicos e educacionais resultantes do trabalho social para serem gratuitamente apropriados como força produtiva do capital. Os resultados de pesquisas nas áreas das chamadas de “ciências duras” são incorporados, sem custos, por capitais na sua forma produtiva no maquinário mecânico, eletrônico e, após os anos 1970, nas tecnologias de informação/comunicação (TICS) e na inteligência artificial (IA). As conquistas da ciência e da tecnologia contribuem para ampliar a força produtiva social do trabalho, capaz de gerar importantes diferenciais de competitividade e lucratividade. A ciência, fruto do trabalho social, torna-se para o capital uma “força produtiva”³ por excelência. Ela se apresenta ao trabalhador como algo alheio e externo: e o trabalho vivo aparece subsumido ao trabalho objetivado no maquinismo enquanto capital fixo, como aplicação tecnológica da ciência: “*Dar à produção um caráter científico é, por fim a tendência do capital e se reduz o trabalho a mero momento desse processo*” (MARX, 1978, p. 221, grifos nossos)

A tecnologia quando tratada em si mesma é reificada e destituída do sentido histórico que lhe é atribuído no seu emprego pelo capital. Apreende-se como natural o processo capitalista de produção voltado à reprodução ampliada do valor e da mais-valia e o fosso de desigualdades por ele (re)criado na relação com o universo do trabalho. À medida que as relações sociais vigentes são tidas

³ MARX, K. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (GRUNDRISSE) 1857-1858. v. 2. 7. ed. México: Siglo XXI ed., 1978.

como “dadas” e imutáveis, não caberia investir recursos públicos em ciências humanas e sociais que têm como matéria de seus estudos os sujeitos em suas relações sociais historicamente circunscritas. Essas formas históricas de sociabilidade – que as ciências humanas e sociais se propõem a explicar – envolvem desigualdades de classes, opressões de raça e etnias, geracionais, territoriais, de gênero, de orientação sexual, entre outras, presentes na formação sócio-histórica de nosso país.

A lógica acima exposta de forma sintética subjaz às transformações recentes operadas nos órgãos oficiais de fomento à pesquisa (CNPQ) e ao ensino pós-graduado (CAPES), no estreitamento dos laços entre universidade pública e empresas capitalistas. As políticas de ciência e tecnologia e de educação superior velam, em vez de revelar, as múltiplas implicações da orientação impressa aos órgãos de fomento.

O leitor encontra neste livro um cuidadoso quadro da Pós-Graduação na área de Serviço Social no Brasil em sua distribuição regional, áreas de concentração e núcleos de pesquisa. Em 2019, ela contava com 36 cursos de mestrado e 22 cursos de doutorado, com foco prioritário nas áreas de concentração de Serviço Social e Política Social, aliada à crescente incorporação dos temas trabalho e questão social, segundo a pesquisa aqui contida.

As particularidades do Pós-Graduação em Serviço Social na Região Sul do país têm destaque, cuja inauguração, em 1977, coube ao pioneirismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). A Região conta, em 2019, com 06 cursos de mestrado e 04 de doutorado, em 2019, nas seguintes universidades: PUC-RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), (Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC,) Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná, (UNIOESTE).

Também sobressai um panorama do ensino remoto na pós-graduação em tempo de pandemia, sob a ótica dos discentes. As desistências se acentuam com o corte de bolsas e recursos, assim como o agravamento do adoecimento na vida acadêmica, especialmente o sofrimento psíquico. Conclama-se a necessidade de construção na pós-graduação de estratégias que incorporem determinações de classe, de raça e etnia e de gênero, considerando a permanência estudiantil para além de bolsas e o reforço da organização política discente.

As tendências da produção do conhecimento em Serviço Social, com relevo aos eixos dos fundamentos, da formação e do trabalho profissional, revelam-se nos magnos eventos dos assistentes sociais no país: os Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores (ENPESS). A fecunda pauta temática indica a ênfase no Serviço Social, em suas múltiplas dimensões, debates no campo da Ética e dos direitos humanos, aproximação do Serviço Social aos movimentos sociais, à questão

agrária, urbana e ambiental, incluindo também relações de exploração/opressão de raça e etnia e sexualidades.

O livro oferece aos leitores uma necessária e provocativa pauta temática capaz de impulsionar estudos e pesquisas na órbita dos fundamentos do Serviço Social na atualidade.

O privilégio da teoria social crítica no campo dos fundamentos aponta para um duplo e central desafio, anunciado neste livro: o primeiro é aprofundar a noção mesma de fundamentos do Serviço Social; a segunda é problematizar o significado da majoritária opção pela teoria social de Marx e sua tradição intelectual na fundamentação de produções teóricas que têm o Serviço Social como objeto de estudo. Surge, então, uma pergunta que não pode e nem deve calar: que lugar tem a Crítica da Economia Política, expressa em *O Capital*, obra principal de Marx, na construção teórica dos fundamentos e nas produções que anunciam a afinidade eletiva do Serviço Social e a teoria social desse autor?

Na oportunidade, expresse meus especiais agradecimentos às organizadoras desta importante coletânea pelo honroso convite para redigir este prefácio. Saúdo os/as autores/as dos textos aqui reunidos por este trabalho coletivo de interesse público, em especial de todas e todos assistentes sociais no Brasil.

Este livro é de interesse de docentes, discentes e pesquisadores que têm se dedicado aos estudos da pós-graduação *stricto sensu* no país e à sua produção de conhecimentos, particularmente na área de Serviço Social.

Juiz de Fora, Minas Gerais, às vésperas da primavera em 2021.

Marilda Villela Yamamoto.

Prof. Titular aposentada da UERJ/ UFRJ

Pesquisadora do CNPQ

APRESENTAÇÃO*

O que se espera deste nível de formação pós-graduada? O que se espera de nossas universidades e dos compromissos sociais que as novas gerações de pesquisadores e cientistas buscam em nossa labuta acadêmico-científica?
Wanderley (2017, p.139).

A epígrafe que menciona a indagação sobre os rumos da formação da pós-graduação foi escolhida, não só por expressar o caminho e o esforço científico que perpassa no cenário atual os processos de ensino na pós-graduação, mas também por balizar o caminho percorrido das (os) autoras (es) para evidenciar os processos que envolvem o debate sobre os fundamentos, a formação e o trabalho profissional em Serviço Social.

O presente livro é um dos produtos do *Seminário regional sobre conjuntura e produção de conhecimento sobre formação em Serviço Social na pós-graduação*, realizado de modo virtual nos dias 22 e 23 de setembro de 2020, numa iniciativa conjunta do Grupo de Estudos sobre Gestão Social e Formação em Serviço Social - FORMASS, vinculado ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e do Grupo de Estudos sobre Formação e exercício profissional em Serviço Social - GEFESS, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS), com o apoio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS - Regional Sul I.

O Seminário teve como objetivo geral fomentar o debate e a troca de conhecimentos entre pesquisadores, acadêmicos e egressos que se debruçam sobre a produção de conhecimento no eixo dos fundamentos, formação e trabalho em Serviço Social. E como objetivos específicos debater sobre a conjuntura atual da pós-graduação no Brasil e os seus impactos na área do Serviço Social; favorecer a socialização da produção de conhecimento sobre a formação em Serviço Social no âmbito dos PPGSS e Sistematizar o conhecimento produzido no âmbito dos PPGSS participantes no evento, no que se refere ao objeto de estudo: formação em Serviço Social. Acerca do público participante, destacamos a presença de 165 pessoas na condição de pesquisadores, acadêmicos e/ou egressos dos Programas de pós-graduação em Serviço Social da Região Sul, e Brasil, especialmente, os que elegem o objeto de estudo: formação em Serviço Social.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.17-22

A estrutura do livro que ora chega às mãos dos leitores busca socializar as apresentações que foram realizadas naquela ocasião pelos palestrantes convidados, evidentemente ampliadas e revisadas pelos mesmos para serem compartilhadas na versão escrita, sob forma de um conjunto significativo de capítulos. Assim, os capítulos que compõem este livro abordam temas cruciais e, extremamente atuais, acerca da conjuntura, conformação, tendências e desafios da pós-graduação em Serviço Social no Brasil.

Na primeira parte do livro, são compartilhados os textos que foram produzidos, a partir da exposição feita por ocasião do referido Seminário. Esta seção é aberta pelo capítulo intitulado CONJUNTURA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E OS SEUS IMPACTOS NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL: notas sobre o campo da ciência e tecnologia, de autoria de Regina Célia Tamaso Miotto e Solange Maria Teixeira. As pesquisadoras contribuem de forma competente na análise da conjuntura da pós-graduação brasileira, o seu impacto na área profissional, as propostas de mudanças e as tendências anunciadas. Análise a partir da leitura marxista, de uma atualização da superestrutura, adequada para reproduzir a ordem posta pelo atual modelo de acumulação capitalista flexível, financeirizado, globalizado e neoliberal, que cunha o terreno da ascensão da extrema-direita. O desenho exposto da conjuntura pelas autoras atinge frontalmente o campo das ciências humanas e sociais, considerando o enquadramento do financiamento da pesquisa operada pelo CNPq às diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia, que define como prioridades, os projetos voltados para a área de Tecnologias, confirmando, assim, o apagamento de qualquer referência às ciências humanas e sociais. O texto esclarece o desmonte das agências de fomento à pesquisa e pós-graduação (CAPES, CNPq), através de proposta de fusão e reconfiguração dessas agências e de reforma administrativa do Estado, e de como vêm acontecendo as propostas de mudanças num contexto em que prevalece a desqualificação e negacionismo da ciência, o de cancelamento das ciências humanas e sociais, o ataque à autonomia universitária e à liberdade acadêmica.

O segundo capítulo, de autoria de Joana Valente Santana, Inez Stampa e Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira, aborda a PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E TEMAS DE PESQUISA NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: resistências em tempos de crise social e política. As autoras e o autor nos brindam com reflexões que abrangem a recente conjuntura de desfinanciamento do ensino superior e da pesquisa e suas vinculações com a produção de conhecimento sob o predomínio da tecnociência subordinada ao mercado. Abrangem também neste contexto o desmonte das políticas públicas sociais, em favor dos interesses do capital, o corte no financiamento à educação pública como lugar de destaque, e a pós-graduação, em especial, os cursos das ciências humanas, ciên-

cias sociais e ciências sociais aplicadas, onde se insere a área de Serviço Social, que têm sofrido forte desfinanciamento e ataques ao pensamento crítico profissional. É apresentado um levantamento minucioso das áreas de concentração e das temáticas dos grupos de pesquisa dos docentes permanentes dos 36 Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social, referente ao ano de 2019, com identificação de 313 grupos, e indicação das tendências da pesquisa na área de Serviço Social.

Olegna Guedes, Giovane Scherer e Thaisa Closs são os autores do terceiro capítulo que se dedica a refletir sobre os DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: particularidades da região sul. Os professores demonstram com qualidade os desafios contemporâneos à pós-graduação na área de Serviço Social, situando as particularidades da região Sul I, formada pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, haja vista a relevância dos programas dessa região para a realidade local em termos da formação de docentes e pesquisadores, e à produção de conhecimento. É apresentado a gênese e o crescimento dos programas da área na região, o registro do primeiro programa implementado na década de 1970, na PUCRS, e o contexto atual, com seis cursos de mestrado e quatro de doutorado. É problematizado a significativa expansão a partir dos anos 2000, período de profundas transformações no âmbito do ensino superior, sob o espectro da reforma do Estado e da política neoliberal que a caracteriza, a pós-graduação nos últimos vinte anos, considerando que a região Sul I não está alheia à crescente consolidação de grandes oligopólios na disputa pelo domínio do mercado da educação.

O quarto capítulo, denominado ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: considerações da perspectiva discente, elaborado por Tatiane Agostinho Martins e Gracielle Feitosa de Loiola, é nos apresentado pelas discentes com uma primorosa reflexão do cenário da pós-graduação no Brasil, em meio ao cenário caótico da pandemia do COVID-19, que passa por um processo de mercantilização auferindo particularidades em um contexto de crise pandêmica, política e econômica. É exposto os inúmeros desafios postos aos estudantes brasileiros, como os reiterados ataques à educação brasileira e ao ensino superior, em particular às áreas de ciências humanas e sociais; criação de metas inatingíveis para descredenciar os programas; a competição entre as Unidades de Formação Acadêmicas - UFAS, coerente com a lógica empresarial e mercantil; os rebatimentos no processo de formação, o adoecimento e a permanência dos discentes na pós-graduação no Brasil. Abalizam as temáticas que precisam permear a formação em Serviço Social e que se refletem no perfil dos seus discentes de graduação. E também assinalam nesse cenário, para os/as discentes de pós-graduação, agregar-se a luta pela defesa da ciência, em franco desmonte e desfinanciamento nos últimos

anos, encorajando que "*Ninguém solta a mão de ninguém*".

Na segunda parte do livro, intitulada TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL, os leitores encontrarão ainda os textos que foram produzidos, a partir da exposição de encerramento das discussões do referido Seminário. A abordagem do tema DESAFIOS, TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL, é enfrentada pelos membros do GTP da ABEPSS, pelos(as) professores, Luciana Cantalice, Moema Serpa, Rodrigo Teixeira, Tatiana Reidel e Yolanda Guerra, da gestão 2019-2020, através de uma criteriosa problematização sobre as tendências, as possibilidades e os desafios postos à pesquisa e à produção do conhecimento em Serviço Social no tempo presente. Tempo esse decifrado pelo GTP em que a luta de classes se torna cada vez mais aparente e a burguesia encontra-se facilitada para sofisticar suas artimanhas e utilizar-se do aparato do Estado brasileiro, no avanço das pautas vinculadas a contrarreformas. Tempo também compreendido como um momento ímpar na história de avanços genocidas e de desmonte do Estado, em que a crise econômica e ambiental é acentuada pela pandemia da Covid-19.

O sexto e último capítulo de autoria das organizadoras do livro, Alzira Maria Baptista Lewgoy e Ana Lúcia Suárez Maciel, sob o título A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE OS FUNDAMENTOS, A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: Mapeamento e Problematizações, objetiva sistematizar os trabalhos apresentados no Seminário Regional sobre conjuntura e produção de conhecimento, de modo a refletir acerca das tendências da produção da área. As autoras avaliam que essa produção expressa a apreensão pela categoria profissional de temas/recortes de objetos de pesquisa e/ou debate avaliados como relevantes e atuais, além de sinalizarem as metodologias de pesquisa e os aportes teóricos que vem alicerçando tal produção.

Finalizando os capítulos apresentamos a última sessão dedicada a compartilhar os RESUMOS dos trabalhos apresentados no Seminário. Esta sessão apresenta um desenho das tendências dos estudos vinculados aos grupos de pesquisa, no eixo dos Fundamentos, Formação e Trabalho profissional, cuja autoria traduz a diversidade do público participante do mesmo.

Ao término desta apresentação, as organizadoras gostariam de expressar os seus agradecimentos ao coletivo de autores que, durante o Seminário, contribuíram como expositores representando as organizações mais importantes da área e do campo científico-acadêmico do país.

Em igual importância, registramos o nosso profundo reconhecimento aos coordenadores das sessões de apresentações dos trabalhos, os nossos parceiros Prof. Alfredo Batista (UNIOESTE), Profa. Inez Zacarias (UFSC)

e Profa. Thaisa Closs (UFRGS), pela leitura atenta e análise dos trabalhos, assim como às contribuições valiosas no debate acerca dos eixos fundamentos, formação e trabalho profissional por ocasião das sessões de apresentação dos mesmos durante o referido Seminário.

Nossos agradecimentos à Comissão Organizadora, em nome das bolsistas de iniciação científica: Brenda Melgarejo (UFRGS) e Maira Cemin Cagliari (UFRGS), bem como as mestrandas Ana Carolina Vaz (PUCRS), Bruna de Brum Cabral (UFRGS) e Carla Jacques (PUCRS) que contribuíram para a realização do seminário.

Sublinhamos o apoio institucional da ABEPSS, Região Sul I, através da participação ativa na organização e representação da Vice coordenação regional da pós-graduação, na pessoa do Prof. Giovane Scherer e da Vice presidenta da Região Sul I, Profa. Thaisa Closs. Também registramos o apoio do GTP Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho profissional da ABEPSS representado no seminário pela Profa. Moema Serpa. E a nossa aguerrida Profa. Esther Luiza de Souza Lemos, presidenta da ABEPSS no período de realização do evento, fica o nosso agradecimento especial pela sua presença, participação e contribuição no seminário.

Registramos, por fim, o apoio financeiro aportado pelo Programa de Pós- Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS, de suma importância para a produção deste livro, sublinhando que um empreendimento como este, diante da conjuntura atual, se reveste de importância, pois revela a capacidade do coletivo em se organizar para enfrentar a complexidade que a vida e o trabalho remoto vem nos impondo desde o início de 2020.

Esta obra foi escrita no contexto da pandemia do novo coronavírus que, em meados de abril, no momento de finalização desta obra, contabilizava 353 mil óbitos no Brasil, números que cresceram de maneira vultuosa desde a realização do seminário em setembro 2020. Diante desse cenário, queremos referenciar os nossos colegas assistentes sociais, ceifados pela Covid 19, muitos deles dedicados à formação, à pesquisa e à produção de conhecimento na área. Nosso reconhecimento e reafirmação de que “nosso luto se transforma na nossa luta”!

Desejamos aos leitores uma profícua leitura e esperamos que este livro seja mais uma contribuição a serviço do debate, organização e articulação orgânica da nossa categoria profissional no âmbito da sua pós-graduação.

Porto Alegre, primavera de 2021.

Alzira Maria Baptista Lengoy

Ana Lúcia Suárez Maciel

As organizadoras

PARTE 1

PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL –
CONJUNTURA, CONFORMAÇÃO E DESAFIOS

1

CONJUNTURA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E OS SEUS IMPACTOS NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL: notas sobre o campo da ciência e tecnologia*

*Regina Célia Tamaso Mioto
Solange Maria Teixeira*

Introdução

O debate sobre a conjuntura da pós-graduação e os seus impactos na área do Serviço Social passa necessariamente pela consideração de duas instituições centrais na formação em nível de pós-graduação no Brasil que são a CAPES e o CNPq. Portanto, não é por acaso que estão participando desse debate docentes pesquisadores da área de Serviço Social que, no momento, ocupam posições no quadro organizacional destas instituições. Particularmente, é a partir do lugar que ocupamos como membros do comitê assessor da área de Psicologia e Serviço Social no CNPq que nossas contribuições se demarcam no campo da ciência e da tecnologia. Como é do conhecimento geral o CNPq é a fundação pública estruturante do processo de desenvolvimento da ciência e tecnologia no país. Fundado em 1951 veio materializar a ideia construída pelos cientistas brasileiros desde 2019, com a Associação Brasileira de Ciência, de criar uma agência de fomento à pesquisa no país.

A sua trajetória desde sua criação foi permeada por altos e baixos, mas sempre esteve umbilicalmente associado ao desenvolvimento e institucionalização da ciência e tecnologia no Brasil. Por isso, os mais expressivos cientistas e pesquisadores brasileiros se vinculam a sua trajetória para o cumprimento de sua finalidade que é a de “[...] promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência e tecnologia”(BRASIL, 2002). Atualmente está vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e organiza-se em diretorias, a partir de sua presidência. Dentre as diretorias estão aquelas que agrupam as áreas e sub-áreas de conhecimento que sustentam a pesquisa e a produção de conhecimento no país. Nesse contexto, o Serviço Social, como área de conhecimento, teve seu reconhecimento no CNPq na área das ciências sociais aplicadas nos anos de 1980 e vincula-se a diretoria de Ciências Humanas e Sociais. Nesta diretoria participa do Comitê de Assessoramento Psicologia e Serviço Social.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.25-40

Este Comitê, assim como todos os demais, tem a função de prestar assessoria ao CNPq na formulação de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos à sua área de competência, bem como na apreciação das solicitações de bolsas e auxílios.

O Serviço Social, desde o seu reconhecimento como área de conhecimento, passou a contar com significativa contribuição do CNPq no fomento à pesquisa e a formação de pesquisadores. Portanto, o desenvolvimento científico da área está altamente vinculado à capacidade do CNPq, através de sua política institucional, em atender as demandas do Serviço Social. É justamente o reconhecimento da diminuição crescente das possibilidades das instituições de pesquisa atenderem as demandas das ciências que compõem o Colégio de Humanidades, como as áreas Humanas e Sociais, dentre elas as do Serviço Social, especialmente demandas e expectativas da área para o desenvolvimento científico comprometido com seu projeto ético-político que a discussão se coloca. Para participar dela as nossas observações se direcionam a partir de dois eixos. O primeiro relaciona-se a conjuntura histórica da produção do conhecimento, a partir da qual destaca-se alguns aspectos que demarcam o momento atual no campo da ciência e tecnologia e o segundo trata dos impactos para a área de Serviço Social.

Considerações sobre a conjuntura brasileira no campo da ciência e tecnologia

Sobre a conjuntura desastrosa que vivemos hoje no campo da pós-graduação e da pesquisa não é nada nova a afirmação de que ela é fruto do contexto de um país que se insere periféricamente no âmbito do capitalismo mundial, que atravessa mais uma de suas crises cíclicas. Talvez a mais grave delas e na qual a barbárie chega a níveis não imaginados até alguns anos atrás.

Para entender os rumos das agências de fomento à pesquisa no Brasil, precisamos fazer uma análise que envolve dois momentos entrelaçados: i) movimento externo e mais amplo das relações entre estrutura e conjuntura, modelo de acumulação e de regulação social e o lugar da ciência e da tecnologia; ii) movimento interno de ajuste estrutural à economia globalizada, à nova ordem mundial de maneira subordinada/dependente que o país se insere desde os anos de 1990.

No primeiro movimento, é preciso situar a conjuntura de crise cíclica/sistêmica do capitalismo (1970 e de 2008) e o recrudescimento das saídas neoliberais ortodoxa/ultraneoliberais e neoconservadora de extrema direita. Desde então, e mais especificamente pós-2008 ocorre o que Dardot e Laval (2016) vão denominar de virada neoliberal, em que o neoliberalismo não

se configura apenas como uma política econômica, uma ideologia, mas uma nova racionalidade que chega a todos os níveis da vida social e gera subjetividades baseada na primazia do mercado e da competição. Trata-se na leitura marxista de uma atualização da superestrutura, adequada para reproduzir a ordem posta pelo atual modelo de acumulação capitalista flexível, financeirizado, globalizado e neoliberal que criou o terreno da ascensão da extrema direita.

A “Nova Direita” e sua versão mais extremada, segundo Brown (2019) decorrente dos ressentimentos em torno das políticas de inclusão social, de igualdade e respeito às diferenças, e perda de supremacia branca, masculina, cristã cria espaços para extrema direita, marcada pela combinação de libertarismo, moralismo (valores tradicionais conservadores), autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo que se somam ao neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão ao trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade (BROWN, 2019).

Uma característica dessa extrema direita são os ataques a ciência e a razão, a racionalidade; rejeitam afirmações baseadas em fatos, na argumentação racional, na credibilidade e responsabilidade (BROWN, 2019), assim como o igualitarismo, o estatismo, as políticas de inclusão. Sua expansão ataca também segundo Chauí (2019) duas dimensões da democracia: a social-democracia (políticas universalistas e o politicamente correto) e os regimes políticos democráticos (abertos demais às pressões populares, ao controle social).

Adorno e Horkheimer (1985), anos antes da referida crise cíclica/sistêmica, já haviam denunciado que o capitalismo monopolista tardio, tinha transformado a ciência e a técnica/tecnologia em uma ideologia, a serviço do capital, do aumento da produtividade, do ritmo de trabalho, da sujeição do trabalhador e de sua autonomização dos processos sociais. Uma condição em que o mercado e a competição compõe o modelo de normatividade de vida e de relações sociais. Dessa forma, conseqüentemente, os usos e apropriações da tecnologia e do saber se movem pelos interesses do grande capital e reproduzem desigualdades e assimetrias.

Nesse contexto, segundo Neder (2017, p. 6) a tecnologia está entre os determinantes que levam a situações estruturais de desigualdade na reprodução das classes e na estratificação a sociedade brasileira. Isso acontece à medida que ela exige “[...] operadores tecnológicos cujas identidades, contextos socioeconômicos e conjuntos de interesses” que reproduzam decisões e retroalimentem as “assimetrias sociais preexistentes”. Para o autor a (re)produção social da desigualdade amplificada (larga escala) no conjunto das relações sociais se realiza também mediante os dispositivos tecnológicos, que sob a égide do determinismo tecnológico e da neutralidade legitimam novas formas de desigualdade.

As saídas das crises são sempre acompanhadas de avanços técnico/tecnológicos e sua centralização e concentração e de busca de renovadas políticas de investimentos em pesquisas. O que deixa a mostra as contradições, pois justamente no momento em que o conhecimento, as inovações e os processos tecnológicos passam a ser condição de desenvolvimento econômico e este desenvolvimento econômico se torna o condicionador da própria produção do conhecimento.

O segundo movimento é o que ocorre na periferia do sistema capitalista e em países, como o Brasil, e o lugar que a ciência e a tecnologia ganha, mas especialmente, a inovação e as tecnologias, ou seja, o movimento interno de ajuste estrutural à economia globalizada, à nova ordem mundial de maneira subordinada/dependente. A periferia sempre utilizou o recurso da superexploração da força de trabalho para equalizar as perdas na balança comercial com os países desenvolvidos e utilizou largamente tecnologia obsoletas destes, em momentos que eles investiam em novas tecnologias. O ajuste estrutural à nova ordem mundial tem a longo prazo promovido processos de reprimarização da economia (economia das *comodities*), desindustrialização, renovação dos mecanismos de superexploração e coloca a necessidade premente para a burguesia brasileira de desenvolver inovações e tecnologias, via direcionamento das agências públicas de fomento à pesquisa, pressionando por seu redirecionamento para atender aos interesses do capital.

Assim, a raiz da compreensão do problema nos remete a essa conjuntura que começou a ser gestada nos anos de 1970, com novas dimensões a partir de 2008, com a crise financeira mundial, quando se desencadeou no campo econômico a integração, sem precedentes, de mercados e o aumento exponencial das possibilidades de comunicação nos campos científico-tecnológico e da cultura. Com isso se alterou substancialmente as relações políticas, que trouxeram outra configuração às relações entre as economias, as sociedades e os Estados Nacionais. A partir de então, instaura-se uma nova forma de produzir conhecimento marcado pela parceria entre universidades e empresas onde as vantagens e os ganhos comerciais passam a jogar papel importante na produção do conhecimento científico e tecnológico, no capitalismo central e no periférico.

Nesse contexto a condução e implementação das relações entre empresa e universidade será gerida pelo Estado que passa a desempenhar papel importante tanto na regulação dessas relações como na indução de programas de pesquisa que venham atender tanto os interesses dominantes como a solução de problemas da sociedade.

Assim, instaura-se um novo modo de produção do conhecimento através da articulação entre Estado, universidade e empresa o qual foi denominado por Trigueiro (1999 *apud* SILVA *et al.*, 2005) como tripla hélice.

Este novo modo de produção do conhecimento implica na afirmação da lógica utilitarista no âmbito da pesquisa e da formação de pesquisadores, configurando um novo modo de organização da universidade. Essa nova configuração foi amplamente debatida por Chauí (2003) sob a denominação de universidade operacional. Para autora esta universidade se define e se estrutura “[...] por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual” (CHAUI, 2003, p. 7), se torna pragmática na busca de inovação e desenvolvimento tecnológico.

No Brasil esta nova lógica foi sendo incorporada cada vez mais na condução das políticas de ciência e tecnologia do país afetando progressivamente as configurações das agências envolvidas na produção do conhecimento e na formação de pesquisadores. Ou seja, no reforço da pesquisa centrada na acumulação da riqueza e no conhecimento se afirmando cada vez mais como mercadoria. Tal tendência vai sendo impressa na realidade brasileira e, mesmo nos governos petistas, a questão do financiamento da ciência e tecnologia será problemático. Nesse período não se pode desconsiderar a Lei de Inovação Tecnológica. Esta Lei (10.973/2004) de 2 de dezembro de 2004, complementada pela Lei nº 11.196 de 21/11/2005, conhecida como Lei do Bem, passa a permitir a subvenção econômica e isenção fiscal às empresas que realizarem atividades de pesquisa visando a inovação tecnológica, através apenas de uma auto-declaração. Particularmente no campo das ciências, de acordo com Viana (2005), vai se fortalecendo o empiricismo na pesquisa social onde a descrição empírica da realidade substitui a elaboração de teorias explicativas que desvelam as causas estruturais dos fenômenos

Assim, ao longo do tempo, foram se acirrando o caráter contraditório das relações entre ciência e sociedade, que se expressam em intensos debates na sociedade brasileira, conduzidos por intelectuais e entidades que sempre defenderam o conhecimento como bem público e comprometido com a sociedade.

Porém, o golpe parlamentar de 2016 será o grande ponto de inflexão da conjuntura atual brasileira. A configuração do governo de Michel Temer mobilizado pela agenda neoliberal para imposição da política de austeridade, consegue aprovar a Emenda Constitucional 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos. A aprovação dessa Emenda repercute drasticamente no financiamento da ciência e da tecnologia no país, ao mesmo tempo em que se promove o enfraquecimento da política de ciência e Tecnologia no país. Essa realidade se agrava ainda mais com a ascensão da extrema-direita no país e os ataques à ciência, especialmente, às ciências Humanas e Sociais, o corte de recursos da pesquisa e pós-graduação, os contingenciamentos como pretexto para redirecionar o uso dos recursos para as áreas duras, que geram inovação e tecnologias e eliminar o pensamento crítico do campo científico.

Aquele enfraquecimento da política de ciência e tecnologia, de acordo com o manifesto assinado por inúmeras associações científicas (DINIZ, 2016), vem se realizando em várias ações, como a que promoveu a fusão dos ministérios da Ciência e Tecnologia com o das Comunicações. Conforme foi expresso pela Academia Brasileira de Ciência (ABC), Sociedade Brasileira de Ciência (SBPC), dentre outras, há grande diferença de procedimentos, objetivos e missões entre os dois ministérios. Ou seja, enquanto o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) tem como responsabilidade circunscrita a formulação e implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) incorpora o papel de promover as áreas estratégicas e aproximar o setor industrial do conhecimento científico para estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação. Nesse sentido argumenta-se que enquanto a agenda do MCTI é guiada pelos critérios de mérito científico e tecnológico, que implica o desenvolvimento de Programas com avaliação de comissões técnicas, o Ministério das Comunicações se move no terreno das relações políticas e práticas de gestão não compatíveis com o cotidiano institucional do MCTI (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA *et al.*, 2016).

Assim, a junção dessas atividades díspares em um único ministério enfraquece o setor de ciência, tecnologia e inovação. Situação oposta ao que ocorre em outros países em que no contexto de uma economia mundial crescentemente baseada no conhecimento como motor do desenvolvimento, prevalece a tendência de fortalecimento desse setor em todas as áreas.

Percebe-se que desde a instauração do governo de Jair Bolsonaro, a lógica da política de ciência e tecnologia no país para atender o mercado é claramente assumida. De forma concomitante se promove o desmonte da pesquisa, como uma política de Estado, desenvolvida no campo das instituições públicas. Nesse processo quatro aspectos merecem destaque. Dentre eles está o desfinanciamento da pesquisa no Brasil, que é notável no CNPq considerando a queda brutal de seu orçamento.

A crise econômica, política e sanitária, segundo Mendes e Behring (2020), tem sido o escudo para justificar o ataque e o descaso em relação à Ciência e à educação. Uma tentativa de despolitizar a redução de recursos públicos e o redirecionamento do uso destes.

Neste contexto, a ascensão da extrema direita no Brasil, acentuou processos do ultraneoliberais, tais como: i) desfinanciamento/redução de recursos públicos para as políticas sociais e para a Ciência e Tecnologia. Pretexto para usar a escassez de recursos como argumento para a priorização de determinadas áreas de produção de conhecimento; ii) redirecionamento dos recursos existentes para áreas prioritárias e estratégicas na perspectiva de desenvolvimento adotada (seletivo e ampliador das desigualdades sociais e

assimetrias), ou seja, na perspectiva das tecnologias redefinindo a política de fomento à pesquisa e de pós-graduação; iii) ataque e desfinanciamento das Ciências Humanas e Sociais e seu ajuste ao modelo de produção de conhecimento ancorado nas tecnologias.

Em relação ao desfinanciamento do CNPq, destaca-se que em 2014, o orçamento da agência era superior a 3 bilhões, sendo 1 bi destinado à rubrica “Fomento a Projetos, Programas e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento”. Em 2020, o valor global caiu para 1,2 bilhão, sendo que apenas 900 milhões foram destinados na lei orçamentaria anual, e a quantia reservada ao fomento foi de ínfimos 16 milhões. Preocupação maior está no orçamento de 2021 que ainda não foi votado no Congresso Nacional¹. O Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2021 indica uma realidade trágica para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à medida que prevê pouco mais de 560 milhões. Com esta previsão o órgão teria garantido menos da metade que o 1,2 bilhão de verba mínima para assegurar seu funcionamento, incluído o pagamento de bolsas de estudos durante todo o ano (ANPG, 2020). Além disso, no momento em que este texto está sendo escrito coloca-se o problema do corte sobre a cota de importações para equipamentos e insumos para a pesquisa².

O impacto desse contexto atinge frontalmente o campo das ciências humanas e sociais, considerando o enquadramento do financiamento da pesquisa operada pelo CNPq às diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia, conforme a portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020 (BRASIL, 2020). Nesta portaria define-se que são prioritários os projetos voltados para a área de Tecnologias: I- Estratégicas; II - Habilitadoras; III - de Produção; IV - para Desenvolvimento Sustentável; e V - para Qualidade de Vida. Não por acaso nessa portaria observa-se o apagamento de qualquer referência às ciências humanas e sociais.

Outros aspectos a serem considerados é o desmonte das agências de fomento à pesquisa e pós-graduação (CAPES, CNPq), através de proposta de fusão e reconfiguração dessas agências e de reforma administrativa do Estado. Esta implica sobremaneira na gestão das carreiras e na estabilidade do funcio-

¹ A previsão é que sua votação ocorra em fevereiro de 2021.

² Segundo dados fornecidos pelo CNPq, considerando o anúncio do governo sobre cortes em cota de importações, particularmente as importações de equipamentos e insumos para pesquisa seriam cortadas na 68,9% em relação a 2020. Isso comprometeria cabalmente o desenvolvimento científico brasileiro, particularmente as pesquisas relacionadas a COVID19 da Fundação Oswaldo Cruz e do Instituto Butantã (SASSINE, 2021). Essa situação já está sendo revista, diante do impacto causado, porém não deixa de explicitar a incompetência na gestão do MCITC.

nalismo público, cuja defesa é pautada no amplo apelo a meritocracia e a sua justificativa na contenção de gastos e a eficiência do Estado. Além dos aspectos já enunciados não pode deixar de ser destacado o desenvolvimento de uma política de morte para as universidades públicas e o carreamento de recursos públicos para a iniciativa privada.

Todas essas mudanças ou propostas de mudanças vão ocorrendo num contexto em que prevalece a desqualificação e negacionismo da ciência, o de cancelamento das ciências humanas e sociais, o ataque à autonomia universitária e à liberdade acadêmica, na qual se inclui perseguição a acadêmicos. Além de afirmações infundadas no próprio núcleo do governo Bolsonaro. Nesse núcleo tem a proliferação as teorias conspiratórias e o forte negacionismo da ciência que se explicitou drasticamente com o advento da pandemia da Covid-19.

Podemos dizer que as tendências no financiamento apontam: i) Elitismo presente na priorização das ciências duras que geram inovação/patentes, e propostas de fusão de programas especialmente das ciências humanas e sociais, financiamento de bolsas para programas de excelência; ii) Desfinanciamento e deslegitimação do conhecimento produzido nas Ciências Humanas e Sociais (desfinanciamento de seus eventos científicos; bolsas de pós-doutorado, pesquisador visitante, bolsa de produtividade. Para se ter uma ideia dessa lógica em 2019 foi cedida apenas uma bolsa de pós-doutorado para o Serviço Social e nenhuma bolsa de pesquisador visitante) iii) Centralidade nas áreas tecnológicas e de inovação, pois podem gerar patentes, novas tecnologias para o mercado.

Todavia, as críticas, as oposições, as resistências e as lutas não cessaram e se avolumam e se expressam de diferentes maneiras. Dentre as resistências e manifestações no âmbito da ciência e tecnologia, particularmente relacionadas ao CNPq destacam-se as manifestações da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) que vem promovendo inúmeros atos e publicações. Em 2019 lançou edição do Cadernos da SBPC debatendo a política de ciência, tecnologia e inovação brasileira e apresentando as manifestações da comunidade científica, dentre elas a *hastag* “SOMOS TODOS CNPq” que alcançou mais de um milhão de assinaturas (SBPC, 2019).

No âmbito dos sindicatos e associações engajados na defesa do CNPq está o Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (SindGCT), a AS-CON (Associação dos Servidores do CNPq) e também a Associação Nacional de Pós- Graduandos (ANPG). Esta última associação vem mobilizando fortemente o debate nesse contexto e lançou em agosto de 2020 o Plano Emergencial Anísio Teixeira como um plano de reconstrução nacional através da ciência,

onde além da análise da conjuntura científica no país encaminha sua proposta³. Destaque especial também deve ser dado a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) que tem se posicionado na defesa da ciência, das entidades científicas e da área de conhecimento⁴. Soma-se a estas outras tantas organizações e manifestações entidades e fóruns que reúnem pesquisadores e docentes, dentre os quais destaca-se a ABEPSS, outros movimentos para além do mundo científico e acadêmico.

A conjuntura atual e a área de Serviço Social

Como é do conhecimento geral, o Serviço Social, enquanto área de conhecimento, começa a se estruturar a partir dos anos de 1970, com a abertura dos cursos de pós-graduação e o seu reconhecimento atravessa os anos de 1980. Sobre isso não pode deixar de ser assinalado que esse processo acontece em meio a uma intensa interlocução com o movimento da sociedade brasileira em direção à democracia e aos direitos sociais. É nesse movimento que o conhecimento vai sendo produzido e que a área vai se legitimando como interlocutora no campo das ciências sociais, especialmente pelas suas contribuições no debate da política social. Tal conhecimento é que vai lhe possibilitar também um diálogo mais municiado e consistente com os defensores do “produtivismo econômico” e da tecnocracia brasileira (KAMEYAMA, 1998; IAMAMOTO, 2004; SIMIONATTO, 2005).

Diante dessa história, os impactos dessa conjuntura não são triviais para a área de Serviço Social considerando que em primeiro lugar ela desafia a continuidade de estudos que levem a compreender a lógica do capitalismo contemporâneo, que tanto afeta o mundo do trabalho e a política social brasileira, particularmente seu sistema de proteção social. Estudos que privilegiem o aprofundamento sobre o ideário neoliberal/conservador e a sociabilidade que se assenta sobre suas bases, ampliando a desigualdade social e despolitizando a questão social (YAZBEK; SILVA, 2005) são alvo de pesquisas e debates na área, mas que tem sua continuidade e aprofundamentos ameaçados pelos ataques e desfinanciamentos das ciências Humanas e Sociais.

Nessa perspectiva, a atual conjuntura ameaça tanto através do desfinanciamento da pesquisa como quanto pelo cancelamento que as ciências humanas, sociais e sociais aplicadas vem sofrendo, condicionado pela pauta

³ Ver: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS. O plano emergencial Anísio Teixeira 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QTx8exupcTXLDWdS4WsOwo7ioYqI87s_/view. Acesso em: 27 jan. 2021.

⁴ Informações mais detalhadas sobre o debate e manifestações da ABEPSS podem ser buscadas em outros textos dessa coletânea.

conservadora dos costumes que move o projeto de cunho neoliberal e neoconservador vigente no país⁵. Porém, esse acirramento em torno da desqualificação das ciências humanas e sociais nessa conjuntura não é uma novidade no campo da ciência. Isto porque historicamente, particularmente no Brasil, não é possível desconsiderar o fosso epistêmico que existe entre a formação das carreiras de ciências sociais e humanidades, e a formação das carreiras em ciências duras. Um fosso que se mantém à custa de um padrão constante de apartamento entre as políticas de produção tecnológica e a produção de conhecimento (NEDER, 2017).

Além disso, o impacto dessa conjuntura se avoluma à medida que somos uma área de conhecimento jovem, quando comparada a outras áreas do conhecimento e isso condiciona o seu tamanho na disputa de recursos para a pesquisa. Mendes e Almeida (2014) ao analisarem as tendências da pesquisa no Serviço Social avaliaram que dentre os fatores que repercutem na distribuição dos recursos financeiros disponibilizados pelo CNPq para os pesquisadores, em termos quantitativos, está a frágil relação entre a demanda da área e o acesso aos recursos pelos pesquisadores. Isso ocorre, segundo as autoras, dada a lógica gerencial que preside o processo de distribuição de recursos. Uma lógica que condiciona os recursos a serem distribuídos à quantidade de demanda encaminhada pelas áreas ao CNPq.

Sem dúvida aquele critério alimenta o ciclo, pois, áreas mais consolidadas e com maior número de pesquisadores tendem a apresentar maior volume de solicitações nos editais do CNPq e conseqüentemente obtêm maior volume de recursos. Na esteira dessa análise as autoras discutiram também a distribuição de recursos dentro do Comitê ao qual pertence o Serviço Social que é o Comitê Psicologia e Serviço Social. Assim conseguiram demonstrar a fragilidade da área pela disputa de recursos quando se defronta com uma área de longa história e com número muito maior de pesquisadores.

Sobre essa situação é ilustrativo o percentual de bolsas de iniciação científica que coube a área de Serviço Social. Do total de 27.118 bolsas, o Serviço Social obteve 172 que corresponde a 0,71% do total, enquanto a Psicologia coube 628 bolsas (2,32%). A discrepância aumenta quando se

⁵ O aprofundamento da discriminação em torno das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas no âmbito das agências de fomento vem se intensificando e tem exigido articulação entre pesquisadores dessas áreas nas suas agremiações para se contrapor e resistir aos ataques que vem sofrendo. Além das organizações por áreas de conhecimento, como a ABEPSS, merece destaque o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Este fórum “articula as sociedades científicas de diversas naturezas que representam os pesquisadores e as pesquisadoras das áreas e sub áreas que compõem essa Grande Área de Conhecimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia brasileiro. Seu objetivo principal é o debate e a tomada de posição sobre os temas relativos às políticas e às práticas de pesquisa que afetam os (as) pesquisadoras, a comunidade científica e a sociedade brasileira” (FÓRUM DAS HUMANAS, SOCIAIS E SOCIAIS APLICADAS, s.d.)

compara com áreas das chamadas ciências duras, como a Química por exemplo que ficou com 1.236 bolsas de iniciação científica em 2019, que equivale a 4,56% do total. Considerando bolsas de mestrado também no ano de 2019 temos o total de 8.187 distribuídas pelas mesmas três áreas da seguinte forma: 58 bolsas (0,71 do total) para o Serviço Social; 250 (3,05 do total) para Psicologia e 351 para Química (4,29% do total). No mesmo ano de 2019 das 9.028 bolsas de doutorado foi concedida 23 bolsas (0,18% do total) ao Serviço Social, a Psicologia também 23 bolsas (0,18% do total) e a Química 43 (7,93% do total). Com referência as bolsas de produtividade científica em 2019 temos 84 bolsas destinadas ao Serviço Social (0,53% do total), 313 (1,99% do total) concedidas à Psicologia e 712 à Química que corresponde a 4,53% do total de bolsas. Finalmente em relação aos projetos de pesquisa, a relação praticamente se mantém a mesma entre as três áreas. De um total de 6.945 projetos qualificados o Serviço Social recebeu financiamento para 24 que corresponde a 0,35% do total. A Psicologia obteve financiamento para 69 (0,99%) e a Química para 311 (4,48% do total) (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, s.d.).

Afora todos esses impactos que a conjuntura atual tem para a área de Serviço Social não pode ser desconsiderado o fato que somos uma área composta majoritariamente por mulheres. Justamente nesse momento não se pode desprezar as desigualdades de gênero que vem sendo escancaradas no contexto da pandemia da COVID-19, que se cruza com as desigualdades de classe, étnicas/raciais e geracionais. De acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) um dos legados da pandemia é o aprofundamento das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, considerando que as mulheres representam três quartos do trabalho não remunerado no mundo, ou seja, trabalhos domésticos, cuidados reprodutivos e com familiares (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2016).

Na produção do conhecimento a diferença entre mulheres e homens é marcante. Segundo os dados publicados pela ANPG (2020, p. 6) verifica-se que entre docentes sem filhos, 40% das mulheres não concluíram seus artigos, contra apenas 20% dos homens. Já para os docentes que possuem filhos, 52% das mulheres não concluíram seus artigos, contra 38% de homens. Entre pós-doutorandas, a proporção daquelas que não conseguiram submeter artigos foi de 50,8% de mulheres sem filhos, contra 32,4% de homens sem filho. E de 66% mulheres com filhos, contra 41,6% de homens com filhos. Na pós-graduação, a proporção entre pós-graduandos que não conseguem trabalhar remotamente é de 65,9% de mulheres sem filho, contra 58,9% de homens sem filhos. E de 89% de mulheres com filhos, contra 79,4 de homens com filhos.

É claro que não é possível deixar de apontar que essa situação é agravada quando é considerada a raça. Nos dados apresentados pela ANPG

(2020, p. 6) verificou-se que a conclusão de artigos entre docentes é de 47.3% entre as mulheres negras em contrapartida a 50,1% das mulheres brancas. Quando considerados os homens temos a proporção de 70,4% entre os brancos contra 63,2% entre os negros.

Enfim, trata-se de uma conjuntura com impactos consideráveis e sem precedentes no campo da ciência brasileira. Essa situação se configura de forma mais grave para a área das ciências humanas e sociais e tem repercussões alarmantes para o Serviço Social. Uma área jovem, ainda pequena, formada majoritariamente por mulheres e que tem se pautado num projeto ético-político contra hegemônico às forças hoje dominantes.

Considerações Finais

Tendo em conta as considerações efetuadas fica nítido que se trata de uma conjuntura extremamente difícil, senão assustadora, para a ciência e tecnologia do país e especialmente para a área de Serviço Social. Uma área que compartilha do entendimento que a produção do conhecimento é histórica, constitui-se como elemento fundamental na construção dos destinos da humanidade e seus produtos são bens de toda a humanidade e devem ser usufruídos por todos e todas.

Portanto, a conjuntura atual representa para o Serviço Social um momento bastante crítico para o seu desenvolvimento à medida que se alargam as distâncias entre seu projeto ético político e o projeto de ciência e tecnologia que se impõe a partir do golpe parlamentar de 2016. Um projeto que implica uma acelerada refuncionalização das agências de fomento à pesquisa e a formação de pesquisadores e as universidades para o atendimento da lógica capitalista.

No entanto, não se pode esquecer que as relações entre ciência e sociedade se desenvolvem de forma contraditória e isso nos convida, conectados aos movimentos da sociedade brasileira, a resistir na defesa de uma política de ciência e tecnologia amparada nos princípios éticos do projeto profissional. Isto é, de acordo com Yazbek e Silva (2005), na produção e na aplicação do conhecimento em prol da redução da desigualdade social, do enfrentamento à pobreza, do acesso de todos a bens e serviços que garantam uma vida digna e a construção e fortalecimento da organização das classes subalternizadas, para que o controle social das políticas públicas e da política econômica seja desenvolvido de baixo para cima.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC) et al. **O MCTI é o motor do desenvolvimento nacional**. UNIFESP. Disponível em:

<https://www.unifesp.br/boletins-antiores/item/2140-o-mcti-e-o-motor-do-desenvolvimento-nacional?tmpl=component&print=1>. Acesso em: 28 jan. 2021.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUANDOS (ANPG). **Para cumprir teto de gastos, governo corta pela metade orçamento do CNPq na LOA/2021**. ANPG.

<https://www.anpg.org.br/09/09/2020/para-cumprir-teto-de-gastos-governo-corta-pela-metade-orcamento-do-cnpq-na-loa-2021/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUANDOS (ANPG). **Plano Emergencial Anísio Teixeira**. ANPG. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1QTx8exupcTXLDWdS4WsOwo7ioYqI87s_/view. Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 816, de 17 de dezembro de 2002**. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br>. Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005**. Dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm. Acesso em: 7 dez. de 2021.

BRASIL. **Lei 10.973 de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República - Casa Civil. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.122-de-19-de-marco-de-2020-249437397>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24,V1 p. 5-15, set./out./nov./dez. 2003.

CHAUÍ, M. **Marilena Chauí**: o que é a “nova” ultradireita? Outras Palavras. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/marilena-chau-i-o-que-e-a-nova-ultradireita/>. Acesso em: 8 dez. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Projetos e bolsas em vigência**. Disponível em: <http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 7 nov. 2021.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, M. Entidades científicas são contra o fim do Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plataforma de Política Social**, ano 9, 27/05/2016. p.01. Disponível em: <https://plataformapoliticasocial.com.br/entidades-cientificas-sao-contra-o-fim-do-ministerio-da-ciencia-e-tecnologia/>. Acesso em: 8 nov.2021.

FÓRUM DAS HUMANAS, SOCIAIS E SOCIAIS APLICADAS. s.d. **Quem somos nós**. BLOG DO FÓRUM DAS HUMANAS, SOCIAIS E SOCIAIS APLICADAS. Disponível em: <https://blogfchssa.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em: 7 dez. 2021

IAMAMOTO, M.V. A produção de Conhecimento no Brasil. *In*: XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2004, Porto Alegre. **Anais**. CD ISBN 85-89252-07-8,PUCRS, Porto Alegre: RS, 2004. p. 11-13.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção do conhecimento em Serviço Social: Avanços e Tendências (1975-1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 8, p 18-26, 1998.

MENDES, J. M. R.; ALMEIDA, B. L. F. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 640-661, out./dez. 2014.

MENDES, J. M. R.; BEHRING, E. R. Tendências e Tensões da pesquisa e da pós-graduação na área do Serviço Social no CNPq. *In*: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. L. B. (org.). **Serviço Social: Formação, Pesquisa e Trabalho Profissional em Diferentes Contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 87-113.

NEDER, R. Produção social da tecnologia, desigualdade e a nova sociologia da tecnologia. **Revista Ciência & Tecnologia Social**, Brasília, v.6 1-32, 2017.

Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/cts/issue/view/1018/303>. Acesso em: 4 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **OIT: desigualdades de gênero continuam grandes no mercado de trabalho global**. OIT Brasília. Disponível em:

http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_458115/lang-pt/index.htm.

Acesso em: 7 dez. 2021.

SASSINE, V. **Governo cortar benefícios fiscais para pesquisa científica e atinge projetos de Butantan e Fiocruz na pandemia**. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/governo-corta-beneficios-fiscais-para-pesquisa-cientifica-e-atinge-projetos-de-butantan-e-fiocruz-na-pandemia.shtml>

[utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha](#). Acesso em: 8 dez. 2021.

SILVA, M. O. S.; BOMTEMPO, D. B. C.; ROSA, M. J. M.; MIOTO, R. C. T. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. *In*: BOMTEMPO, D. B. C.; SILVA, M. O. S. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2005. p. 69-113.

SIMONATTO, I. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. **Temporalis**, Recife, n. 9, ano 5, p. 51- 62, jan./jun. 2005.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA – SBPC. **A Política Brasileira de CT&I e as manifestações da SBPC**. São Paulo: Cadernos SBPC, 2019. Disponível em:

http://portal.sbpcnet.org.br/wp-content/uploads/2019/12/cartilha_manifestos_SBPC_online.pdf. Acesso em: 8 dez. 2021.

VIANNA, M. L. T. W. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 120-145, 2º sem. 2005.

YAZBEC, M. C.; SILVA, M. O. S. Das origens à atualidade da profissão: a construção da pós-graduação no Brasil. *In*: BOMTEMPO, D. B. C.; SILVA, M. O. S. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2005. p. 25-49.

2

PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E TEMAS DE PESQUISA NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: resistências em tempos de crise social e política*

*Joana Valente Santana
Inez Stampa
Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira*

Introdução

As problemáticas ligadas à pós-graduação brasileira se inserem na totalidade de uma sociedade periférica do capitalismo, este em agudo estado de crise, com crescente financeirização, parte importante dessa crise. Após se completar o processo de mundialização do capitalismo pós-década de 1990, as contradições desse sistema se elevam ao máximo, assim como sua incapacidade de solucionar tais contradições (HARVEY, 2016). Sendo assim, tais problemáticas se vinculam ainda às concepções hegemônicas vigentes em nossa sociedade, mediante múltiplas disputas, sobre desenvolvimento humano, em geral difusamente ligadas à noção de crescimento econômico, este, ainda assim, secundarizado sempre que demandado pela lógica da acumulação financeirizada.

Historicamente, em uma sociedade centralmente regida pela produção de lucro, a inserção da ciência e da técnica nunca esteve a serviço da emancipação plena do gênero humano. Nesse contexto, cabe indagar qual o papel que a sociedade brasileira atribui à universidade pública e demais instituições ligadas à produção de conhecimento, às vinculações e fronteiras entre ciência, tecnologia, tecnociência etc. São fundamentais as perguntas sobre os papéis que cada um desses elementos cumpre na dinâmica social.

Este texto apresenta reflexões sobre a recente conjuntura de desfinanciamento do ensino superior e da pesquisa e suas vinculações com a produção de conhecimento sob o domínio da tecnociência subordinada ao mercado. Em um contexto de desmonte das políticas públicas sociais, em favor dos interesses do capital, o corte no financiamento à educação pública tem lugar de destaque. A pós-graduação em geral, e, em especial, os cursos das ciências humanas, ciências sociais e ciências sociais aplicadas (onde se insere a área de Serviço Social) têm sofrido forte desfinanciamento ao mesmo tempo em que o governo federal desacredita e procura desconstruir avanços

*DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.41-64

científicos, com clara tentativa de ataque (vulgar) ao pensamento crítico.

A área de Serviço Social, uma das 49 áreas de avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, expressa uma posição que se direciona aos interesses da classe dominada (nas suas variadas expressões), pela mediação do ensino, pesquisa e produção científica. Para o “Seminário sobre Conjuntura e Produção de Conhecimento sobre Formação em Serviço Social na Pós-Graduação”¹, que deu origem à coletânea da qual faz parte este capítulo, foi realizado levantamento² sobre as áreas de concentração e as temáticas dos grupos de pesquisa dos docentes permanentes dos 36 Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social, referente ao ano de 2019, onde foram identificados 313 grupos. Assim, este texto, tomando por base as divisões da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) por regionais, apresenta uma sucinta análise sobre a articulação entre as áreas de concentração e os temas de pesquisa dos referidos docentes permanentes, indicando a tendência da pesquisa na área de Serviço Social.

Vale registrar que este texto é escrito no contexto da pandemia do novo coronavírus, onde milhares de pessoas morreram em todo o mundo e no caso do Brasil, somam-se mais de duzentas mil pessoas, muitas das quais poderiam estar vivas não fosse o total descaso do governo federal com a vida dos brasileiros. Por isso, a escrita deste texto é para nós, uma atividade intelectual de resistência e tem o objetivo de demonstrar que a pesquisa e a pós-graduação, cuja produção de conhecimento deve-se voltar para os interesses de toda a sociedade, são um patrimônio humano, e que nos cabe, como docentes de instituições de ensino superior, manter vívida a proposta de luta em defesa da vida e em defesa da classe trabalhadora e da emancipação humana.

Ensino superior, desfinanciamento público e reconfiguração da produção científica na lógica privada

Nesta seção são pontuados elementos de duas questões entrelaçadas, a evolução do desfinanciamento das universidades públicas no Brasil e das concepções sobre a produção acadêmica, que acabam por reduzir ciência a diferentes concepções de tecnociência, e a submissão da pesquisa científica à lógica mercantil.

¹ Organizado pelo Grupo de Estudos sobre Gestão Social e Formação em Serviço Social - FORMASS/PUCRS), coordenado pela Profa. Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel e Grupo de Estudos sobre Formação e exercício profissional em Serviço Social - GEFESS (UFRGS), coordenado pela Profa. Dra. Alzira Maria Baptista Lewgoy, com apoio da ABEPSS - Regional Sul I/ Coordenação Regional da Pós- Graduação - Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer.

² Levantamento realizado na Plataforma Sucupira, mediante acesso aos Relatórios dos Programas da área de Serviço Social e no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq.

A questão do subfinanciamento histórico se verifica na educação pública de forma geral, e, no que diz respeito ao ensino superior, é parte central de um conjunto muito amplo de desafios³. No ensino superior, segundo dados do Censo de 2010, havia naquele ano 23,9 milhões de jovens com idade entre 18 e 24 anos. No Censo da Educação Superior de 2011, estavam matriculados 6,7 milhões de estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES) no país, o que correspondia a uma taxa líquida de 14,3% e uma taxa bruta de 28,2%⁴. O outro lado do problema é a alta taxa de privatização das matrículas, já que, segundo dados desse mesmo Censo da Educação Superior, cabia ao setor público apenas 1,7 milhões de matrículas, isto é, 26,3% do total (AMARAL, 2016). De acordo com dados do Observatório PNE (BRASIL, 2021, s/p), o Plano Nacional de Educação/PNE 2014-2024 estabelece a meta (Meta 12) de “Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.” O acompanhamento da evolução do atingimento dessa meta traz elementos significativos: em 2020, a taxa bruta encontrava-se em 48,6%, e a taxa líquida atingiu 23,8%, aumentos importantes em relação ao ano de 2011. Porém, a participação do setor público nas novas matrículas (dado de 2018) foi de 12,9%, muito aquém da meta de 40% (BRASIL, 2021).

Esse conjunto de dados ilustra bem o problema do subfinanciamento. Para além deste, contudo, na última década vem se dando um drástico processo de desfinanciamento, que tem atingido de forma diferenciada as distintas rubricas (investimento, custeio, e pessoal).

³ Amaral (2016) apresenta uma extensa lista desses desafios tratados na literatura especializada: “a grande privatização das matrículas; as baixas taxas líquida e bruta; o pequeno percentual de jovens que frequentam IES que desenvolvem ensino, pesquisa e extensão; o elevado quantitativo de professores contratados em tempo parcial; o baixo número de professores contratados com o título de doutor; a elevação dos recursos públicos que se dirigem às IES privadas; a baixa relação aluno/professor; a grande evasão dos estudantes, principalmente os de licenciatura; a implantação de um processo de avaliação que privilegia um exame de larga escala em detrimento de processos avaliativos mais amplos e abrangentes; a mercantilização da educação superior; a inadimplência dos estudantes das IES privadas; o elevado custo das universidades de pesquisa; a isonomia salarial e a carreira única nas IES federais; o corporativismo existente no interior das IES; a pressão exercida pela mundialização do capital com a intenção de padronizar a constituição e a atuação das IES; a necessidade de internacionalizar as atividades das instituições, a grande assimetria existente entre e nas regiões brasileiras etc.” Poderíamos acrescentar ainda a crescente pressão pela busca das propaladas *fontes alternativas de financiamento*, o que leva à discussão de cobrança de mensalidades e a diferentes graus de vinculação das pesquisas ao interesse de grandes empresas.

⁴ A taxa bruta refere-se à relação entre o número de matrículas na educação superior e o total da população na faixa etária de 18 a 24 anos. Já a taxa líquida considera apenas os alunos de 18 a 24 anos nesse nível de ensino em relação à população nessa mesma faixa etária.

Nas universidades federais, a primeira que recebeu um golpe mais acentuado foi a rubrica investimentos (construção de prédios, aquisição de equipamentos, etc.), chegando-se a níveis irrelevantes, praticamente somente finalização de obras já em curso. Araújo (2021, p. 4) em análise desses dados, desde 2005, aponta que “[...] os gastos efetivados em 2020 representam uma queda de 84% sobre 2014”. A área de despesas correntes também tem sido intensamente prejudicada. No mesmo levantamento de Araújo (2021, p. 3), “[...] os valores efetivamente pagos em 2020 são 28% menores do pago em 2014”, e a previsão para 2021 14% menor que o autorizado em 2020, chegando-se ao nível de se tornar “impraticável a manutenção das universidades.”. Para completar o ataque ao financiamento das universidades federais, a rubrica de pessoal, mais estável, por conta de uma legislação de carreira que protege os salários e confere estabilidade aos quadros de pessoal, vem sendo atingida gradativamente por meio de ataques à legislação trabalhista. Essa rubrica, antes de 2018 apresentava comportamento praticamente igual entre gastos autorizados e efetivamente pagos. A partir desse ano, “[...] houve uma queda e este patamar gira em torno de 91%, mostrando uma pressão pelo enxugamento dos gastos com pessoal.” (ARAÚJO, 2021, p. 2). O processo de desfinanciamento das universidades federais teve um marco importante com o advento da Emenda Constitucional nº 95, de 2016 (BRASIL, 2016), que impede a evolução das despesas primárias do governo federal até 2036.

A participação das universidades estaduais (UE) no avanço na democratização da oferta de vagas no ensino superior, e na produção científica realizada nas instituições, incorre tanto no problema do subfinanciamento como na grande disparidade entre as regiões brasileiras. Carvalho e Amaral (2020) estimam, a partir de vários indicadores, a necessidade de uma expansão de 78,8% na oferta de matrículas, para uma participação efetiva no alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), em especial a Meta 12, e quase dobrar o volume de recursos orçamentários. No mesmo estudo, verificam-se fortes desigualdades regionais, o que se ilustra com o fato de que as UEs do Estado de São Paulo (USP, UNESP e UNICAMP) “[...] detiveram 51,6% do total da média das despesas das UEs no Brasil, no período de 2012 a 2016.” (CARVALHO; AMARAL, 2020, p. 256)

Ao lado dos enormes prejuízos causados pelo sub(des)financiamento, dá-se, de maneira funcional à competição econômica mundializada, hegemônica pelo capital financeiro, uma problemática concentração na produção de conhecimento para a inovação tecnológica, o que opera a redução da ciência – com uma dinâmica temporal própria, e a partir de problemas socialmente referendados – meramente em tecnociência. Nesse quadro, “[...] a tecnociência predomina e orienta-se sob a ótica do mercado produtivo, estabelecendo a remodelação da produção científica para a sociedade” (SILVA

JÚNIOR; ELEUTÉRIO FARGONI, 2020, p. 570).

As consequências dessas diversas determinações são profundas. Até mesmo opondo-se a essa lógica orientada ao capital, a Emenda constitucional nº 95 impõe efetivamente um desmonte do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, com uma redução orçamentária para em torno de um terço do que foi há 10 anos (RIBEIRO *et al.*, 2020), e incidindo em questões que vão desde a concepção da relevância das diferentes áreas de produção de conhecimento (em especial nas não ligadas funcionalmente ao mercado, mas que, ao contrário, operam a crítica da sua dinâmica, a exemplo das áreas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas) até a priorização, no financiamento, de áreas cuja produção pode mais diretamente, ser traduzida nessa lógica da competição mundializada, passando pelo crescente direcionamento de recursos para instituições privadas, com a apropriação privada do direcionamento e dos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos (RIBEIRO *et al.*, 2020).

Nestes termos, a pós-graduação brasileira tanto sofre os impactos desse desfinanciamento quanto do acirramento das disputas por produção científica que se volte aos interesses do mercado. Nessa difícil conjuntura, no referente à concepção de pesquisa e produção do conhecimento, a área de Serviço Social vem se mantendo no campo das resistências à concepção de priorização da tecnociência, antes aludida, desenvolvendo temas de pesquisa voltados aos interesses da sociedade.

Pós-graduação no Brasil e o Serviço Social

Num brevíssimo resgate histórico sobre a institucionalização e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, a literatura sobre o assunto (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982; SILVA, 2006) indica a vinculação inicial da profissão ao surgimento de grandes instituições assistenciais, estatais e paraestatais no país em finais da década de 1930 e na década de 1940, em razão do processo de industrialização crescente a partir dos anos 1920, quando se busca a substituição do modelo de desenvolvimento capitalista baseado na economia agroexportadora para uma economia de substituição de importação (SILVA; CARVALHO, 2007).

No que concerne à pós-graduação, embora as suas origens no Brasil possam ser identificadas a partir da década de 1930, com o parecer da Câmara de Ensino Superior, nº 977/65 (parecer Sucupira⁵), aprovado pelo Conselho Federal de Educação durante a ditadura militar (CURY, 2005), é na década de

⁵ Através do Parecer 977/1965, da Câmara de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, de autoria de Nelson Sucupira, dá-se a implantação formal dos cursos de pós-graduação no Brasil.

1960 que a pós-graduação no Brasil se institucionaliza como um sistema. De acordo com Guerra (2011, p. 128):

São as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais da década de 1960, as novas e antigas determinações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial que estabelece uma determinada relação excludente e subordinada em relação aos países da América Latina, o solo histórico sobre o qual ela se ergue e a lógica que a justifica.

O contexto exigia determinado tipo de pesquisa e de produção tecnológica e científica que viessem a dar suporte ao projeto de transformação capitalista instaurado pela ditadura, caracterizado pela aceleração econômica, dependência do capital externo e por uma dinâmica que garantia, mas também restringia o acesso aos bens e serviços apenas aos segmentos da classe burguesa, dando prosseguimento à histórica herança de exclusão da massa da população brasileira (GUERRA, 2011). Foi neste contexto de dependência em relação às nações centrais que se deu a instalação da pós-graduação no Brasil. Na década de 1970 este modelo de pós-graduação se expande no país, e nesse processo se dá a criação da pós-graduação em Serviço Social, sendo os primeiros cursos de mestrado implantados nas Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo (PUC- SP) e do Rio de Janeiro (PUC-Rio⁶), ambos em 1972, seguidos pelos cursos criados na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1976, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em 1977, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1978, e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1979.

A maturidade acadêmica alcançada pelo Serviço Social resulta do seu reconhecimento como área de conhecimento, alcançado a partir de 1980, com a expansão da pós-graduação. Os avanços na formação profissional em nível de pós-graduação chancelam essa maturidade via produção de bibliografia consistente, crítica, vasta, plural e contemporânea (ABEPSS, 2014). Esse processo teve início, contudo, nos anos 1950 e 1960, passando por fases de construção e de consolidação do projeto ético-político, expresso na “[...] direção social estratégica da profissão e no processo de renovação profissional.” (NETTO, 1996, p. 109). Cabe lembrar que não obstante os recém-criados cursos de pós-graduação, na década de 1970, exercerem papel fundamental para a articulação política de um importante segmento da categoria, é na década de 1980, com o protagonismo da classe trabalhadora e dos movimentos sociais e sindicais, que “[...] novas exigências teórico-práticas são demandadas à profissão requisitando-

⁶ O primeiro a ser oficialmente credenciado pelo Conselho Federal de Educação (Parecer 4.428/1976). vii No currículo de 1982 a pesquisa passa a ser disciplina obrigatória na formação profissional.

lhes análises e posturas cada vez mais críticas e radicais” (GUERRA, 2011, p. 132). Neste contexto, a pós-graduação se vê obrigada a se renovar:

Ressalta-se que na década de 80 processa-se na profissão uma importante revisão da formação profissional, com a adoção de novo currículo que opera uma inflexão no perfil de profissional tecnocrata, cuja intervenção se fazia através de métodos de caso individual, grupos e comunidade, com o que se desencadeia um processo de construção de uma cultura crítica, tendo na pesquisa, o seu fundamento, e na produção do conhecimento inovador e contribuição com outras áreas do conhecimento, a sua expressão. (GUERRA, 2011, p. 133)

Observa-se que a pós-graduação brasileira cresceu muito em quantidade e qualidade, especialmente via Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)⁷ e agências de fomento, as quais possibilitaram a formação, com qualidade, de docentes, pesquisadores e demais profissionais. É também nesse contexto que a pós-graduação em Serviço Social se desenvolveu, consolidando seu projeto ético-político-profissional, “[...] fruto do trabalho coletivo desenvolvido através das instituições organizativas da categoria: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO)” (MENDES; SANTOS; WERLANG, 2017, p. 166).

Na última quadriênal, em 2017, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) estava composto por 4.175 programas de pós-graduação (PPG), englobando todas as áreas de conhecimento. Aproximadamente a metade oferece cursos de mestrado e doutorado, totalizando 2.128 (equivalente a 51%). A outra metade é distribuída em: mestrado acadêmico, 1270 PPG (30%); mestrados profissionais, 703 PPG (17%); e somente o curso de doutorado, 74 PPG (2%). Regionalmente, a maioria dos programas encontrava-se, em 2017, na Região Sudeste (45%), seguidos das regiões Sul (21%); e Nordeste (20%). As regiões Centro Oeste e Norte apresentavam os menores números de PPG: 8% e 5%, respectivamente. Os PPG do Brasil, em 2017, apresentavam as seguintes notas: 3 (31,9%); 4 (35,9%); 5 (18,3%); 6 (7,1%) e; 7 (4,4%)⁸, demonstrando-se assim que a grande maioria dos PPG está concentrada entre as notas 3 e 4

⁷ O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) é ligado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e constituído por sua presidência, conselhos e diretorias responsáveis pela política de gestão, financiamento, indução e ampliação de programas e pós-graduação no Brasil e, consequentemente, de produção científica. Grande parte das ações do SNPG é orientada pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação do Brasil/PNPG (está em vigor o PNPG 2011-2020), onde estão traçadas as metas, os desafios e a direção que deve tomar a pós-graduação brasileira. O SNPG é composto maciçamente por programas de pós-graduação ofertados por instituições públicas federais, estaduais ou municipais (PÁTARO; MEZZOMO, 2013).

(67,8%) (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020).

A área de Serviço Social brasileiro possui 36 programas de pós-graduação, com 36 cursos de Mestrado e 20 cursos de Doutorado, todos na modalidade acadêmica, constituindo-se uma exceção no interior das 49 áreas de avaliação da CAPES, por ser a única área em que não constam programas profissionais⁹. Esses 36 programas estão localizados: 33,3 % na Região Sudeste (12 PPG), 33,3% na Região Nordeste (12 PPG), 16,6%, na Região Sul (6 PPG) e seguindo a tendência nacional, as Regiões Centro Oeste e Norte, possuem os menores números de PPG, com 3 PPG em cada região, equivalente a 8,33% (CAPES, 2019a). A área possui quatro áreas básicas: Serviço Social, Política Social, Políticas Públicas e Economia Doméstica. As notas dos PPG da área de Serviço Social também seguem a tendência no país, com a maioria dos programas avaliados com as notas 3 e 4¹⁰. No item seguinte, apresentam-se as áreas de concentração e os principais temas dos grupos de pesquisa dos docentes permanentes dos PPG da área.

Pós-graduação em Serviço Social no Brasil e Grupos de Pesquisa: tendências (de resistência) dos estudos na área

A partir do levantamento realizado – conforme explicitado na Introdução deste texto – são apresentados, no Quadro 1, os Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social, as áreas de concentração e o quantitativo de grupos de pesquisas dos docentes permanentes, distribuídos regionalmente,

⁸ Resultado da Avaliação Quadrienal 2017. Disponível em <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2>. Acesso em 30 set. 2020. (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020).

⁹ Após a Avaliação Quadrienal de 2017, foram criados três cursos de Mestrado (Universidade Federal de Tocantins/UFT; Universidade Federal da Bahia/UFBA e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ UFRB) e um curso de Doutorado (Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF) (SANTANA, STAMPA, CARVALHO, 2020).

¹⁰ O número de PPG da área de Serviço Social com as respectivas notas são os seguintes:

- 12 PPG com nota 3: UFAM (M), UERN (M), UFPB/JP (M), UEPB (M), FUFSE (M), EMESCAM (M), UFF/SSDR (M), UNIFESP (M), UNIOESTE (M), UFRGS (M), UFMT (M), PUC-GOIÁS (M).
- 11 PPG com nota 4: UFPA (M/D), FUFPI (M/D), UECE (M), UFRN (M/D), UFAL (M/D), UFF/PS (M/D), UFV (M/D), UFJF (M/D), UNESP/FR (M/D), UEL (M/D), UCPEL (M/D);
- 4 PPG com nota 5: UFES (M/D), UFRJ (M/D), PUC-RIO (M/D), UFSC (M/D);
- 5 PPG com nota 6: UFMA (M/D), UFPE (M/D), UERJ (M/D), PUC/RS (M/D), UnB (M/D).
- 1 PPG com nota 7: PUC/SP (M/D);
- 3 PPG sem nota: UFT (M), UFRB (M), UFBA (M). Dados elaborados pelos autores a partir de CAPES (2019). Obs: (M) – Mestrado; (D) – Doutorado.

tomando-se por base a divisão da ABEPSS.

Quadro 1 – PPG da Área de Serviço Social no Brasil com as respectivas áreas de concentração e número de Grupos de Pesquisa dos Docentes Permanentes por regionais da ABEPSS

REGIONAL ABEPSS/IES	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	ÁREA(S) DE CONCENTRAÇÃO	NÚMERO DE GRUPOS DE PESQUISA DOS DOCENTES PERMANENTES
Norte			
1. UFAM	Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia	Serviço Social, políticas públicas, trabalho e sustentabilidade na Amazônia	7
2. UFPA	Serviço Social	Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais	6
3. UFT	Serviço Social	Serviço Social, políticas sociais e direitos	7
4. UFMA	Políticas Públicas		13
5. FUFPI	Políticas Públicas	Estado, sociedade e políticas públicas	14
Nordeste			
1. UECE	Serviço Social, Trabalho e Questão Social	Serviço Social	9
2. UFRN	Serviço Social	Sociabilidade, Serviço Social e Política Social	9
3. UERN	Serviço Social e Direitos Sociais	Serviço Social e Direitos Sociais	3
4. UFPB/JP	Serviço Social	Serviço Social e Política Social	6
5. UEPB	Serviço Social	Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais	7
6. UFPE	Serviço Social	Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais/	9

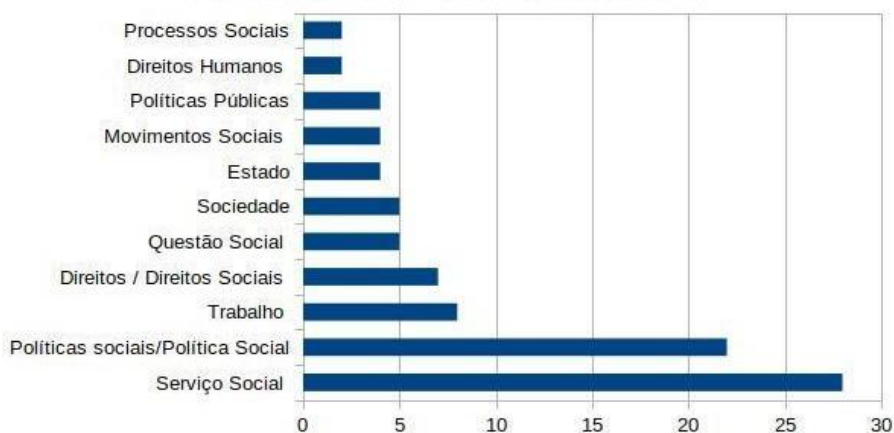
7.UFAL	Serviço Social	Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais	6
8. FUFSE	Serviço Social	Serviço Social e Política Social	6
9. UFRB	Política Social e Territórios	Serviço Social e Políticas Sociais	7
10. UFBA	Serviço Social	Serviço Social, Trabalho e Diversidade Humana	6
Centro Oeste			
1.UFMT	Política Social	Política Social, Estado, Sociedade e Direitos Sociais	3
2.PUC-GOÍÁS	Serviço Social	Serviço Social, Política Social e Movimentos Sociais	5
3.UnB	Política Social	Estado, Política Social e Direitos	11
Leste			
1.UFES	Política Social	Política Social, Estado e Sociedade	6
2.EMESCAM	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	Políticas de Saúde, Processos Sociais e Desenvolvimento Local	3
3.UFRJ	Serviço Social	Teoria Social, Formação Social e Serviço Social; Cultura e Serviço Social; Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social	10
4.UFF	Serviço Social e Desenvolvimento Regional	Serviço Social, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas	11
5.UFF	Política Social	Avaliação de Políticas Sociais e; Sujeitos Sociais e Proteção Social	16
6.UERJ	Serviço Social	Trabalho e Política Social	8

7.PUC-RIO	Serviço Social	Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais	10
8.UFV	Economia Doméstica	Família e Sociedade	10
9.UFJF	Serviço Social	Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social	6
Sul I			
1.UEL	Serviço Social e Política Social	Política Social	10
2.UNIOESTE	Serviço Social	Serviço Social, Política Social e Trabalho Profissional	8
3.UFSC	Serviço Social	Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social	16
4.UFRGS	Política Social e Serviço Social	Política Social e Serviço Social	7
5.PUC/RS	Serviço Social	Serviço Social, Políticas e Processos Sociais	13
6.UCEPEL	Política Social e Direitos Humanos	Questão Social, Direitos Humanos e Políticas Sociais	7
Sul II			
1. UNESP/FR	Serviço Social	Trabalho e Sociedade/	17
2. PUC/SP	Serviço Social	Política Social; Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos e Prática Profissional e; Serviço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais	11
3. UNIFESP	Serviço Social e Políticas Sociais	Trabalho, Políticas Sociais e Serviço Social	10

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Plataforma Sucupira (CAPES, 2019b) e Diretório de Grupos de Pesquisa/DGP/CNPq (Dados referentes ao ano de 2019) (CNPq, 2019).

Uma breve análise do Quadro 1, demonstra que os temas mais recorrentes nas áreas de concentração dos 36 PPG do Serviço Social são, da maior para a menor frequência: Serviço Social e Política Social, estando em consonância com os PPG da área, onde a maioria está vinculada à área básica de Serviço Social, seguida da área básica de Política Social. Das áreas de concentração, sintetizadas no Gráfico 1, infere-se que a Pós-Graduação em Serviço Social tem incorporado categorias centrais contidas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a exemplo de Trabalho e Questão Social, cujas diretrizes se orientam pela teoria social marxiana.

Gráfico 1 – PPG Serviço Social– Áreas de Concentração¹¹



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Relatório Sucupira, 2019.

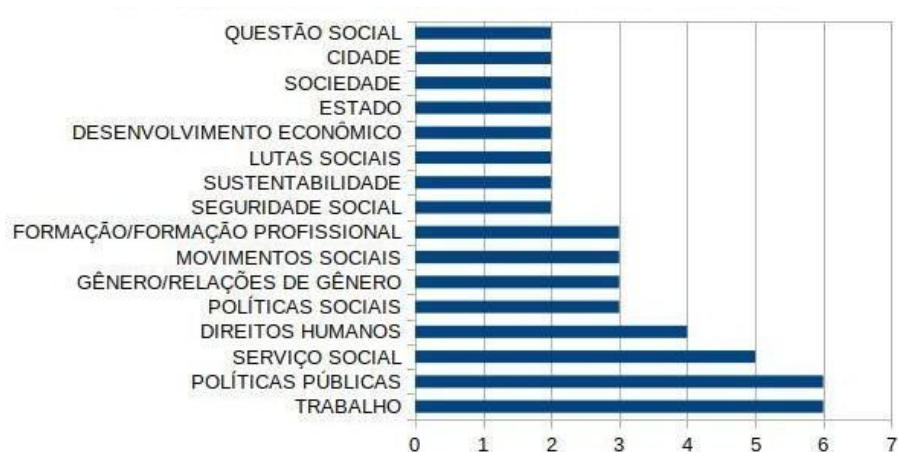
A seguir, apresenta-se uma sucinta análise da relação entre os temas de pesquisa dos docentes permanentes (DP) credenciados nos PPG da área de Serviço Social, tomando-se como referência o ano de 2019, e as áreas de concentração destes PPG, por regionais da ABEPSS.

Para o ano de 2019 o Relatório Sucupira registrou 68 DP nos Programas de Pós- Graduação da Regional Norte, registrados em 47 DGP/CNPq. Nestes Diretórios, os temas com maior frequência são: Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social e Direitos Humanos (Gráfico 2),

¹¹ Os demais temas das áreas de concentração que aparecem uma única vez são: Fundamentos; Prática Profissional; Sociabilidade; Sustentabilidade na Amazônia; Cultura; Desenvolvimento Regional; Território; Avaliação de Políticas Sociais; Sujeitos Sociais; Proteção Social; Programas Sociais; Políticas de Saúde; Desenvolvimento Local; Determinantes Sociais; Família; Diversidade Humana; Teoria Social; Formação Social; Lutas Sociais; Trabalho Profissional.

demonstrando articulação com as áreas de concentração dos Programas.

Gráfico 2 – PPG Regional Norte – Temas DGP- Docentes Permanentes¹²

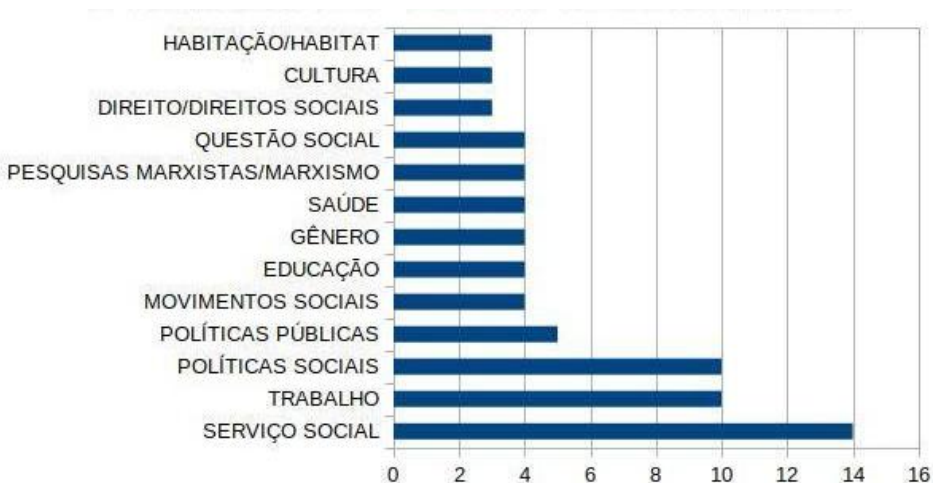


Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir dos dados coletados no Relatório Sucupira (dados de 2019) e DGP/CNPq, 2020.

Nos PPG da Regional Nordeste registraram-se, em 2019, na Plataforma Sucupira, 115 DP participantes de 68 DGP/CNPq. Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais são os temas mais frequentes nesses Diretórios (Gráfico 3), sendo compatíveis com as áreas de concentração dos PPG da área, seguidos dos temas políticas públicas, movimentos sociais, educação, gênero, saúde, pesquisas marxistas/marxismo e questão social.

¹² Os demais temas dos DGP que aparecem com uma única ocorrência, na Regional Norte, são: Processo de Trabalho; Direitos; Socioambiental; Tecnologias Sociais; Política; Poder; Gestão Social; Complexidade Amazônica; Pobreza/Políticas direcionadas à pobreza; Democracia; Estado Multicultural; Religião; Cultura. Popular; Reestruturação Produtiva; Mundialização do capital; Estado contemporâneo; Ideologia; Étnico-Raciais; Mulheres; Feminismos; Agricultura Brasileira; Direito Constitucional; Hegemonia; Lutas na América Latina; Políticas Urbanas; Território; Resistências; Habitação; Espaço Humano; Processos Urbanos; Identidade; Gestão; Educação em saúde; Desenvolvimento; Cuidar Humano/Enfermagem; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Ambiental; Saúde Mental; Crianças, adolescentes e jovens; Desigualdade social; Exercício profissional; Jornalismo/Ensino; Intersetorialidade/Interdisciplinaridade; Marx e Engels; Proteção Social; Famílias; Ética; Área Sócio jurídica; Práxis.

Gráfico 3 – PPG Regional Nordeste – Temas DGP- Docentes Permanentes¹³



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir dos dados coletados no Relatório Sucupira (dados de 2019) e DGP/CNPq, 2020.

Na Regional Centro-Oeste registraram-se 42 DP nos PPG da área referente ao ano de 2019, com a participação desses Docentes em 19 DGP/CNPq. Os temas com maior frequência nos Diretórios são: Trabalho, Políticas Sociais e Educação (Gráfico 4), sendo que Política Social está presente nas áreas de concentração dos 3 PPG dessa regional. Os demais temas, como Políticas Públicas, Criança e adolescente, Sociabilidade, Serviço Social, Marx, e Gênero refletem as pesquisas da área de Serviço Social.

¹³ Na Regional Nordeste, os demais temas que aparecem com duas ocorrências são: Reprodução Social; Sociedade; Raça/Etnia; Geração; Cidadania; Políticas; Formação Profissional; Lutas Sociais; Ética; Direitos Humanos; Estado; História, Sociedade. Teoria Social; Práticas Coletivas/Práticas Educativas; Saneamento Ambiental; Fundamentos. E com uma única frequência são: Controle Social; Justiça; Lukács; Mészáros; Sociabilidade Burguesa; Profissão; Análise do discurso; Desigualdades sociais; Políticas de Trabalho; Trabalhadores; Conhecimento; Estudos Maria Quitéria; Território; Desenvolvimento Regional; Turismo; Dialética; Teoria Crítica; Ontologia do Ser Social; Emancipação Humana; Família/Famílias; Políticas de Segurança Pública; Exclusão social; Educação Popular; Economia política; Criança/Adolescente; Proteção social; Economia solidária; Assistência Social; Poder; Práticas socioambientais; Seguridade social; Ecologia política; Filosofia; Feminismo; Envelhecimento Humano; Processo de trabalho.

Gráfico 4 – PPG Regional Centro Oeste – Temas DGP – Docentes Permanentes¹⁴



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir dos dados coletados no Relatório Sucupira (dados de 2019) e DGP/CNPq, 2020.

Os DP da Regional Leste credenciados nos PPG da área somam 133 e estão vinculados a 80 DGP/CNPq, sendo que os temas mais frequentes encontrados nesses Diretórios foram: Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais (Gráfico 5), estando em articulação com as áreas de concentração dos PPG.

Gráfico 5 – PPG Regional Leste – Temas DGP- Docentes Permanentes¹⁵



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir dos dados coletados no Relatório Sucupira (dados de 2019) e DGP/CNPq, 2020

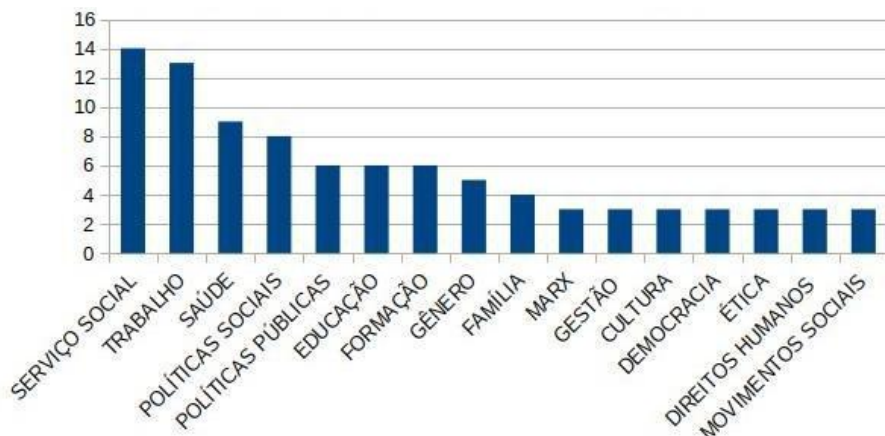
¹⁴ Os temas do Diretório que aparecem com uma única ocorrência, na Regional Centro-Oeste são: Democracia; Sociedade Civil; Seguridade; Assistência Social; Violência; Tráfico de pessoas; Estado; Luta de classes; Fundamentos; Família.

¹⁵ Os temas que também aparecem nos Diretórios onde se inserem os DP da Regional Leste são: com 3 ocorrências: Questão Social; Diversidade Sexual; Espaço; Sociedade; Violência; Urbano; Cidadania. Com 2 ocorrências: Movimentos Sociais; Gênero; Direitos Humanos; Sociabilidade. E com apenas uma ocorrência: Rural; Financeirização; Teoria Social; Práxis; Estado; Identidades; Favela; Subjetividade; Assistência Social.

Na Regional Sul I foram indicados no Relatório Sucupira/2019, 82 DP, credenciados nos PPG da Área, inseridos em 61 DGP/CNPq. Os diretórios de pesquisa têm como temas mais recorrentes os seguintes: Serviço Social, Trabalho, Saúde e Políticas Sociais (Gráfico 6) e estão em consonância com as áreas de concentração dos 6 PPG da Regional Sul I.

Gráfico 6 – PPG Regional Sul I – Temas DGP- Docentes Permanentes¹⁶

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir dos dados coletados no Relatório Sucupira (dados de 2019) e DGP/CNPq, 2020.



O Relatório Sucupira referente ao ano de 2019 informa 49 DP credenciados nos PPG da Regional Sul II, os quais estão inseridos em 38 DGP/CNPq, que apresentam como tema mais frequentes: Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Gráfico 7).

¹⁶ Os demais temas que aparecem, na Regional Sul I, com duas frequências são: Estado; Questão Social; Criança e Adolescente; Sociedade Civil; Pobreza; Identidades; Cidadania; Conflitos Sociais; Sustentabilidade. Com uma única frequência aparecem os seguintes temas: Desigualdade social; Sexualidades; Religião; Proteção Social; Violência; Questão Urbana; Questão Agrária; Questão Ambiental.

Gráfico 7 – PPG Regional Sul II – Temas DGP- Docentes Permanentes¹⁷



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir dos dados coletados no Relatório Sucupira (dados de 2019) e DGP/CNPq, 2020.

Em nível nacional, o levantamento realizado encontrou como maior incidência nos Diretórios dos Grupos de Pesquisa dos Docentes Permanentes, inseridos nos PPG da área, três principais temas: Serviço Social, Trabalho e Política Social¹⁸, resultado bastante convergente com as três principais recorrências das áreas de concentração dos PPG da área: Serviço Social, Política Social e Trabalho.

Quando se observam os resultados por regionais da ABEPSS, também se pode afirmar que há uma importante articulação entre os principais temas de pesquisa dos DP em todo o país com as referidas áreas de concentração mais recorrentes nos PPG. Os achados do levantamento apontam que Serviço Social aparece entre os três temas principais dos Grupos de Pesquisa em todas as regionais, com exceção da regional Centro Oeste¹⁹. Por sua vez, Políticas Sociais aparece entre os três principais temas dos DGP nas regionais Nordeste,

¹⁷ Os demais temas encontrados nos DGP, na Regional Sul II, com uma única frequência, são: Identidade; Movimentos Sociais; Questão Social; Sociedade; Participação; Ambiente; Classes Sociais; Saúde.

¹⁸ Os temas mais recorrentes nos DGP, como síntese dos 313 DGP e suas respectivas frequências encontradas (como igual e/ou acima de 10 vezes) no levantamento são: Serviço Social (58); Trabalho (53); Políticas Sociais (38); Políticas Públicas (25); Educação (22); Saúde (22); Família(s) (20); Gênero/Relações de Gênero (19); Movimentos Sociais (17); Crianças, Adolescentes e Jovens (15); Pesquisas Marxistas/Marx (15); Direitos Humanos (13); Formação/Formação Profissional (13); Questão Social (13); Sociedade (10).

¹⁹ Sendo o tema de maior recorrência nos DGP das regionais Nordeste, Leste e Sul I.

Centro-Oeste e Leste; enquanto políticas públicas (a terceira área básica com maior número de PPG no Brasil) aparece na regional Norte e Sul II.

Considera-se um dado muito relevante o fato de que *Trabalho* aparece (dentre os três temas com maior frequência) em todas as regionais do país, sendo, inclusive o tema de maior incidência nos DGP em 4, dentre as 6 regionais, o que corresponde a 67%. Vale notar que a presença do tema Trabalho na área de Serviço Social, seja entre as principais áreas de concentração, seja entre os principais temas dos grupos de pesquisa, demonstra que a área de Serviço Social resiste como área de conhecimento que dá centralidade à questão do trabalho, que, no conjunto da teoria marxiana, é uma categoria central, seja como fundamento ontológico da sociabilidade humana, seja como fundamento sócio- histórico da particularidade da sociabilidade burguesa, pela mediação da relação contraditória entre o capital e o trabalho. Não é menos importante registrar que a teoria marxiana seja tema de grupos de pesquisa da área de Serviço Social em todas as regionais do Brasil²⁰.

Os demais temas com maior frequência nos DGP de que participam docentes permanentes da área de Serviço Social também são reveladores da tendência de pesquisa dessa área, a saber, o estudo da inserção dos profissionais de Serviço Social nas políticas públicas, especialmente na área de educação, saúde, assistência social (família, crianças, adolescentes, jovens); estudo das questões relativas a gênero, movimentos sociais, direitos humanos; estudo sobre a formação profissional; questão social e sociedade; tendo como destaque os estudos sobre a teoria social marxiana.

É importante destacar que um levantamento sobre temas de áreas de concentração e DGP de docentes permanentes dos PPG da área é apenas um dado aparente da realidade e, como tal, precisa ser desvelado em suas determinações histórico-concretas, a fim de se buscar um aprofundamento qualitativo dos conteúdos curriculares dos programas de pós-graduação, bem como das produções científicas (de discentes e docentes) etc., que possam contribuir com a qualificação das inferências apresentadas, o que desde já se coloca como uma importante pauta de pesquisa. Entretanto, mesmo que os dados estejam em sua forma aparente, é possível afirmar que:

O Serviço Social brasileiro vem construindo uma produção de conhecimento que faz uma crítica radical à ordem burguesa e a seus rebatimentos nas manifestações da questão social. Trata-se da articulação dialética entre a desigualdade de classe e as opressões de gênero, de orientação sexual, de raça, de geração e ciclos de vida, dentre outras contradições do modelo de sociabilidade vigente. É, portanto, uma área de conhecimento da maior importância para a sociedade brasileira, pois procura compreender e explicar a natureza dos problemas nacionais e

²⁰ Conforme registro na nota 7 e Gráficos 2, 3, 4, 5, 6.

latino-americanos em relação às contradições entre Estado, sociedade e mercado na ordem do capitalismo, à luz do método dialético, articulado ao trabalho profissional e às respostas a essas contradições, motivo pelo qual a defesa da educação pública para a formação graduada e pós-graduada é fundamental. (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020, p. 80-81)

A partir do levantamento apresentado pode-se inferir que os estudos e pesquisas do Serviço Social no Brasil vêm nutrendo e fortalecendo o Projeto Ético-Político da profissão e indicam que a área de conhecimento Serviço Social se posiciona de forma intransigente pela defesa dos direitos da classe trabalhadora e vem lutando por manter uma direção teórica e metodológica orientada pela teoria social marxiana²¹, a qual se orienta na direção de interpretar a realidade de forma radical, apontando para a necessidade de articulação dos estudos e pesquisas à totalidade das contradições da ordem burguesa, em vista de sua superação.

Considerações Finais

No conjunto das áreas de conhecimento, o Serviço Social brasileiro vem avançando significativamente. Entretanto, apesar dos avanços alcançados pela área, há ameaças de descontinuidades que espreitam as agências de fomento, como a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como decorrência do agravamento da crise econômica, social, cultural e ética por que passa o país. Os já reduzidos recursos para a pesquisa no âmbito público são cada vez mais compartilhados com o setor privado para potencializar a inovação e o aumento da competitividade e da produtividade de certos setores da economia, ou seja, colaborar com a acumulação em benefício das frações dominantes do capital.

²¹ Não há como desenvolver, nos limites desta reflexão, as questões referentes às lutas/disputas teóricas orientadas pela tradição marxista frente ao pensamento conservador diante do histórico conservadorismo na profissão (YAZBEK, 2009; IAMAMOTO, 1992) que se reatualiza à medida que se amplia o conservadorismo na sociedade mundial e brasileira. São muitas as expressões históricas e teóricas do conservadorismo, basta empreender estudo sobre o conservadorismo clássico (NETTO, 2011); o conservadorismo da burguesia quando da decadência ideológica de seu pensamento (COUTINHO, 2010); o neoconservadorismo (BARROCO, 2015); o Irracionalismo pós-moderno como reatualização do conservadorismo (SILVEIRA JÚNIOR, 2016; NETTO, 2004; SANTOS, 2007); o conservadorismo histórico da sociedade brasileira (a desigualdade de classe, o patriarcado, a escravidão, a estrutura fundiária etc.) e o Serviço Social (BONFIM, 2015); o pensamento conservador de base idealista e positivista que romantiza e/ou moraliza o projeto ético-político (GUERRA, 2010); a mercantilização do ensino à distância, a fragilidade dos fundamentos e busca de respostas “rápidas” na formação e no exercício profissional ao gosto do mercado.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a pós-graduação do Serviço Social brasileiro possui importante desafio para garantir, em tempos de avanço do ultraneoliberalismo e do conservadorismo, a formação qualificada de pesquisadores e docentes e reafirmar, em conjunto com os coletivos da área (ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO), os princípios que sustentam a direção social estratégica da profissão, construída há, pelo menos, quarenta anos.

Diante da conjuntura de desconstrução – via desfinanciamento e desqualificação - da esfera pública, com clara incidência no ensino superior em geral e, em especial, na pesquisa e no ensino voltados aos interesses amplos da sociedade, resta somente uma opção: reafirmar os princípios e as distintas frentes de luta em defesa do ensino público, da pós-graduação brasileira e, particularmente da área de Serviço Social, que, tem se colocado dentre as áreas de conhecimento articuladas aos interesses da classe trabalhadora, contra todas as formas de opressão na sociedade, e a favor da efetiva, portanto radical, humanização.

Referências

AMARAL, N. C. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 717-736, set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000300717&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 fev. 2021.

ARAÚJO, L. **Estudo preliminar sobre a redução contínua dos recursos para Universidades Federais**. Manuscrito para subsidiar debates sindicais. Brasília, 2021. No prelo.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil**. Brasília: ABEPSS, 2014.

BARROCO, L. M. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BONFIM, P. **Conservadorismo moral e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm . Acesso em: 20 jun. 2021 .

BRASIL. Ministério da Educação. **Observatório PNE - Plano Nacional de Educação**. Meta 12. 2021. OPNE, [S.l.] Disponível em: <https://observatoriodopne.org.br/meta/educacao-superior>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CARVALHO, R. R. da S.; AMARAL, N. C. do. Universidades estaduais brasileiras: financiamento, desigualdades regionais e o PNE (2014-2024). **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 45, n. 2, p. 240-259, out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/DGP, 2019. Disponível em: <<https://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área Serviço Social 2019**. Brasília, CAPES, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf/view>. Acesso em: 26 set. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES), Plataforma Supupira. Coleta Capes/Relatórios dos Programas da área de Serviço Social. 2019b. Disponível em: <https://supupira.capes.gov.br/supupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.jsf;jsessionid=O4CQuIaZqNv2rmHkZvemOueW.sucupira-215>. Acesso em: 20 jun. 2021.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Posfácio de José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, s/v, n. 30, set./dez. 2005.

GUERRA, Y. D. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

MENDES, J. M. R.; SANTOS, A. M. dos; WERLANG, R. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-174, maio/ago. 2017.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

NETTO, J. P. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. In: NETTO, J. P. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004. p. 223-241.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

PÁTARO, C. S. de O.; MEZZOMO, F. A. Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil: estrutura, resultados e desafios para política de Estado – Lívio Amaral. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013. p. 11-17.

RIBEIRO, D. B.; OLIVEIRA, E. F. dos A.; DENADAI, M. C. V. B.; GARCIA, M. L. T. Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 548- 561, dez. 2020.

SANTANA, J. V.; STAMPA, I.; CARVALHO, D. B. B. de. A Pós-Graduação em Serviço Social no contexto ultraneoliberal. In: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. B. (orgs.). **Serviço Social**: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos. Teresina: EDUFPI, 2020, p. 63-86..

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. O. da S. e. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, M. O. da S. e; CARVALHO, D. B. B. de. A pós- graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dez. 2007.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; ELEUTÉRIO FARGONI, E. H. Tecnociência, Industrialização e Pesquisa na Financeirização Radical do Capitalismo e da Educação Superior. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 45, n. 3, p. 569-581, dez. 2020.

YAZBEK, M. C. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço social brasileiro na contemporaneidade *In*: CEFESS / ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 22-27.

3

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: particularidades da Região Sul*

*Olegna Guedes
Giovane Scherer
Thaísa Closs*

Introdução

Em tempos de avanço do questionamento da ciência e da própria razão, no qual o obscurantismo do conservadorismo e do autoritarismo se alastra na tentativa de sufocar o pensamento crítico, é imperativa a necessidade de análise acerca da pós-graduação no Brasil, compreendida como espaço de produção científica capaz de contribuir, em diversos âmbitos, com as necessidades da população brasileira. Especialmente, a pós-graduação em Serviço Social se constituiu como espaço estratégico de produção de conhecimento, de adensamento teórico-metodológico e ético-político na perspectiva de consolidação do projeto profissional construído nas últimas décadas, considerando sua articulação com as tendências postas na realidade brasileira, com desafios que permeiam o exercício e a formação profissional de assistentes sociais no país. Como salienta Yazbek (2009, p. 152), o Serviço Social a partir da consolidação da pós-graduação na área, tem dialogado com o pensamento social contemporâneo, produzindo significativos acúmulos “[...] na pesquisa acerca de seus fundamentos, da natureza da sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão.”, eixo de investigação que também se articula com amplos estudos em relação “[...] à questão social, do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia.”.

Nessa perspectiva, o presente capítulo visa abordar alguns dos desafios contemporâneos à pós-graduação na área de Serviço Social, situando particularidades do sul do país, haja vista a relevância dos programas dessa região para a realidade local em termos da formação de docentes e pesquisadores, bem como no que se refere a produção de conhecimento. Essa região, formada pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná,

*DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.65-82

tem seu primeiro programa implementação na década de 1970 na PUCRS e atualmente conta com seis cursos de mestrado e quatro de doutorado, contando com uma significativa expansão a partir dos anos 2000, período de profundas transformações no âmbito do ensino superior.

Sob o espectro da reforma do Estado (MARE, 1997) e da política neoliberal que a caracteriza, a pós-graduação nos últimos vinte anos não está alheia à crescente consolidação de grandes oligopólios na disputa pelo domínio do mercado da educação. Uma disputa que tem entre seus grandes pilares a materialização do ensino superior através tecnologias que, aparentemente, o tornam uma modalidade passível de ser oferecida à distância. Desse processo resulta a precarização do ensino sob a forma denominada por Gentili (1996) de “macdonaldização do ensino” e traduzida, sobretudo por porta-vozes desses oligopólios, demagógicamente, como democratização do acesso ao ensino superior, com impactos em todo sistema educacional.

A dinâmica do mercado da educação se reinventa e amplia. Medidas que tinham ênfase no ensino graduado, tais como deslocamento de recursos públicos para o setor privado e o incentivo da modalidade de ensino a distância, estendem-se de forma crescente para os cursos pós-graduação *stricto sensu* e para a pesquisa. Dentre seus efeitos, está a visível lógica de desfinanciamento que, nos dois últimos anos (2019/2020) registra-se, sobretudo, na redução orçamentária destinada às agências de fomento (CAPES/CNPq) a tais cursos e às pesquisas neles realizadas. Sob essa lógica, erigem-se os veios ideológicos, políticos, jurídicos que convergem para consolidar condições objetivas adversas à produção do conhecimento, sobretudo, nas áreas das ciências humanas e sociais, dadas as tendências sociopolíticas mais recentes.

Diante desse cenário, pretende-se, nas reflexões que se seguem, recuperar inicialmente o processo de constituição da pós-graduação em Serviço Social com ênfase para a região Sul, caracterizando seus programas. Na sequência, destacam-se tendências atuais da política recente que vem sendo adotada pela CAPES e CNPq, considerando seus impactos na área, bem como se sinalizando desafios para a manutenção e fortalecimento do Serviço Social como área de pesquisa consolidada em nosso país.

Constituição e caracterização da pós-graduação em Serviço Social na Regional Sul I

A pós-graduação em Serviço Social no Brasil se institucionaliza sobre a égide do regime militar, em um período histórico marcado por contradições e tensionamentos no âmbito das políticas de educação. A implantação da pós-graduação era parte constitutiva do projeto de modernização conservadora e tinha por objetivo a consagrada integração entre centro e periferia, o que eviden-

cia nitidamente o processo de dependência nacional (GUERRA, 2011). Os anos de chumbo da ditadura militar foram marcados pelo poder da burguesia através de práticas autocráticas, autoritárias e totalitárias, ocultando as desigualdades sociais decorrentes do processo de industrialização pesada e da concentração de riquezas, de reforço do subdesenvolvimento brasileiro e da dominação imperialista externa (FERNANDES, 2005). Portanto, período de consolidação do que Netto (2011) chama de autocracia burguesa, um projeto de dominação que neutralizou os protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade. Nesse quadro, a educação se construía como um importante pilar no âmbito da ditadura militar, tanto devido à possibilidade de forjar concepções ideológicas afinadas com os ideais implementados pela autocracia burguesa, bem como, para consolidar uma qualificação de força de trabalho para contribuir com o aumento da produtividade no âmbito das relações de dependência com o capital internacional.

Conforme Guerra (2011), a pós-graduação no Brasil foi criada “pelo alto”, para atender aos interesses de uma burguesia nacional e, sobretudo, estrangeira, cumprindo a perspectiva de configurar a universidade um determinado perfil de neutralidade, de assepsia e tecnocratismo, conformando e sustentando uma racionalidade formal-burocrática. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil nasce no seio desse processo, sendo designada a função de auxiliar no desenvolvimento das forças produtivas e de construir um perfil de profissional que lhe fosse funcional a dinâmica do capital, com claro perfil tecnológico e parametrizada pelo modelo norte-americano (GUERRA, 2011). Portanto, a pós-graduação em Serviço Social se constitui em meio a esses processos contraditórios instituídos pela ditadura militar na época, em um momento histórico em que o Serviço Social procura rever as suas bases de fundamentação, após o heterogêneo movimento de reconceituação entre os anos de 1965 a 1975, na tentativa da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social. Nesse quadro, destaca-se a preocupação com o conhecimento no e para o Serviço Social, sendo que a implantação da pós-graduação na área significou a convalidação nos órgãos oficiais no âmbito do Serviço Social como área de estudo e pesquisa (SPOSATI, 2007).

Os primeiros cursos de pós-graduação implantados no Brasil foram nas Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro, ambos em 1972, sendo que no ano de 1977 a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul implementa o seu programa de pós-graduação, se constituindo como o primeiro programa da região sul do Brasil. Importante destacar que a década de 1970 apresenta grandes alterações no capitalismo internacional, especialmente, pelo agravamento da crise do modo de produção capitalista, trazendo sério impactos para a classe trabalhadora, no que diz respeito às formas de produção e gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial, sob o comando

do capital financeiro, que altera profundamente as relações entre estado e sociedade civil (IAMAMOTO, 2007). O resultado desse processo foi um agravamento das condições de vida da classe trabalhadora em termos globais, com particulares impactos para países de desenvolvimento capitalista tardio, dependente e periférico como o Brasil. Entende-se que a criação e consolidação da pós-graduação na região sul não se dá descolada dessas conjunturas históricas, mas se constitui articulada em um cenário marcado por intensas transformações societárias no capitalismo mundial, com profundas implicações para o Serviço Social.

O primeiro curso de mestrado em Serviço Social da região sul do Brasil nasce nesse contexto, junto a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS no ano de 1977. O Mestrado em Serviço Social é constituído 32 anos após a criação da graduação, representando um importante espaço para o desenvolvimento de pesquisas e formação docente no nível estadual, regional e nacional. Foi no âmbito deste programa que nasceu o primeiro curso de doutorado da regional sul I no ano de 1998, sendo por 24 anos o único programa de pós-graduação da região, para atender a demanda por formação *stricto sensu* dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Esse contexto só se altera no ano de 2001 com a criação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) no estado do Paraná. No ano de 2011, os programas de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) implementaram o nível de Doutorado, representando, até o atual momento, como os únicos programas de seus respectivos estados que possibilitam a formação de doutores em Serviço Social.

No ano de 2006 é desenvolvido na regional Sul I mais um programa de pós-graduação no estado do Rio Grande do Sul com a criação do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), inicialmente vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, e, no ano de 2008, devido à reestruturação acadêmico-administrativa da Universidade, passou a vincular-se diretamente ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais da UCPEL. O Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas posteriormente implementa o seu doutorado, se constituindo na segunda oferta de doutoramento disponível no estado do Rio Grande do Sul, atendendo, especialmente, uma demanda dos profissionais residentes no interior do estado por qualificação.

No ano de 2013 é criado o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOSTE), localizado na cidade de Toledo/PR, ofertando vagas em nível de mestrado e se constituindo como o segundo programa de pós-graduação no estado do Paraná. Três anos depois, em 2016, é constituído o Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), representando o terceiro programa do estado do Rio Grande do Sul a oferecer vagas em nível de mestrado e o sexto programa da regional do Sul I.

O período de 2001 a 2016 apresentou um grande avanço na regional Sul I com o surgimento de cinco dos seis programas da região, considerando ainda que no período de 2006 a 2016 ocorreu um aumento de 50% na oferta de programas nos três estados com o surgimento dos programas na UCPEL, na UNIOSTE e na UFRGS. A expansão da pós-graduação na regional Sul I é fruto do amadurecimento e da consolidação de diversos cursos de graduação na região, bem como, resultante de uma conjuntura histórica marcada por diversas contradições no âmbito do ensino e da formação profissional nos anos 2000. A política de pós-graduação no Brasil, nesse período, é impactada pela aprovação do IV e V Planos Nacionais da Pós-Graduação (2005-2010 e 2011-2020 respectivamente), o qual se caracterizam pela manutenção e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, tendo como principal objetivo a ampliação do número de pós-graduandos no Brasil, bem como a criação de uma agenda nacional de pesquisa, o aperfeiçoamento da avaliação, a multi, inter e/ou transdisciplinaridade e o apoio aos diferentes níveis de ensino (MENDES; SANTOS; WERLANG, 2017).

Apesar da perspectiva do fortalecimento da pós-graduação no Brasil, que vai refletir diretamente na ampliação da pós-graduação em Serviço Social na regional Sul I, o direcionamento da política de pós-graduação no Brasil nos últimos anos é voltado para atender aos interesses do mercado por meio de estratégias direcionadas a formar recursos humanos na perspectiva da consolidação de parcerias com o setor privado, especialmente no que diz respeito às áreas de tecnologia. Nesse sentido, há um nítido fomento a articulação entre universidade/empresa, colocando os pesquisadores na condição de gestores na captação de recursos no mercado em troca da oferta de serviços de inovação, aprofundando a lógica do chamado produtivismo acadêmico e da precarização das relações de trabalho (MENDES; SANTOS; WERLANG, 2017). As políticas de pós-graduação, nesse contexto, refletem a dinâmica do Estado, sob a feição neodesenvolvimentista, que visava implementar políticas públicas, algumas com forte caráter compensatório, e também estimular as atividades do grande capital (CASTELO, 2012).

O Estado, nesse período, assumia a forma de um hibridismo acrítico, sendo que toda a sua atuação enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal,

como uma espécie de versão *ultra light* da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro (SAMPAIO JR., 2012). O esgotamento deste período, marcado pelo processo de golpe jurídico-parlamentar, aponta para o aprofundamento de perspectivas neoconservadoras e neoliberais, nunca superadas na realidade brasileira, mas nitidamente fortalecida nos últimos anos, com profundos impactos para a pós-graduação nas áreas das humanidades, como os Programas de Pós-graduação em Serviço Social.

Apesar de suas particularidades, os diferentes programas de pós-graduação na área carregam consigo o legado da renovação crítica da profissão, em seus vínculos com as lutas sociais e forças progressistas brasileiras, num diálogo profícuo com o pensamento marxista conjugado na análise da realidade social, da questão social, das políticas sociais e da profissão inscrita no movimento contraditório da história, mantendo uma direção crítica na direção do projeto ético-político do Serviço Social, com inúmeras contribuições para as áreas humanas e sociais e, especialmente, para a qualificação do trabalho e formação de assistentes sociais no país.

A regional Sul I chega ao contexto contemporâneo com seis programas de pós-graduação em Serviço Social em todos os estados da região. Quanto à natureza dos programas de pós-graduação, a regional segue a tendência nacional de uma maior concentração de programas de pós-graduação em universidades públicas, contando com quatro cursos (dois de universidades federais e dois de universidades estaduais), e dois em universidades privadas. A crescente tendência de desinvestimento no fortalecimento do ensino público e de qualidade, marca das contrarreformas no ensino brasileiro, em consonância com a dinâmica neoliberal, tende a fragilizar a formação em pós-graduação em Serviço Social na regional Sul I e em todo o país. Mostra-se necessário, mais do que nunca, a defesa pelo fortalecimento de uma formação laica, gratuita e de qualidade, sendo que essa defesa se constitui elemento central para o fortalecimento da pós-graduação na área.

Com relação à oferta de vagas, os programas da regional Sul I oferecem em média 156 vagas, sendo 111 para mestrado e 45 para doutorado nos três estados. O estado que concentra a maior oferta de vagas anuais na regional é o Rio Grande do Sul com 60 vagas de mestrado e 20 de doutorado nos três programas oferecidos no RS. Conforme dados da plataforma Sucupira (CAPES, 2021), nesse estado destaca-se que seus programas congregam 39 docentes, 111 mestrandos e 70 doutorandos matriculados. O estado do Paraná é o segundo estado com maior oferta no mestrado, com 29 vagas anuais e Santa Catarina possui a segunda maior oferta de vagas no doutorado com 18 vagas anuais, todas advindas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC, que conta com 22 docentes, 36 mestrandos e 46 doutorandos matriculados (CAPES, 2021). Já o estado do Paraná totaliza entre seus programas 27 docentes,

52 mestrandos e 29 doutorandos matriculados (CAPES, 2021).

Os seis programas da regional Sul I desenvolvem uma ampla gama de investigações, nos mais variados temas, contribuindo com a qualificação do exercício profissional, bem como para a análise das mais diversas refrações da questão social e das estratégias para o seu enfrentamento no âmbito das políticas e movimentos sociais. Nesse sentido, os programas da regional Sul I possuem as seguintes áreas de concentração e linhas de pesquisa:

Quadro 1 - Áreas de concentração e linhas de pesquisa PPG's região Sul

Área de concentração (programa)	Linhas de pesquisa
Serviço Social, Políticas e Processos Sociais (PPGSS PUCRS)	Serviço social, ensino e formação Serviço social, seguridade social e políticas sociais Serviço social, direitos humanos, desigualdades e resistências Serviço social, trabalho e processos sociais
Questão Social, Direitos Humanos e Políticas Sociais (PPG PS DH UCPEL)	Estado, direitos sociais e política social Direitos humanos, segurança e acesso à justiça Questão social, trabalho, sociabilidades e resistências políticas
Política Social e Serviço Social (PPG PS SS UFRGS)	Estado, sociedade, políticas sociais Fundamentos do serviço social, formação e trabalho profissional
Serviço social, Direitos Humanos e Questão Social (PPSS UFSC)	Direitos, sociedade civil, políticas sociais na América Latina Questão social, trabalho e emancipação humana Serviço social, ética e formação profissional
Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos (PPG PS SS UEL)	Gestão de políticas sociais Serviço social e trabalho
Serviço Social, Políticas e Direitos Humanos (PPG SS UNIOESTE)	Fundamentos do serviço social e o trabalho profissional Política social, fundamentos, gestão e análise

Fonte: Sistematização dos autores com base na plataforma Sucupira (CAPES, 2011).

Observa-se que a maior parte dos programas insere o *Serviço Social* como área de concentração, demonstrando o interesse na investigação acerca da profissão, tanto no que diz respeito aos seus fundamentos, como também no que se refere a formação e o trabalho profissional. O debate acerca das *Políticas Sociais* mostra-se, também, como uma temática em evidência na maior parte dos programas da região, sendo citada como área de concentração a mesma quantidade de vezes que o Serviço Social. Conforme Nogueira e Miotto (2013), o debate instaurado em torno do Serviço Social e política social, floresceu e aprofundou-se significativamente ao longo das duas últimas décadas do século XX e consolida-se no início do século XXI; onde ocorre um amplo processo de produção de conhecimento em torno da política social, que tem se constituído em um pilar central na consolidação do Serviço Social como área de conhecimento no campo das ciências sociais. A discussão acerca dos Direitos Humanos, embora apareça com um destaque menor ao ser comparado com Serviço Social e Política Social como área de concentração, possui relevância em termos da análise das áreas de concentração da região, estando presente como área de concentração em 4 dos 6 programas da Sul I, demonstrando a sintonia da área com temas emergente da realidade social num quadro de grande relevância da abordagem dessa temática diante da articulação de forças sociais que vem atacando conquistas históricas no campo desses direitos.

Em um contexto de avanço neoliberal e neoconservador, mostra-se fundamental o debate acerca de temas que a pós-graduação em Serviço Social na regional Sul I vem desenvolvendo, na perspectiva de contribuir no fomento ao pensamento crítico. Nessa direção, as áreas de concentração dos programas se desdobram em dezesseis linhas de pesquisa em todos os programas da região, com diversos temas, com destaque para temáticas como Serviço Social, Estado, Questão Social, Trabalho, Política Social, Direitos Humanos, Ensino/Formação em Serviço Social, dentre outros.

Os programas de pós-graduação da Regional Sul I vêm desenvolvendo um amplo leque de pesquisas sobre os mais variados temas, contribuindo no fomento de uma produção teórica de grande relevância com destaque nacional e internacional, totalizando 148 projetos de pesquisa em andamento, com a maior concentração no Rio Grande do Sul (80 de 148), seguida por Santa Catarina (38 de 148) e os demais no Paraná (30 de 148), segundo informações da plataforma Sucupira (CAPES, 2021). As investigações construídas na região vêm contribuindo para o avanço da reflexão crítica, mantendo o legado histórico da profissão na construção de um conhecimento contra-hegemônico, vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Além de contribuir com o trabalho profissional em Serviço Social, a produção teórica da área vem colaborando na compreensão de diversas expressões da questão social, da estruturação das políticas sociais, das tendências postas para o exercício e

formação profissional em Serviço Social, num diálogo com o pensamento crítico na análise da realidade contemporânea, marcadas por profundas transformações e tendências regressivas. Evidentemente, os programas de pós-graduação da Regional Sul I enfrentam os mesmos desafios que os demais programas da área em todo o Brasil, por isso a importância de analisar o contexto atual de recrudescimento neoliberal e neoconservador, que ameaça o fortalecimento da direção crítica conquistada na trajetória de consolidação do Serviço Social no Brasil. Nesse sentido, o próximo item do presente capítulo tratará dos desafios contemporâneos para a produção de conhecimento na área.

Desafios contemporâneos da pós-graduação nas áreas de ciências humanas e sociais

Um dos eixos que sustentam o ideário de governança no cenário contemporâneo é a ênfase na cultura do negacionismo da ciência como referência para as políticas sociais o que se expressa, por exemplo, na negação do conhecimento científico para o planejamento de ações na saúde pública no que se refere ao combate do COVID-19. Tal cultura se sustenta a partir de vários pilares, dentre os quais serão ressaltos três aspectos, considerando seus impactos nas áreas humanas e sociais.

O primeiro deles - aspecto basilar do pensamento conservador clássico - é a negação da própria racionalidade aliada à apologia às hierarquias estáveis e sacralizadas na construção de falsos consensos para o ataque ao conhecimento acumulado pelo desenvolvimento sócio-histórico. À revelia desse desenvolvimento, consolidam-se projeções salvíficas como possibilidades de um ideário de soberania no qual o poder político se constrói sobre a associação eclética da eficácia técnica, expressão do conservadorismo moderno, associada ao culto à *esistemê* medieval do “bom governo”. Uma associação que converge, em última instância, para a garantia da articulação do poder político à lógica mercantil, amplia-se também a clivagem entre a política de acesso a direitos fundamentais - dentre eles o direito à vida e qualquer perspectiva igualitária -, e a produção do conhecimento fundada na materialidade histórica da realidade social.

Um dos resultados desse processo é o culto à desigualdade social, que na particularidade da formação sócio-histórica brasileira, está estritamente vinculada à raça, a etnia e às relações entre os sexos. Uma desigualdade que teima em se naturalizar sob a chancela ideológica da negação das áreas de conhecimento vinculadas às ciências humanas e sociais, que abordam historicamente tem contribuído para desvendar as desigualdades sociais e construir formas de enfrentamento às mesmas, logo, contraditam lastros da cultura conservadora que apregoa, cotidianamente, o descaso com a vida de negros, populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas e pobres. Tal dinâmica

tem se traduzido padrão de governança negacionista que se evidencia em ações políticas que recusam a importância do debate científico sobre essas expressões da vida social em nosso país.

Na gestão política associada a tal projeção salvífica, na qual tudo deve convergir para cultuar heróis que se apresentam sob a mística da salvação, destaca-se um segundo aspecto: a instabilidade de ministros e gestores públicos federais que, escolhidos sob esse espectro, estes só conseguem se manter em seus cargos pela adesão a essa cultura conservadora, pela disposição em fazer coro com o projeto de retrocessos políticos conjugados aos interesses dos grandes oligopólios.

Nesses dois anos do atual governo (2019/2020), assistimos a nomeação de quarto ministro da educação. Dentre esses, o que até o momento manteve-se por mais tempo à frente da gestão desse ministério, o economista Abraham Weintraub, destilou uma série de provocações e constantes ataques à produção do conhecimento. Chegou a acusar o ambiente acadêmico de ser palco de balbúrdia, plantação de maconha, ataque à moralidade e aos bons costumes; fez coro com a cultura que tende a considerar os servidores públicos como parasitas; impôs cortes de recursos para universidades e institutos científicos; cortes de fomentos e implementação de uma infundada política de redução de verbas para as bolsas destinadas a pesquisadores em todos os níveis. Fez parte, também, de seu discurso político marcado pelo tom acusatório, a criação de um tribunal para apurar a validade (ou não) das ciências humanas e sociais. No dia 22 de Março do ano 2020, em plena pandemia de COVID-19, publicou em sua conta no Twitter:

Eu acuso a esquerda de priorizar faculdades de Antropologia ou Filosofia em vez de Medicina ou Enfermagem. Eu acuso a esquerda de construir estádios superfaturados em vez de hospitais. Eu já falava isso há um ano. Agora faltarão leitos nos hospitais, médicos, enfermeiros.

Destaca-se aqui o terceiro aspecto a ser apontado: a ênfase na produção de conhecimento vinculada à tecnologia em detrimento à necessária vinculação do conhecimento às necessidades humano-sociais. Uma ênfase que se afina a uma das expressões do pensamento conservador: a que interpreta a ciência como técnica, como positividade, desvinculada da práxis humana. Associada às respostas exatas, mensuráveis, a produção do conhecimento torna-se funcional aos interesses do mercado, traduzido como necessário “desenvolvimento econômico” e avesso à práxis humana. Aspectos fundantes da realidade tem sua análise transferida para a esfera do “sagrado”, desassociada de qualquer base ontológica concreta, uma vez que esta é delegada à esfera teológica de forma a reatualizar um dos pilares fundamentais do pensamento conservador.

É nesse cenário se situam as portarias da CAPES e portarias publicadas no ano de 2019 e 2020, as quais destituem as ciências básicas e as humanidades do horizonte prioritário de financiamento público para alocação de recursos, priorizando áreas tecnológicas sob a justificativa de: “[...] alavancar setores com maiores potencialidades para a aceleração do desenvolvimento econômico e social do Brasil e racionalizar o uso dos recursos orçamentários e financeiros programados pelo Governo Federal.” (BRASIL, 2020). Desenha-se, ainda, uma lógica do descaso em relação a princípios éticos fundamentais da gestão pública, tal como a não publicização de critérios transparentes para a distribuição dos poucos recursos destinados ao fomento à educação, cujo exemplo notório é o recolhimento de bolsas cujo percentual de reposição segue-se incerto em ambas as agências de fomento.

Destaca-se, como um primeiro grande desafio: o enfrentamento coletivo por parte das associações de ensino e pesquisa das diferentes áreas de conhecimento, bem como dos fóruns que agregam associações diversas, tendo em vista a construção de ações coletivas diante das tendências ideopolíticas impostas através de portarias e ações construídas sem transparência até mesmo para os representantes das diferentes áreas junto às grandes agências de fomento. Para além das portarias publicadas pelas agências de fomento e do cenário incerto que impõem uma série de fragilidades em relação à garantia da qualificação da produção intelectual das diferentes áreas, destacam-se as mudanças na política de avaliação da CAPES, destacando-se que, qualquer a avaliação faz parte da direção ideopolítica que se quer imprimir e do projeto político que se quer implementar.

Na atual conjuntura política do país, ela está associada à política de desfinanciamento e à associação dos produtos intelectuais e técnicos aos interesses do mercado que têm na lógica produtivista um de seus principais suportes. É nesse quadro que se gesta o atual processo de avaliação periódica quadrienal que pretende aprimorar a elaboração de rankings que estimulam o produtivismo e tendem a dissociá-lo da qualidade acadêmica. Ou seja, uma dinâmica que faz parte da política de pós-graduação nos últimos 20 anos, sob o ideário da eficiência que se punha como um dos aspectos basilares da Reforma do Estado (1997) utilizado, entre outros aspectos para justificar encolhimento de recursos públicos destinados a estes programas. Ou seja, no cenário de poucos recursos, prioriza-se para sua distribuição, os melhores pontuados - uma métrica utilizada para referendar a política de ranqueamento. Submetidos à lógica de avaliação fundada no produtivismo, os programas de pós-graduação stricto sensu são lançados a lutas isoladas por sobrevivência e buscas por melhores índices na busca dos recursos financeiros que necessitam para continuar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, a avaliação multidimensional que se anuncia pela Capes é referenciada no “[...] modelo criado pelo consórcio europeu U-Militrank (UMR) para classificar e ranquear instituições de ensino superior de diversos países.” (CAPES, 2020, p. 4), a qual evidencia-se como problemática porque desconsidera aspectos materiais e concretos da realidade brasileira em termos de pesquisa e da diversidade das áreas do conhecimento. Dessa forma, nos anos de 2019 e 2020 ocorreram alterações nos itens de avaliação periódica quadrienal e a ênfase numa política centrada na formação recursos humanos que, na linguagem institucional na CAPES, centra-se na valorização de indicadores de sucesso do egresso (inserção no mercado de trabalho, produtos técnicos e intelectuais, entre outros). Concomitante, altera-se a organização da avaliação dos programas, que passa se centrar em três grandes três itens, incluindo a autoavaliação e o planejamento estratégico como quesitos fundamentais.

Em relação a esses últimos quesitos - de fato necessários para orientar a consolidação dos programas de pós-graduação - destaca-se a atenção prioritária para suas próprias ações para que possa revisita-las; monitorá-las e aprimorá-las com vistas à construção de estratégias para evidenciar, através de indicadores empíricos, o sucesso das ações e de suas pesquisas por eles materializadas. Contudo, num cenário de pandemia e instabilidade política e econômica, a ênfase na autoavaliação, não pode se dar à revelia das condicionantes sócios históricos que se impõem sobre programas de pós-graduação e sob a produção de conhecimento, como fica evidente em documento da CAPES:

O ponto crucial da sistemática da avaliação aqui proposta é a mudança do foco do processo avaliativo: ao invés da CAPES receber os resultados da auto avaliação realizada pelos programas, a Agência deverá acompanhar como os programas de pós-graduação estão conduzindo suas auto avaliações. [...] Trata-se, na prática, de colocar em ação o elementar processo de detectar pontos fortes e potencialidades, tanto quanto discriminar pontos fracos dos programas e prever oportunidades e metas. Deve-se estabelecer estas metas com clareza e de forma tanto quanto possível participada, para que todos ou a maior parte da comunidade acadêmica se perceba representada. (CAPES, 2019, p. 9)

Ou seja, a avaliação busca assegurar que cada programa possa captar o que o diferencia, suas particularidades e suas potencialidades; mas em relação a que? À internacionalização num cenário de absoluto cortes de verbas que permitiriam a mobilidade acadêmica? Às suas ações de inserção social com vistas a conciliá-las com as exigências formal de apresentá-las como produtos técnicos-tecnológicos? Como assegurar perspectivas futuras, no incerto cenário atual? A resposta a estas questões tornam-se desafiadoras para a perspectiva ética e po-

lítica defendida na área de Serviço Social, especialmente quando a direção imprimida para a autoavaliação enfatiza o sucesso do aluno, do professor, dos técnicos e do programa, num claro alinhamento à lógica do mercado.

As áreas de produção do conhecimento, nesse cenário, tendem voltar-se a suas próprias potencialidades e delinham-se correlações de forças marcadas por disputas que nos desafiam a construir pautas e propostas de resistências. Não apenas porque nos colocam à mercê de alterações que prejudicam a avaliação da área do Serviço Social; mas ameaçam a sobrevivências das áreas de ciências humanas e sociais em nosso país. Aspectos dessa pauta vem sendo sinalizados pelas coordenações de programas da área de Serviço Social, tais como a problemática da exigência da vinculação das metas e objetivos dos programas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES aos quais pertencem, num cenário político de nomeações de reitores à revelia dos interesses da comunidade acadêmica, em que os PDI's se constituem em documentos indutores de uma universidade subordinada aos interesses mercantis e empresariais. Há, portanto, o risco de atrelar o planejamento da nossa área, o Serviço Social, a este modelo. Outro aspecto sinalizado é o cuidado com uma concepção de autoavaliação a ser implementada como elemento descolado do investimento público na pós-graduação e fundado numa perspectiva de sucesso desvinculado do investimento público, subordinando a pesquisa e produção de conhecimento aos interesses mercadológicos.

Nessa perspectiva, outro grande desafio é a articulação política frente aos indicadores de avaliação criados para quantificar e metrificar a produção dos Programas de pós-graduação. A perspectiva que orientou a construção desses indicadores, que é parte da avaliação multidimensional, foi a criação de indicadores iguais para áreas diversas do conhecimento e com realidades diversas. Nivelá-las através desses indicadores significa avaliar áreas amplamente diferentes através de uma mesma métrica. Um exemplo é a introdução de novos campos para coleta de dados de produção técnica na ficha de avaliação quadrienal e que apresentam para uma série de eixos que não contemplam muitas das particularidades das ciências humanas, sociais e aplicadas. É nessa perspectiva, por exemplo, que nos vimos surpreendidos por classificações não peculiares as nossas pesquisas e nos vimos empurrados para o que se convencionou chamar de tecnologia social. Evidencia-se, nesse quadro a incerteza dos programas de pós-graduação frente a avaliação multidimensional, ou seja, uma avaliação que “[...] pauta-se pelo mesmo conjunto de quesitos e itens avaliativos no intuito de promover a equivalência de desempenho entre programas com as mesmas notas em diferentes áreas de avaliação.” (CAPES, 2020, p. 5)

Esse cenário incerto, de mudanças substantivas nas diretrizes para a pesquisa no país, juntamente com a dinâmica de ranqueamento e valorização das áreas tecnológicas em relação às humanas, sociais e sociais aplicadas, são

parte do que o atual diretor de avaliação da CAPES chama de “economia do conhecimento”, que conjuga desfinanciamento público sob a subordinação da produção de conhecimento à lógica do mercado, num quadro inédito de distanciamento social que impacta no desenvolvimento das ações de ensino e pesquisa, considerando a vigência de atividades remotas no último período, sendo um desafio a crescente luta para a garantia do ensino com qualidade na pós-graduação, da disseminação de pesquisas e da realização de bancas examinadoras de forma presencial, o que se articula com as lutas mais amplas no enfrentamento da pandemia entrelaça na defesa da democracia, da função social da universidade e da pesquisa.

Considerações finais

A pós-graduação na área de Serviço Social, seu processo de consolidação e maturação tem sido fundamental para desvendar os desafios postos à profissão, para a formação e o trabalho profissional, bem como para construção de conhecimentos voltados para o fortalecimento das políticas e direitos sociais, captando as tendências em curso na realidade e realizando projeções coletivas, dentre quais, destaca-se a sintonia do temas investigados pela área com as lutas e forças progressistas, dada o direção social crítica que alimenta a agenda de investigação desenvolvida pelos seus programas. Perspectiva crítica que é não é mera denúncia ou indignação, mas crítico-dialética, aquela que se estabelece no sentido de que a realidade social não é aceita como ela é dada, ela é questionada, interrogada de modo impiedoso (IANNI, 2011), possibilitando apreender as múltiplas determinações e contradições do real, a historicidade em sua processualidade, a questionar as formas de sociabilidade que se erguem sob as relações de exploração, a sustentar valores éticos e ações comprometidas com a superação dessa ordem societária.

Ou seja, a pós-graduação da área em seu significativo diálogo com as pautas político-organizativas das entidades da categoria de assistentes sociais vem contribuindo para a produção de conhecimentos numa dupla e articulada dimensão: a crítica da sociedade capitalista, em sua particularidade brasileira e em seus vínculos latino-americanos, considerando temas como a questão social, o Estado, as políticas e direitos sociais; bem como da profissão, do seu significado sócio-histórico na divisão sociotécnica do trabalho, das suas formas de pensar e agir em sua trajetória no movimento contraditório dessa mesma sociedade, na perspectiva de consolidação de um projeto profissional fundado em valores emancipatórios e em sólidas bases teórico-metodológicas, aprimorando as competências profissionais e o ensino. Portanto, essa dupla dimensão da crítica, construída no protagonismo da categoria de assistentes sociais no bojo das lutas sociais nas últimas décadas, engendrou a formulação

de um rico e amplo patrimônio intelectual, político e interventivo, com significativa contribuição da pós-graduação da área através da pesquisa e da formação continuada da categoria e qualificação de quadros docentes. Como nos lembra Yamamoto (2014, p. 613), o “[...] núcleo desse patrimônio é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Patrimônio alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação das forças vivas que movem a história; as lutas e movimentos sociais.”.

Logo, a defesa desse patrimônio nos desafia numa conjuntura marcada por profundos retrocessos que atingem conquistas civilizatórias, em que se visualiza a crescente aglutinação de forças conservadoras na sociedade e na própria profissão, sendo necessário construir frentes de resistência, aglutinando forças progressistas capazes de avançar na defesa da vida, de direitos e da democracia. Os desafios são grandes e os tempos difíceis, mas é preciso se contrapor ao pragmatismo, ao individualismo, ao imediatismo, ao produtivismo que destitui a direção social da pesquisa, apostando na cooperação entre programas, no fortalecimento de redes de pesquisa, em fóruns sistemáticos com as entidades da categoria e outras profissões. Diante da incerteza da conjuntura no quadro de uma pandemia que engendra profundas transformações societárias e novas mediações históricas na reprodução da questão social, trazendo profundos impactos e desafios para a pesquisa na área, é preciso afirmar a pesquisa e a produção de conhecimento como reserva de forças para nos conectarmos com o tempo presente do qual a profissão faz parte e nela se transforma, na conexão com as forças vivas da história, arremontando forças em articulação com movimentos mais amplos, para avançando na capilarização político-organizativa, no fortalecimento da direção social crítica construída pela profissão historicamente e materializada no seu projeto ético-político, renovando nossas lutas e estratégias organizativas.

Referências

- CAPES. Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação. Grupo de Trabalho. Ministério da Educação: Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.
- CAPES. **Relatório Técnico DAV**. Avaliação Multidimensional de Programas de Pós-Graduação. Ministério da Educação: Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23072020-dav-multi>

pdf. Acesso em: 05 dez. 2020.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/02.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. Portaria n. 1.222, de 19 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, edição 57, seção 1, p. 19. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.122-de-19-de-marco-de-2020-249437397>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. Portaria n. 1.329, de 27 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, edição 61-A, seção 1- Extra, p. 1. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.329-de-27-de-marco-de-2020-250263672>. Acesso em: 01 abr. 2020.

GENTILI, P. A. A. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In*: SILVA, T. T.; GENTILI, P. A. A. (org.). **Escola S. A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), 1996. p. 9-49.

GUERRA, Y. A pós-graduação em serviço social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141>. Acesso em: 30 jan. 2021.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempos de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IANNI, O. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR**, Campinas, vol.11, n.41, p. 397-416, abr. 2011.

MARE. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E DA REFORMA DO ESTADO. **A Reforma do Estado dos anos 90:** Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília : Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1997. Disponível em :

<http://www.bresserpereira.org.br/documents/MARE/CadernosMare/CADERNO01.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MENDES, J.; WERLAND, R.; SANTOS, A. M. dos. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-174, maio/ago. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/pt_1414-4980-rk-20-02-00175.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

MIOTO, R. C.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/05.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PÁTAMO, C. S. de O.; MEZZOMO, F. A. Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil: Estrutura, Resultados e Desafios para Política de Estado. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/636/372>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SAMPAIO JR, P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 15-25, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 jan. 2021.

YAZBEK, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão**. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

4

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: considerações da perspectiva discente*

*Tatiane Agostinbo Martins
Gracielle Feitosa de Loiola*

Introdução – “uma flor que brota do asfalto” – resistências possíveis em tempos de ere

A pós-graduação no Brasil passa por um processo de mercantilização que ganha particularidades em um contexto de crise pandêmica, política e econômica. São inúmeros os desafios postos aos estudantes brasileiros em meio ao cenário caótico da pandemia do COVID-19 e dos reiterados ataques à educação brasileira.

O contexto atual agrava o ataque ao ensino superior, em particular às áreas de ciências humanas e sociais, criando metas inatingíveis para descredenciar os programas, estimulando a competição entre as Unidades de Formação Acadêmicas - UFAS, coerente com a lógica empresarial e mercantil, com rebatimentos no processo de formação, adoecimento e permanência na pós-graduação no Brasil. Nesse cenário, para os/as discentes de pós-graduação agrega-se a luta pela defesa da ciência, em franco desmonte e desfinanciamento nos últimos anos.

A pós-graduação é um espaço de desafios no nosso país. Fazer pesquisa, principalmente nas humanidades, é uma batalha cotidiana. O cenário da pandemia escancarou os limites da sociabilidade capitalista e além dos desafios já postos nos fez enfrentar questões que até então não tínhamos sequer imaginado viver. As/Os discentes vivem cotidianamente os ataques diários à educação, os cortes de bolsas, a lógica tecnicista, mercadológica e produtivista que tem permeado a educação, e agora os desafios postos com o Ensino Remoto Emergencial - ERE.

O perfil do/a discente de pós-graduação, observado através do Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social, realizado na gestão 2017-2018 da ABEPSS “Quem é de luta, Resiste”, pela representação discente de pós-graduação, aponta questões de fundo

*DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.83-96

para pensarmos o ensino remoto na pós-graduação em nossa área. É um grupo relativamente jovem, sendo que 84% têm entre 20 e 40 anos. Majoritariamente feminino, 83% dos estudantes e 28% das/os discentes têm filho(s). Conciliar trabalho com a pós-graduação é a realidade de 69% das/os estudantes.

Ademais deste perfil básico a pesquisa também apontou para temáticas que precisam permear a formação em Serviço Social e que se reflete no perfil dos seus discentes de graduação. Quanto à raça/cor 52,9% dos/as discentes se declararam pretos ou pardos, reiterando a necessidade de uma formação anti-racista e da necessidade de se considerar a discussão racial em todas as linhas de estudo na pós-graduação. A diversidade de cultos também é evidenciada pelo perfil, com dezesseis diferentes manifestações religiosas, o que aponta para a necessidade de consideração da diversidade cultural dos/as discentes.

Além de abordar dados socioeconômicos, o perfil ainda aponta importantes considerações sobre saúde mental e assédio moral. Segundo a pesquisa:

[...] 86,7% das(os) participantes declararam ter tido sintomas de ansiedade durante a pós-graduação, seguido por 66,5% das respostas declarando desânimo e falta de vontade de fazer as atividades. Vale destacar ainda que 11,4% das(os) participantes, ou seja, aproximadamente 61 discentes declararam ter tido pensamentos suicidas durante a pós. (ABEPSS, 2018,p.41)

Tais dados, alarmantes por si só, foram reiterados e apresentaram possíveis agravamentos no cenário da pandemia do coronavírus e do Ensino Remoto Emergencial - ERE.

Somente esses dados já indicam, por exemplo, a necessidade de considerar a realidade da mulher, trabalhadora, estudante, historicamente responsável pelos cuidados da família, tendo que dividir espaço e atenção domésticos com o trabalho e a pesquisa. É uma disputa desleal para todos.

Nesta perspectiva foi conduzido pela representação discente nacional da ABEPSS (Gestão 2019-2020), com o apoio das representações discentes nas regionais, um levantamento entre os/as discentes de pós-graduação da área de Serviço Social no Brasil, realizado em agosto de 2020, com o objetivo de conhecer como vinha se dando a realidade do ensino remoto emergencial a partir da perspectiva do/a discente.

Nesse levantamento aparece de forma frequente as dificuldades de acesso material - as tecnologias (acesso à internet, equipamentos, espaço físico e computadores que precisam ser divididos com outros membros moradores da casa). Atrélada às condições de moradia, gênero, perfil de estudante-trabalhador, muitos na linha de frente; e o exercício do cuidado doméstico; questões que serviram de base para as discussões aqui postas.

O cenário nacional na pós-graduação no início do ensino remoto emergencial: reflexões da perspectiva discente

O início da pandemia do coronavírus no Brasil foi marcado por insegurança e incertezas. Com a propagação rápida do vírus após os primeiros contágios, ao final de fevereiro de 2020, o distanciamento social se mostrou necessário em um curto espaço de tempo, já na segunda quinzena de março do mesmo ano. O que se estimava, inicialmente, ser um distanciamento social de quinze dias se estendeu pelo crescimento sistemático do número de casos e de mortes. Ao final de junho de 2020, final do primeiro semestre, o Brasil já registrava 1.402.041 casos e 59.594 mortes.

Ainda que os números só tenham crescido, as universidades passaram a sofrer forte pressão para retomada das suas atividades, tanto de graduação quanto de pós-graduação. Os programas de pós-graduação na área do Serviço Social, que demarcaram posição ao longo dos primeiros meses contrário ao ensino remoto emergencial (ERE), passaram a tal instabilidade e pressão externa que se tornou premente a organização de um modelo de ensino remoto em caráter emergencial, ainda que abarcando apenas parte das atividades.

Desta forma, agosto de 2020 trouxe a discussão, para as universidades e os programas de pós-graduação, do modelo de ERE a ser adotado e de quais as necessidades objetivas das/os estudantes precisavam ser consideradas para o planejamento das possíveis ações.

É importante destacar que o Serviço Social enquanto categoria profissional é contrário a modalidade de ensino a distância para a graduação, já tendo desenvolvido diversas discussões e organizado materiais e estudos sobre a incompatibilidade desta modalidade de ensino com a formação ética e que atenda as diretrizes curriculares.

Ainda é necessário lembrar que a entidade acadêmico-científica da categoria, a ABEPSS, demarcou sua posição sobre o ensino remoto emergencial por meio do documento *Trabalho e Ensino Remoto Emergencial*, publicada em 23 de junho de 2020, onde aponta que o ensino e o trabalho em condições remotas “não podem se dar à revelia de um debate que seja construído de maneira coletiva e responsável pelas comunidades acadêmicas e coletivos profissionais, de maneira a atropelar normas e regulamentações já estabelecidas” para a formação e o exercício profissional.

Feitas tais ponderações, o objetivo da representação discente de pós-graduação da ABEPSS ao realizar o levantamento era prover um breve cadastro para futuros contatos e consultas aos representantes discentes dos programas de pós-graduação, além de produzir dados para subsidiar o debate e as lutas

relacionadas ao ensino remoto. Os dados levantados foram divididos por regional da ABEPSS para análise pela representação discente de pós-graduação de cada uma delas.

Quanto ao relatório nacional, alguns dados já podem ser apresentados para compreensão de qual era o cenário posto em agosto de 2020. Discentes das seis regionais da ABEPSS responderam ao questionário, sendo discentes de mestrado, doutorado e residência. Em 85% dos casos os discentes apontaram mudanças no calendário dos programas e 61% afirmaram ter participado da discussão destas alterações. Um número significativo de respostas, no entanto, apontavam para a incerteza de como as atividades do ERE seriam desenvolvidas, já que 43% declararam ter dúvidas nesse sentido.

Quanto aos acessos necessários para garantir a participação qualitativa dos/as discentes, algumas questões estruturais são apontadas pelas respostas. Do total, 23% indicavam não ter acesso, até aquele momento, às tecnologias necessárias para uma boa participação nas atividades e 45% não tinham acesso ao material bibliográfico necessário, situação agravada pelo necessário fechamento das bibliotecas das universidades.

No tocante a questões como o agravamento do adoecimento e do aprofundamento das pautas discentes, é necessária uma discussão mais aprofundada, que será feita oportunamente.

Quanto ao processo de ensino-aprendizagem vale destacar: o cansaço provocado pela intensificação de horas na frente de uma tela; apreensão do conteúdo prejudicada; a interatividade que é mais difícil em uma modalidade remota; dificuldade de continuidade da escrita das dissertações e teses (seja por situações de adoecimentos, dificuldade para realizar a pesquisa de campo, acesso às bibliotecas, as orientações que passam a ter outra dinâmica nesse formato); reflexão crítica das/os discentes que responderam em relação ao ensino remoto, destacando que a retomada das aulas presenciais precisa ocorrer de forma segura para todos/as.

O levantamento também aponta para questões sociais, de saúde e psicológicas, tais como o adoecimento geral, ansiedade, alguns sinalizam ter conhecimento de desistência entre os discentes. Também indicam a ausência quase total de suporte das instituições em termos de assistência estudantil à pós-graduação e a saúde mental de seus discentes, embora algumas instituições disponibilizaram editais para possibilitar acesso à internet, computadores, ajudas de custo, dentre outros, tais iniciativas se mostraram insuficientes para suprir mesmo as necessidades emergenciais.

Todo esse cenário é potencializado por um contexto de constantes cortes de bolsas, pela ausência de políticas governamentais gerais de permanência na pós-graduação, um cenário de incertezas, que muitas vezes têm impossibilitado que as/os discentes comemorem as aprovações em processos de ingresso

em mestrado e doutorado, pela incerteza da possibilidade de permanecer.

A representação discente de pós-graduação da ABEPSS: contribuições para o enfrentamento do ensino remoto emergencial na pós-graduação

É atribuição do representante discente de pós-graduação na ABEPSS, entre outras questões, “[...] contribuir, com base nas demandas estudantis, para o alcance das finalidades da ABEPSS.” (ABEPSS, 2008, art. 25). A organização política das/os estudantes de Serviço Social é bastante consistente e com registros bem organizados em nível de graduação, como indicado por Hollanda *et al.* (2016, p. 421) ao resgatar que “[...] o Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS possui registros históricos de organização política, cujos documentos datam do ano de 1953” e já desde seu primeiro encontro, realizado em 1978, discutiram currículo e continuidade organizativa do movimento, e em 1981 os estudantes de graduação garantiram sua participação na então ABESS com a mudança de sua estrutura.

No tocante à sua organização a representação discente de pós-graduação na ABEPSS não foi até o momento fruto de estudos mais aprofundado e hoje ainda se repensa, se rearticula e avança na sua organização a cada nova gestão.

Para a categoria, o enfrentamento de todas as questões que impactam na formação profissional sempre foram construídos coletivamente, como já apontava Boschetti (2011, p. 36) sobre a reforma do ensino superior no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, era e ainda é fundamental

[...] manter e reforçar cada vez mais a unidade política das entidades – Abepss, Conjunto CFESS/Cress e Enesso – na condução da resistência ao aligeiramento e desqualificação da formação acadêmica, com suas consequências para o exercício profissional.

A perspectiva política não muda e diante do cenário de imposição do ensino remoto, a ABEPSS organizou-se e divulgou notas e documentos sobre o tema. Corroborando a posição da instituição e buscando garantir que à perspectiva estudantil fosse contemplada na elaboração de ações pelas UFAS, a representação discente de pós-graduação propôs e conduziu a realização de um levantamento sobre a condição dos programas de pós-graduação e o acesso à informação pelas/os discentes. Inicialmente o levantamento foi direcionado aos representantes discentes dos programas, e em um segundo momento ampliou-se para todos os discentes dos 36 programas na área de Serviço Social no Brasil, tendo um alcance significativo.

Considerando os limites desse artigos dar-se-á uma maior ênfase aos dados da regional Sul I da ABEPSS, que abrange as unidades de ensino do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentados no painel “Conjuntura da Pós-Graduação no Brasil e seus impactos no Serviço Social” do Seminário Regional Conjuntura e Produção do Conhecimento sobre Formação em Serviço Social na Pós-Graduação” apresentavam um cenário inicial de como as/os discentes de pós-graduação identificavam os desafios frente ao ensino remoto emergencial, que à época estava sendo iniciado. Dos seis programas da regional, quatro participaram do levantamento (UEL, UCPEL, UNIOESTE Toledo e UFRGS).

Das/os estudantes de pós-graduação desta regional que responderam ao questionário 50% das/os participantes estavam no mestrado e 50% no doutorado[iv], 75% são discentes que não ocupam nenhuma vaga de representação, 83% apontaram mudanças nos calendários dos seus programas, 71% (setenta e um por cento) indicaram ter participado da discussão desta mudança, ou seja, 29% não participaram. O que nos leva a questionar: não houve abertura? Não houve tempo? Não houve condições individuais? Porque não houve participação das/os discentes?

Ainda 87% indicaram ter conhecimento de como as atividades seriam desenvolvidas, mas aqui o relevante é que 13% ainda tinham dúvidas. Como prosseguir sem deixar ninguém para trás? Como estaremos de mãos dadas mesmo à distância?

Quanto à tecnologia, 92% têm acesso às tecnologias necessárias, mas ainda há 8% que não tem. Em tempos em que tudo se tornou virtual, como garantir acesso? E permanência? Quando discutiremos as políticas de permanência também para a pós-graduação? Do total, 87% têm acesso ao material bibliográfico, mas ainda há um significativo número de referências que não estão disponíveis online e as/os estudantes sem acesso às bibliotecas.

Quando questionamos se houve adoecimento ou desistência em decorrência deste novo cenário, o número é alarmante: 62% dos participantes indicam que sim, estamos adoecendo e, em alguns casos, desistindo e não permanecendo na pós-graduação. Este dado reforça o levantado no perfil discente, cujo relatório aponta que as/os discentes estão adoecendo na pós-graduação, sendo que no perfil se indica: 86,7% com sintomas de ansiedade; 66,5% desânimo e falta de vontade de fazer as atividades; 11,4% com pensamentos suicidas; 20% com diagnóstico de psicopatologia. Uma realidade ainda não enfrentada pelas universidades e pelos programas, já que 95,3% relatou no perfil não terem recebido nenhum tipo de apoio ou atendimento.

Ao observarmos o detalhamento das questões sobre adoecimento é importante apontar para a realidade de que inúmeros discentes de pós-graduação são trabalhadoras/es, e atuantes na política de assistência social. Não

podemos deixar de considerar que o assistente social brasileiro “[...] é majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras.” (IAMAMOTO, 2009, p. 5) e portanto atuante na linha de frente das políticas de enfrentamento à COVID-19 e a seus impactos sociais. As respostas apontam para “condições de trabalho precárias; com esgotamento mental para as atividades remotas e pesquisa” e para “o esgotamento e as dificuldades, devido à intensificação do trabalho e ao medo de exposição. Muitos estão cansados e incertos sobre o semestre e o que vão enfrentar”.

Após a apresentação destes dados iniciais da Regional Sul I, o levantamento discente continuou a ser estudado e utilizado como referência para discussões e reflexões necessárias entre as/os discentes e docentes dos diversos programas de pós-graduação em Serviço Social.

Adoecimento discente na pós-graduação: mais isolados, mais adoecidos

No tocante ao adoecimento, o levantamento questionava: adoeceu ou tem conhecimento de adoecimentos ou desistências pelo cenário colocado? 60% disseram que sim. Nesse aspecto destacam-se algumas falas colocadas pelos discentes em três aspectos principais, o que não diminui ou invalida as demais questões. O primeiro destaque é para o agravamento de um adoecimento mental que já estava posto anteriormente ao cenário pandêmico, como observamos:

Faço parte do grupo de risco e com a pandemia, o sofrimento psíquico, medo, ansiedade e quadro de estresse, que já vinha apresentando em anos anteriores, foi aguçado. Além disso, não posso sair para fazer os tratamentos clínicos que ajudavam a aliviar esse quadro.

O processo de ansiedade, que já me acompanhava anterior ao período de pandemia, nele se intensificou, aumentando a dispersão, a dificuldade de foco e concentração nas atividades acadêmicas. Além do acompanhamento de situações de saúde de familiares e mortes de pessoas próximas e queridas. Também tomei conhecimento de colegas de pós-graduação que pausaram suas pesquisas nesse período, em função de adoecimento mental e de falecimentos na família.

Alguns colegas já apresentavam quadro de adoecimento antes da pandemia (ABEPSS, 2019, grifo nosso)

O adoecimento discente (e docente) na pós-graduação vem sendo considerado relevante já há bastante tempo. As falas remetem a um adoecimento que já estava destacado, como anteriormente apontado pelo Perfil do Discente de Pós-Graduação.

Uma pesquisa desenvolvida em 2005 por Louzada e Silva Filho já indicava que “o sofrimento faz parte do processo de formação dos pesquisadores entrevistados; manifesta-se em diversos níveis de intensidade e aparece nomeado de múltiplas formas” e de forma ainda mais preocupante que “eventualmente esse sofrimento apareceu naturalizado”. O aprofundamento deste adoecimento, que pode ter se iniciado antes da pós-graduação ou durante o seu desenvolvimento, no contexto pandêmico inclui os fatores de isolamento e sobrecarga das condições de trabalho, vida e pesquisa.

O segundo ponto de destaque se dá para as condições das/os estudantes trabalhadoras/es, que além da sobrecarga de ter que conciliar as atividades laborais com os tempos exigentes da pós-graduação, ainda são incluídas/os entre as/os trabalhadoras/es da linha de frente de enfrentamento do COVID-19, principalmente nas políticas públicas de saúde e assistência social:

Em relação à minha própria saúde física e mental enquanto trabalhadora presencial da política de AS no enfrentamento à COVID, com demandas 600% maiores, condições de trabalho precárias; com esgotamento mental para as atividades remotas e pesquisa.

Alguns alunos são profissionais atuantes na política de assistência ou saúde. Relatam o esgotamento e as dificuldades, devido à intensificação do trabalho e ao medo de exposição. Muitos estão cansados e incertos sobre o semestre e o que vão enfrentar.

Observa-se impacto maior em colegas da saúde ou que permaneceram em trabalho presencial, e ainda aquelas/es que sofreram o luto de algum ente querido nesse período da pandemia que encurtou o processo de despedida das pessoas quando do falecimento. (ABEPSS, 2019, grifo nosso)

O último destaque se dá para o uso de medicamentos psiquiátricos que se iniciaram ou se ampliaram durante a pandemia. Um levantamento feito pelo Conselho Federal de Farmácia e divulgado em setembro de 2020 aponta que no período correspondente ao primeiro semestre daquele ano “[...] houve um crescimento de quase 14% nas vendas de antidepressivos e estabilizadores de humor, usados nos casos de transtornos afetivos, como depressão, distímia (neurose depressiva) e transtorno afetivo bipolar” (CRF, 2020) em comparação com o mesmo período de 2019.

Considerando também os dados divulgados pela empresa Funcional Health Tech os números já vinham crescendo, entre 2017 e 2018, “[...] o

número de pessoas com depressão aumentou 18,4% nos últimos dez anos. São 322 milhões de indivíduos, ou 4,4% da população da Terra. O Brasil engrossa essa conta com 5,8% de seus habitantes – a maior taxa do continente latino-americano” (Funcional Health Tech, 2020, online). No que se refere a ansiedade, o Brasil tem “9,3% de sua população sofrendo dessa condição”, maior número da América Latina. Trata-se, efetivamente, de um grave problema de saúde pública a ser enfrentado.

Também não se trata de um mapeamento mas em razão de conversar com diferentes pessoas percebo que algumas passaram a fazer uso de algum tipo de medicação, outras referem ansiedade e sofrimento, não pela pós em si, mas pelo contexto como um todo.

Há relatos de adoecimento mental, ansiedade, estresse, esgotamento, distúrbios de sono, uso de medicação psiquiátrica, com especial destaque para os estudantes que são trabalhadores da linha de frente (saúde e assistência social), assim como estudantes com COVID-19. Destaca-se que o isolamento social e as dúvidas quanto ao bloqueio na escrita e produção das pesquisas contribuí neste contexto. Além disso os relatos de desistência por conta do corte de bolsas.(ABEPSS, 2019, grifo nosso)

Outros apontamentos não menos importantes tratam ainda dos problemas da modalidade em si (ensino remoto), do corte de bolsas e recursos, improdutividade e dificuldades sociais, econômicas e culturais.

Tenho conhecimento de colegas que estão enfrentando problemas graves nessa modalidade remota.

Várias pessoas adoecidas fisicamente e também mentalmente. Devido ao corte de bolsas, alguns ingressantes do doutorado desistiram do curso.

Inúmeros colegas relatam a dificuldade de produzir no período de Pandemia. Nesse contexto, há inúmeros relatos de sofrimento psíquico, alguns já em tratamento de saúde. Eventualmente, minha turma reúne para discussões relacionadas ao tempo presente e, quase a totalidade dos estudantes, não tem produzido nesse momento.

Adoecimento mental é uma fala recorrente nas assembleias estudantis.

Uma delas é a dinâmica do espaço doméstico que apresentam grande dificuldade de maior concentração; as condições emocionais e psicológicas em realizar atividades acadêmicas em período de pandemia.

Necessidade de revezar computadores, internet de baixa velocidade.(ABEPSS, 2019, grifo nosso)

A partir do exposto fica evidente que refletir sobre adoecimento na pós-graduação, implica entendê-lo em um contexto ampliado, mas também em refletir sobre permanecer na pós-graduação. Uma permanência que é material (assistência estudantil aos pós-graduados, para além das bolsas); mas que é também simbólica e epistêmica, ou seja, como eu me reconheço nesse lugar da pós-graduação no Brasil? Percebo-me pertencente e parte da universidade? Uma universidade que historicamente inclui, excluindo?

Uma pergunta persiste: Quais estratégias os programas têm desenvolvido para enfrentar essa realidade? Fato é, que tanto o levantamento quanto à pesquisa do perfil discente despertaram a necessidade de pautar discussões sobre o sofrimento psíquico dos/as estudantes de pós-graduação durante a vida acadêmica.

Considerações Finais – “ninguém solta a mão de ninguém”

O conteúdo expresso no levantamento desperta para a necessidade de pautar discussões sobre quem é a/o estudante que se vincula aos cursos de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, quais são os determinantes de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, que atravessam a existência desses sujeitos, implicando, certamente, nas condições sob as quais a sua formação será realizada.

Ao questionarmos os rebatimentos do ensino remoto na universidade e se houve organização discente nesse cenário, os relatos são de muita resistência, tanto das/os docentes quanto das/os discentes. Somos contrários ao ensino EAD, é a evidente posição das entidades da categoria, mas fomos empurrados para o ensino remoto nesta realidade e tentamos resistir, mas buscando atender as demandas dos programas, das/os docentes e discentes. As/Os estudantes trabalhadoras/es estão exaustos e as pesquisas e produções, por conseguinte, estagnadas. A falta de contato, de trocas, de diálogos, de socialização das ideias, o distanciamento efetivo da vida acadêmica produz impactos significativos sobre o processo de aprendizagem.

Observou-se pelos levantamentos realizados, aliada a vivência cotidiana enquanto estudantes de pós-graduação, o quanto a permanência nesses espaços tem promovido sofrimentos e adoecimentos. Ressaltamos a importância de refletir e construir estratégias que auxiliem no enfrentamento dessas situações enquanto uma demanda coletiva, pois é próprio do capitalismo individualizar o sofrimento, tratando-o no âmbito da incompetência ou fragilidade individual.

Aponta também para a já tardia tarefa de repensar o adoecimento que a pós-graduação causa aos seus sujeitos, com especial comprometimento das/os discentes que estando sobrecarregadas/os e em muitos casos desassistidas/os terminam por não permanecer. A ausência quase generalizada de ações de

assistência estudantil na pós-graduação e a inexistência de uma política de governo abrangente para este público empurra as bolsas acadêmicas, que deveriam subsidiar as pesquisas, para o lugar de única forma de permanecer de uma grande parcela das/os estudantes. É premente que enfrentemos essa pauta coletivamente.

Uma pergunta urgente: **como tensionar a construção de políticas de permanência para a pós-graduação para além da discussão das bolsas?** Precisamos reconhecer quais as condições objetivas que podem ser asseguradas aos estudantes que são mães, aos estudantes-trabalhadores. No sentido de reconhecer suas condições de vida, de trabalho, daqueles que vivem cotidianamente os impactos de uma lógica produtivista e mercadológica que perpassa o projeto de ataque à educação e que, por vezes, provoca adoecimentos.

Não podemos deixar também de pautar o racismo estrutural como uma condição de adoecimento que precisa ser enfrentado, em um país em que 55,8% da população é preta ou parda, e que 55,4% dos jovens pretos ou pardos entre 15 e 29 anos não estudam e não concluíram o ensino superior. Como a pós-graduação acolherá e abria espaços de referência e permanência anti-racistas e contribuirá para a elaboração de soluções de longo prazo?

Para nós, discentes de pós-graduação, permanecer é verbo! Contrapondo-se a perspectiva de permanência apenas como oferta de bolsas de pesquisa. Compreendemos que a defesa do ensino e da pesquisa perpassa pela construção de estratégias de permanência estudantil. Isso envolve a organização política do corpo discente, mas também incorporar determinações de gênero, raça/etnia e classe social na lógica de construção da pós-graduação.

Discutir e defender uma formação de qualidade, laica, socialmente referenciada é um ato de resistência, e precisamos resistir coletivamente como algo que faz a diferença na condição objetiva e subjetiva de discentes e docentes, evitando a culpabilização e responsabilização individual.

Entendemos que o ensino remoto, ainda que por um determinado tempo, fragiliza a nossa formação profissional e humana. Portanto, “[...] *é tempo de ocupar, são tempos de resistir. Tempos de dizer que não vamos nos calar, que vamos resistir, insistir, persistir. Para que permanecer seja verbo, seja vida, exista na vista concreta de cada discente de pós-graduação. São tempos de brotar, tempos de afeto, de nos afetar pela dor do outro [...] É tempo de coletivizar as lutas. Construir e resistir coletivamente. Tempos de não “soltar a mão de ninguém”* (ABEPSS ao Vivo, 2020, grifo nosso).

Referências

- ABEPSS. **Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social**. Gestão 2017-2018. “Quem é de luta, Resiste!”. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/arquivo-2-pesquisa-abepss-202004021016188712970.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- BOSCHETTI, I. Desafios e atuação da ABEPSS no contexto da “reforma” do Ensino Superior no final dos anos 1990: Gestão 1998-2000. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 27-42, jul./dez. 2011.
- CENSO DEMOGRÁFICO. **Tabela 1.1 (UF)** - Distribuição da população, por cor ou raça, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação. IBGE. 2018.
- Evolução dos casos de coronavírus no Brasil. *online*. **El País**, 10 out. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-07-23/evolucao-dos-casos-de-coronavirus-no-brasil.html>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- Google notícias. Disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F015fr&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais – SIS**. Tabela 3.13 - Proporção de jovens de 15 a 29anos de idade que não estudam e não concluíram ensino superior por sexo, cor ou raça e cor ou raça e sexo, e sua distribuição. IBGE. Brasília. 2018.
- HOLLANDA, A. *et al.* DISCENTE EM ABEPSS: QUE BICHO É ESSE? **Temporalis**, Brasília, ano16, n.31, jan./jun.2016, p. 419-428.
- IAMAMOTO, M. Os Espaços Sócio-ocupacionais do Assistente Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEAD/UnB, 2009.
- LOUZADA, R. de C. R.; SILVA FILHO, J. F. da. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 451-461, set./dez. 2005
- AUMENTA O CONSUMO DE MEDICAMENTOS PARA TRANSTORNOS MENTAIS ENTRE JOVENS BRASILEIROS. *Funcional Health Analytics*, 07 mar. 2019. *Online*. Disponível em: <https://www.funcionalhealthanalytics.com.br/blog/consumo-medicamento-transtornos-mentais-entre-jovens>. Acesso em: 16 jan. 2020.

Venda de medicamentos psiquiátricos cresce na pandemia. **COVID19**, 10 set. 2020. Disponível em: <http://covid19.cff.org.br/venda-de-medicamentos-psi-quiatricos-cresce-na-pandemia/#:~:text=Para%20se%20ter%20uma%20ideia,52%2C1%20milh%C3%B5es%20em%202020>. Acesso em: 16 jan. 2020.

PARTE 2

TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
EM SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO
E TRABALHO PROFISSIONAL

5

DESAFIOS, TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL*

*Luciana Cantalice
Moema Serpa
Rodrigo Teixeira
Tatiana Reidel
Yolanda Guerra*

Introdução

Este capítulo é produto dos debates realizados pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de Serviço Social Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da ABEPSS no “Seminário Regional Conjuntura e Produção do Conhecimento sobre Formação em Serviço Social na Pós-Graduação”, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social/UFRGS e pelo Grupo de Pesquisas em Gestão Social e Formação em Serviço Social (FORMASS/PUCRS) em parceria com a Regional Sul I/ABEPSS, que ocorreu nos dias 22 e 23 de setembro de 2020. Nesse sentido, esta produção objetiva problematizar tendências, possibilidades e desafios postos à pesquisa e à produção do conhecimento em Serviço Social no tempo presente.

Trata-se de um tempo em que a luta de classes se torna cada vez mais aparente e a burguesia encontra mais facilidade para sofisticar suas artimanhas e utilizar-se do aparato do Estado brasileiro, visando avançar nas pautas que se vinculam a contrarreformas. Além disso, representa um momento ímpar da nossa história, em que um (des)governo avança em posicionamentos genocidas e de desmonte do Estado, isto é, um tempo em que a crise econômica e ambiental é acentuada pela pandemia da Covid-19, que contaminou mais de 9 milhões de pessoas e matou mais de 243 mil brasileiros/as, até o fechamento deste capítulo.

A pandemia em nosso país poderia ser controlada com políticas que privilegiassem a ciência, o conhecimento científico e a redistribuição de renda, contudo o (des)governo de Bolsonaro negou a pandemia e dispensou ministros da saúde, apoiando saídas anticientíficas e comprando deputados e senadores para “passar a boiada” das contrarreformas que impactam diretamente na vida

*DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.99-116

da população mais pobre. Ao mesmo tempo, foram os/as mais pobres, os/as negros/as e a população LGBTQIA+ a parcela da população que menos teve condições objetivas de isolamento social, ficando, assim, mais exposta ao contágio e à falta de saúde pública, o que a levou, muitas vezes, à óbito.

Segundo dados do Instituto Polis¹, em pesquisa realizada em julho de 2020 na cidade de São Paulo, entre pessoas brancas ocorreram 115 mortes a cada 100 mil habitantes, enquanto entre pessoas negras foram 172 mortes a cada 100 mil habitantes. Nesse mesmo relatório, considerando o indicador gênero/raça, constatou-se que ocorreram 250 óbitos de homens negros a cada 100 mil habitantes, enquanto foram 157 óbitos de homens brancos, na mesma proporcionalidade de habitantes. Entre as mulheres, foram registrados 140 óbitos de mulheres negras e 85 óbitos de mulheres brancas, ambos, a cada 100 mil habitantes. Se os dados mostram que

[...] morrem mais negros comparativamente aos brancos, é fundamental entender como as condições gerais de vida (renda, trabalho, moradia, mobilidade) e de acesso à saúde interferem nos riscos de infecção e no desenvolvimento da doença com maior gravidade – incluindo casos que terminam em óbito. Idealmente, ações de combate à epidemia que se proponham encarar as desigualdades e o racismo institucional deveriam buscar a redução das mortes até que não houvesse a diferença observada entre as taxas de brancos e negros. (POLIS, 2020, s/p)

Aliado a isso, o desemprego estrutural tem batido recordes no país, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua do IBGE. Os dados demonstram que no terceiro trimestre de 2020 o número de desemprego chegou a 14,1 milhões. O auxílio emergencial, em decorrência da pandemia, que chegou aos R\$600,00 (seiscentos reais) nos primeiros meses da pandemia, caiu para R\$300,00 (trezentos reais) e foi suspenso pelo governo para o ano de 2021. São dados que expressam um projeto de país entregue aos bancos e aos fundos privados de investimento. Mesmo com uma queda de 59% em relação ao primeiro semestre de 2019, no primeiro semestre de 2020 o Banco Bradesco teve um lucro de US\$ 1,26 bilhão, sendo a empresa que mais lucrou na América Latina².

¹ A pesquisa na íntegra pode ser encontrada no *link* <https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

² Os dados foram retirados de matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, 28 de agosto de 2020, caderno Mercado, pode ser encontrada no *link*: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/bradesco-e-empresa-latina-que-mais-lucrou-no-primeiro-semester.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Os desafios deste tempo estão em todos os âmbitos da vida social, de modo que a captura do Estado pela política não republicana apresenta elementos que avançam na desigualdade social, expressando necessidade da luta contínua pela demarcação das terras dos povos originários e do acesso às políticas sociais pela população quilombola, LGBTQIA+, entre outros segmentos. Contudo, nesse mesmo tempo, há resistências sendo forjadas em diversos espaços, como, por exemplo, os sindicatos, que apontam a necessidade de greve sanitária na área de educação. Chamam-nos ainda a atenção as frentes contra a privatização da saúde e pela ampla vacinação de todas as pessoas contra a Covid- 19, as lutas por soberania alimentar e nutricional nos movimentos do campo, o avanço das forças políticas que elegeram a Frente Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia, a conquista do aborto legal na Argentina, a luta pela constituição democrática e paritária no Chile, o que demonstra que a luta de classes não esmoreceu, muito menos acabou.

O Serviço Social brasileiro deve captar essa contradição posta na realidade, na medida em que a profissão expressa um histórico de resistência e luta junto aos movimentos sociais da classe trabalhadora. Esse contexto também possibilitou traçar uma trajetória profissional de amadurecimento teórico-crítico de seu papel na sociedade, permitindo-nos construir novas bases de legitimidade da profissão, acompanhada pelo aprofundamento teórico, pela investigação científica e pela produção de conhecimento crítico, impulsionado pelo avanço dos estudos pós-graduados na área.

No caminho dos avanços da profissão, precisamos destacar o papel das pós-graduações no fortalecimento e, por que não dizer, na emergência da produção do conhecimento em nossa área, bem como, de maneira fundamental, na produção crítica do serviço social brasileiro. É a incursão do Serviço Social no ambiente acadêmico da pós-graduação que incide, juntamente com a aproximação da teoria social crítica, na sua maturidade profissional e inserção como área de conhecimento.

Nesse contexto, pensar a produção de conhecimento no Serviço Social, suas tendências e desafios é fundamental, na direção de indicar e captar as possibilidades do desenvolvimento do eixo fundamento, formação e trabalho profissional.

Expansão e consolidação da pós-graduação: avanço da pesquisa e da produção de conhecimento no Serviço Social

A expansão da pós-graduação em Serviço Social representou um avanço quantitativo e qualitativo para a produção do conhecimento na área,

contribuindo com uma maior dinamicidade nas pesquisas, na solidificação de um acervo cultural próprio, permitindo maior visibilidade acadêmica, em nível tanto nacional quanto internacional. Enquanto espaço indutor da produção do conhecimento e da consolidação da pesquisa, as pós-graduações direcionam, ainda que resguardem o pluralismo das ideias em um contexto de contaminação do ideário pós-moderno, as possibilidades de maturação e aprofundamento da crítica marxista (LEWGOY; SERPA, 2018).

Nesse sentido, é fundamental reconhecer, como afirma Mota (2013, p. 19), “[...] o papel que vem desempenhando a produção intelectual do Serviço Social na formação de uma cultura ideopolítica e teórica no campo da esquerda marxista.”. Nessa direção, amplia-se o espectro de contribuições do Serviço Social por alcançar a dimensão teórica e intelectual de formação de uma massa crítica. Consiste em um processo que caminha *pari passu* com o lugar que a pesquisa passa a ocupar na formação profissional, sobretudo, pela vinculação crítica fomentada pelas pós-graduações no Brasil a partir dos anos 1980.

Alguns estudos já publicados, a exemplo de Netto (1996), Kameyama (1998) e Carvalho e Silva (2005), bem como os dados atuais da CAPES/MEC (2020), sinalizam dois aspectos interessantes da nossa área: a nossa “jovem” tradição na produção de conhecimento, considerando que a implantação das primeiras pós-graduações data dos anos 1970, e o avanço de pesquisas e da produção de uma literatura própria e inscrita no campo crítico. Desse modo, o crescimento significativo que a área de Serviço Social vem demonstrando na expansão de pós-graduações consubstancia culturalmente uma vertente crítica na profissão.

Os anos 1990 demarcam, para Netto (1996), a maturidade da profissão, apontando, entre outros elementos, a existência de 07 programas de pós-graduação³, que apresentam vinculação com o avanço da elaboração teórica aliada à pesquisa e à produção do conhecimento, passando a fomentar uma intelectualidade no interior da profissão capaz de produzir um legado de produções e publicações, consolidando a literatura profissional brasileira. A expansão dessa produção literária, influenciada pela tradição marxista, passa a dar o tom ao debate profissional (LEWGOY; SERPA, 2018). Até o fim dos anos 1998, a área de Serviço Social possuía 10 programas de pós-graduação, com 10 mestrados e 04 doutorados. O início dos anos 2000 revela uma significativa expansão da pós-graduação, visto que de 1998 até 2016 chegamos a 34 programas, com 34 mestrados e 15 doutorados. Atualmente, segundo dados da CAPES, contabilizamos 36 programas com 20 doutorados.

³ Sendo 04 em universidades públicas (UFRJ, UFPE, UFPB, UNB) e 03 em privadas (PUC/RJ, PUC/SP, PUC/RS).

A literatura que trata da produção do conhecimento em nossa área já registra esse protagonismo da pós-graduação como espaço de criação e expansão da pesquisa, fomentando uma significativa literatura na área, expressa em publicações de livros, artigos, coletâneas etc., que dão visibilidade às investigações produzidas pelas dissertações e teses oriundas dos cursos de mestrados e doutorados acadêmicos no Brasil. Nesse espaço, incorporam-se também as agências de fomento à pesquisa, como CAPES, CNPq e as Fundações de Pesquisa Estaduais, Nacionais e Internacionais.

Nota-se que se trata de uma área tão jovem quanto fértil. Ainda estamos por avaliar os impactos da formação de mestres e doutores para o Brasil e para a América Latina, como também para outros continentes, em especial a África. Contudo, o que se sabe é que a pós-graduação em Serviço Social no Brasil, por se localizar quase exclusivamente nas instituições públicas e comunitárias e pela sua condição de gratuidade na quase totalidade das instituições ofertantes, tem uma estrutura que não se compara com qualquer outro país ou continente. É importante destacar que a formação pós-graduada não tem se restringido aos quadros docentes e/ou de pesquisadores/as, mas proporcionado a qualificação de profissionais competentes para atuarem no âmbito das políticas sociais, na perspectiva de otimizar a qualidade dos serviços prestados.

Sem dúvida, nas áreas de concentração e linhas de pesquisa dos 36 programas, encontramos tanto disciplinas quanto projetos de pesquisa/extensão, teses e dissertações com foco nas mais diversificadas áreas, que consolidam uma produção bibliográfica crítica e subsidiam muitos dos profissionais que atuam nas políticas públicas. Com isso, faz-se necessário reconhecermos o papel da pós-graduação e da pesquisa em Serviço Social, bem como de sua produção consistente, crítica, diversificada, plural e atual, em fornecer os aportes necessários à qualificação e à sustentabilidade, principalmente na saúde pública no Brasil, o que, em tempos de pandemia e crise sanitária, tende a potencializar sua contribuição.

Não obstante, é nesse momento que temos enfrentado o maior golpe dado no patrimônio público com total desinvestimento nas políticas sociais em geral e na Ciência e Tecnologia, em especial. A política de financiamento, efetivada a partir de editais ou chamadas públicas que privilegiam determinadas áreas e direcionada a pesquisadores/as individuais que se tornam captadores de recurso, sofre com o corte de recursos financeiros, de bolsas de pesquisa e de auxílio permanência. O ataque ideopolítico que o governo faz às universidades públicas, à ciência, à razão, às cotas raciais, às bolsas etc. indica seu nítido combate ao ensino público e gratuito, especialmente, o universitário e pós-graduado. Os últimos editais e critérios elaborados pelo governo atual, sobretudo aqueles que saem do seu núcleo ideológico⁴, trazem a marca das

⁴Estamos nos referindo ao edital n. 2 da CAPES.

concepções ultraneoliberal e ultraconservadora que estampam o retrocesso no que tange ao nível de conhecimento até então produzido. Além disso, pautam-se em concepções de pesquisa e tecnologia que passam a priorizar o que vem chamando de “aplicabilidade da pesquisa”, com todas as suas consequências⁵.

Frente ao desmonte da pós-graduação brasileira e das universidades públicas (não somente as públicas), aos ataques à ciência e às artes, ao desfinanciamento da educação como um todo, à implantação das novas propostas de flexibilização e aligeiramento do ensino e às fusões que estão explicitamente colocadas nas propostas do governo, é possível registrar a ameaça que tudo isso representa, bem como a luta que precisamos travar para mantermos os nossos avanços e seguirmos na direção da criação das condições necessárias à produção de conhecimento crítico.

Tendências da produção acadêmica sobre Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Ao indicarmos que o processo de constituição e maturidade da produção de conhecimento na área possui vinculação direta com a pós-graduação, torna-se fundamental também reconhecer e explicitar que essa produção tem uma direção estratégica. Faz-se necessário reafirmar que no âmbito dessa produção existe uma direção, uma forte tendência que tem sido objeto de ações estratégicas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), na tarefa de acompanhar, orientar e estimular o debate no âmbito da profissão. Ao apreender a direção da produção do conhecimento, identificando suas tendências, consolida-se no horizonte seu papel fundamental na reafirmação de um determinado projeto profissional.

A captura e a identificação dessa produção vêm sendo objeto de diferentes estudos do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de Serviço Social Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da ABEPSS. Esse grupo também tem a tarefa de fomentar o debate, articular as/os pesquisadoras/es da área, subsidiar as decisões da gestão da entidade e difundir as pesquisas na área.

O amplo leque de temáticas sobre as quais incidem a pesquisa e a produção do conhecimento no âmbito das pós-graduações, nas publicações em

⁵ O Edital 25/2020 do CNPq, de apoio a projetos de pesquisa científica e tecnológica, altera substancialmente os critérios de concessão de bolsas para mestrado, quando abertamente explicita seu foco em “resultados e solução de problemas socioeconômicos do país”. A chamada 06/2020, da mesma agência que trata de Bolsas Produtividade em Pesquisa, teve a inclusão dos seguintes itens: grau de aderência do projeto às Áreas: Estratégicas, Habilitadoras, de Produção, para Desenvolvimento Sustentável e para Qualidade de Vida, com peso 2 (o segundo maior dentre os indicados na chamada), evidenciando, além da priorização de algumas áreas, a concepção de “aplicabilidade da pesquisa”. Certamente, haverá forte impacto no que tange à produção de conhecimento sobre fundamentos em todas as áreas do conhecimento.

revistas especializadas na área, de circulação nacional, nos eventos científicos da categoria, a exemplo do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS), revela a direção assumida por essa produção, seus eixos de análises e sua contribuição para a formação e o trabalho profissional.

Destacamos o estudo pioneiro de Kameyama (1998), que explicita a produção do conhecimento na área de Serviço Social alicerçada nas dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas nas primeiras décadas da implantação dos Programas de Pós-graduação, entre os anos de 1975 e 1997, revelando o estado do conhecimento alcançado pelas produções científicas naquele contexto. Consiste em um estudo que revelou a expansão da produção de conhecimentos, assentada em um rigor teórico, histórico e metodológico de viés crítico, que passa a ser a marca da produção na área. As tendências apresentadas revelaram uma concentração nos seguintes temas: prática profissional; política social; formação profissional; teoria e método em Serviço Social; movimentos sociais; gênero; e família. Entretanto, já comparecem como temas emergentes o envelhecimento, a cidadania, a democracia e os direitos sociais articulados aos movimentos sociais ou às políticas sociais.

Observamos tendências da produção intelectual também no estudo de Carvalho e Silva (2005), que enfocam a produção dos programas de pós-graduação na área no triênio 2001 a 2003, que sinaliza a ampliação dos produtos das pesquisas publicizadas em diferentes veículos de divulgação, como livros e coletâneas, capítulos de livros, artigos publicados em periódicos e trabalhos completos publicados em eventos científicos. Os temas identificados refletem a inserção da profissão no mercado de trabalho em diferentes espaços ocupacionais, bem como as preocupações de pesquisa que explicitam a apreensão pela profissão do conjunto de expressões da questão social que se colocam como objetos de estudos para o Serviço Social. Segunda as autoras, 10 eixos temáticos apresentam maior incidência, quais sejam:

Serviço Social: Formação Profissional/Trabalho do Assistente Social/ Prática Profissional; Trabalho/Reestruturação Produtiva/Globalização; Infância/Juventude/Família; Seguridade Social: Saúde; Gênero/Violência; Ética/Cultura/Política/Democracia/Diversidade; Políticas Sociais/ Políticas Públicas/Gestão/ Avaliação de Políticas e Programas Sociais; Direitos Sociais/ Cidadania/Direitos Humanos; Movimentos Sociais/ Processos Organizativos/Associativismo/Sujeitos Sociais/Conselhos/ Controle; Educação. (CARVALHO; SILVA, 2005, p. 130)

Embora sejam identificados eixos temáticos reveladores das demandas colocadas à formação e ao exercício profissional, bem como as necessárias respostas à sociedade, evidencia-se a ausência de estudos e publicações sobre

história, teoria e metodologia do Serviço Social. São temáticas relevantes, incidentes em momentos anteriores, mas assumem um papel secundário no decorrer dos anos 2000 (LEWGOY; SERPA, 2018).

Ainda no tocante à produção do conhecimento em Serviço Social, podemos verificar um vultoso quantitativo de produções, se tomarmos como referência a pesquisa realizada por Cantalice (2018)⁶, que compreendeu o período de 2001 a 2016, totalizando 4503 trabalhos completos apresentados no CBAS, na modalidade de comunicações orais; a publicação de 5803 trabalhos no ENPES no mesmo período; 401 artigos publicados em apenas dois dos principais periódicos da área, sendo 203 artigos da Revista *Serviço Social e Sociedade* e 198 artigos da Revista *Katálysis*; e ainda um total de 647 dissertações e 482 teses, considerando o universo pesquisado⁷, isto é, os Programas de Pós-graduação em Serviço Social *stricto sensu* com cursos acadêmicos de mestrado e de doutorado, em todo o território nacional.

Nessa perspectiva, observamos que a produção do conhecimento em Serviço Social vem se ampliando progressivamente ao longo dos anos, o que se coaduna com as afirmações de Netto (1996), Carvalho e Silva (2005) e Mota (2013), culminando com a constituição de uma importante literatura própria da profissão, que, inclusive, vem influenciando outras áreas de conhecimento.

Considerando as produções concernentes ao CBAS no período investigado, é possível verificar a concentração dos trabalhos em maior medida nos eixos Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; e Políticas Sociais e Serviço Social. Além disso, identificam-se uma curva crescente no eixo das Relações de Exploração/Opressões de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades e uma produção residual de trabalhos cujas temáticas centrais envolvem a discussão Ética, Direitos Humanos e Serviço Social e Movimentos Sociais e Serviço Social.

Inferimos que o CBAS, considerado o maior congresso de Assistentes Sociais realizado no Brasil, reúne profissionais inseridos/as nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, atuando nas várias políticas sociais e no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social e refletindo sobre a relação

⁶ A pesquisa intitulou-se “As Atuais Tendências Teórico-metodológicas da Produção do Conhecimento em Serviço Social no Brasil dos anos 2000 a 2016”, cujo material de pesquisa foi constituído pelos trabalhos completos apresentados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, nas publicações do Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social e nas Dissertações e Teses defendidas nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social, com cursos acadêmicos de Mestrado e Doutorado. A pesquisa fez parte do Programa de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC/CNPq) e, posteriormente, compôs a base do Estágio Pós-doutoral, realizado no PPGSS/UFRN (2017-2018).

⁷ Especificamente quanto a esse material de pesquisa, foi analisado o período de 2006 a 2016, tendo em vista que a coleta dos dados se deu pela via digital e somente a partir do 2006 foi instituída a obrigatoriedade da formação dos Bancos Digitais de Dissertações e Teses dos Programas de Pós-graduação.

entre o seu cotidiano profissional e a profissão, o que, notadamente, reflete em suas produções.

No que diz respeito às produções do ENPESS, verificamos um maior número de trabalhos em relação aos do CBAS, podendo figurar como uma das explicações o fato de a realização do Encontro de Pesquisadores/as ser bianual e de o Congresso brasileiro ser trienal e, ainda, de o ENPESS se constituir como um Encontro cujos objetivos versam, essencialmente, sobre a socialização das pesquisas realizadas em âmbito nacional.

Quanto às temáticas, assim como no CBAS, registra-se no ENPESS uma maior concentração nos eixos Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; e Políticas Sociais e Serviço Social. Todavia, identificamos um maior número de trabalhos no Encontro de Pesquisadores/as, no que se refere ao eixo Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. Tal constatação nos leva a relacionar essas produções ao trabalho realizado pelos grupos de pesquisa e de extensão em torno dessas temáticas, no âmbito do Serviço Social, e que vem, como os dados demonstram, apresentando os resultados de suas pesquisas e a socialização de suas experiências no que tange à relação entre as questões agrárias, urbanas, ambientais e o Serviço Social.

No que concerne aos artigos analisados nos periódicos suprarreferidos, verificamos que 64,5% deles correspondem à dimensão dos estudos teóricos; 20,4% são resultados de pesquisas bibliográficas; 14,5% são decorrentes de pesquisas de campo; e 0,6% resultam da articulação entre pesquisas bibliográficas e de campo. Esses dados são reveladores da concentração da produção contida nos periódicos e no período analisado de reflexões teóricas realizadas no âmbito da profissão e em menor medida da socialização de pesquisas de campo.

Considerando os dados das produções nos PPGSS, fica o registro da notória produção nesse âmbito, em que sinalizamos, também, a diversidade de temáticas que compõem esse conjunto. Contudo, o que mais nos chama a atenção no conjunto de trabalhos analisados é a fragilidade do debate acerca do método de análise das produções. Por serem trabalhos oriundos de cursos acadêmicos *stricto sensu*, firma-se uma expectativa em torno da discussão sobre o recorte teórico- metodológico do estudo, sobretudo, quando observamos que as Diretrizes Nacionais Curriculares para o Curso de Serviço Social têm como prerrogativa a articulação em suas análises de um rigor histórico e teórico- metodológico que possibilite a identificação das questões que envolvem as mediações entre a realidade concreta, a questão social e a profissão e que permita a elaboração de subsídios às respostas profissionais concernentes. Na amostra investigada, apenas o percentual de 20,9% dos trabalhos delimitou a perspectiva teórico- metodológica que os informou. Dentre eles, 19,2% indicaram a teoria social crítica e o materialismo histórico- dialético como

recorte teórico-metodológico, reafirmando a direção crítica consolidada a partir da renovação do Serviço Social brasileiro.

A esse respeito, ainda acrescentamos que, no âmbito da profissão, recaem traços do conservadorismo e do ecletismo que se reanimam a partir das influências da perspectiva pós-moderna. Certamente, essas incidências também colaboram para um maior relativismo metodológico no âmbito de nossas produções (CANTALICE, 2013).

Ainda na tentativa de captar as tendências para o debate acerca da produção de conhecimento na área de fundamentos, formação e trabalho profissional, o GTP se debruçou em 2 (dois) documentos que destacam tendências, lacunas e possibilidades, apreciados ainda de forma preliminar. O primeiro refere-se aos relatórios dos assessores das seções temáticas do último Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (2018, apud, LEWGOY; SERPA, 2018), no que se refere aos temas fundamentos, trabalho e formação. O segundo instrumento é um item do mapeamento dos grupos/núcleos vinculados à área temática do GTP que estão cadastrados nos bancos de dados das agências de fomento, como também aqueles que estão concentrados somente na graduação, mas que desenvolvem pesquisas na área.

As tendências das produções relacionadas aos ENPESS retratam sínteses de pesquisas de iniciação científica e de trabalho de conclusão de curso de graduação, mas revelam, de maneira significativa, o avanço na pesquisa e na produção científica dos programas de pós-graduações no Brasil. Trata-se de uma produção que expressa as três ênfases de publicações apresentadas, quais sejam: Fundamentos do Serviço Social, Formação Profissional e Trabalho Profissional⁸.

Na ênfase dos Fundamentos, fica explícita a presença majoritária da opção teórico-metodológica pelo marxismo e sua tradição teórica, que fundamenta as produções que revelam o Serviço Social como objeto de estudo, trazendo para o debate elementos necessários à análise contemporânea da profissão. Tomam como referência a matriz crítica para dar sustentação às suas análises e concentram suas reflexões em temas como a pesquisa em Serviço Social, articulando a dimensão investigativa, o processo de formação profissional e os aspectos teórico-metodológicos que envolvem a operacionalização da investigação. Têm destaque também o tema da produção do conhecimento teórico do Serviço Social e suas análises do pluralismo, sincretismo e ecletismo, trazendo para o centro da discussão as fragilidades e as incompreensões no trato teórico- metodológico, bem como enfrentando o debate e suas contradições

⁸ Os dados completos desse levantamento estão publicados em LEWGOY, A.; SERPA, M. Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional: tendências e perspectivas da produção do conhecimento do Serviço Social. In: GUERRA *et al.* *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.

frente às investidas do neoconservadorismo pós-moderno (LEWGOY; SERPA, 2018). Fica evidente que “[...] o debate das influências conservadoras/neoconservadoras parece ser transversal ao conjunto das produções dessa ênfase na medida em que, mesmo não sendo o objeto central de análise, comparece como elemento determinante que inflexiona a profissão no atual contexto.” (LEWGOY; SERPA, 2018, p. 194)

Ainda acompanhando as tendências dessa ênfase, evidenciam-se produções que tematizam a natureza da profissão e as concepções teóricas presentes no Serviço Social, com especial destaque para a teoria social de Marx, mas que ampliam, por outro lado, o resgate necessário do debate do sincretismo teórico-metodológico, traço presente na profissão.

A rigor, para enfrentar equívocos e incompreensões de uma ancoragem de um marxismo sem Marx, é fundamental voltar/ir aos fundamentos. Como destaca Guerra (2004, p. 33-34, grifos da autora), “[...] somente apoiada numa concepção teórica capaz de fazer a crítica do existente é que a profissão pode dar o *mergulho ontológico* que lhe permite alcançar seus fundamentos.”. Revisitar o referencial teórico construído pela profissão, bem como os que alimentam/referenciam suas reflexões, é o caminho necessário para “ir aos fundamentos”, conforme Guerra (2004).

Pondera-se sobre a necessidade de aprofundamento teórico e produção de conhecimento crítico sobre os temas que têm sido apropriados por referências teóricas distintas dos que fundamentam o projeto de profissão, tais como as chamadas “justiça restaurativa” e “cultura da paz”, mediação de conflitos, vulnerabilidade social, coesão social, mudança social, bem-estar social, empoderamento, que aparecem como metodologia, tática ou estratégia no exercício profissional. São temas somente aparentemente novos, por meio dos quais se operam um profundo ecletismo e afastamento dos fundamentos críticos apropriados pela profissão.

Nessa direção, observam-se lacunas e problemas na apropriação dos fundamentos, desafiando-nos a discutir temas como: ecletismo, pluralismo e a relação entre eles, relação teórico-prática, instrumentalidade, relação trabalho e formação, as diferenças entre os objetivos das políticas sociais e os da profissão. Há a necessidade de que as pesquisas e a produção de conhecimento busquem apresentar o significado e o *status* dos fundamentos para a profissão. Nessa perspectiva, é preciso responder a pergunta sobre o que são os fundamentos⁹.

⁹ A *live* organizada pelo GTP Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da ABEPSS foi uma tentativa desse aprofundamento, ver mais no *link*: https://www.youtube.com/watch?v=u8SpbeoVhHs&list=PLM0iQmvo2kZ_fSK7fDq_hn9-JUS6X0AdNk&index=9. Acesso em: 10 fev. 2021.

No entanto, a preocupação, também, é de trazer o debate acerca dos fundamentos para a agenda profissional. Há uma apreciação crítica de que a pós-graduação não vem participando desse debate, com riscos de fragilizar a formação pós-graduada, registrando-se equívocos nessa apreensão.

O que tem faltado nessas análises é justamente aquilo que nos permite identificar os diferentes projetos de profissão: o conhecimento dos fundamentos, que significa recorrer à historicidade das teorias e do pensamento social da época em que foram elaboradas e aos interesses presentes em cada uma delas. Sem essa postura, corremos o risco de manter a crítica moralista, de modo que é preciso conhecer os fundamentos explicativos da cultura profissional.

Outra tendência teórica identificada tem relação com a ênfase da formação profissional, que apresenta como temas de reflexões e estudos o contexto contemporâneo da educação superior no Brasil e seus impactos diante da reforma do Estado, denominada “contrarreforma da educação”. Articula análises dos processos de privatização e mercantilização da educação superior, bem como o Ensino a Distância (EaD) e suas implicações na formação em Serviço Social. Destacamos, ainda, o debate acerca dos temas que versam sobre o estágio supervisionado e a formação em serviço e a residência multiprofissional em saúde.

Tem forte presença o debate sobre as diretrizes curriculares do Serviço Social da ABEPSS, destacando-se sua implantação, revisão e permanente relevância para a formação acadêmico-profissional e apontando seus resultados no estudo com egressos. Majoritariamente, assumem a perspectiva de reafirmação da direção, dos conteúdos e da lógica de constituição das Diretrizes Curriculares (DCs) e os seus núcleos centrais de fundamentação.

Nos estudos sobre formação, identificamos uma retração no projeto de formação dos cursos fortemente marcado pelo projeto empresarial que grande parte das UFAS (Unidades de Formação Acadêmica) vivencia e que impõe uma readequação das matrizes curriculares para atender a esse projeto, de modo a impor recuos/readequação no atendimento das DCs na área. Ressaltamos também a pressão institucional das UFAS por incorporar temas e perspectivas teóricas que não se relacionam com as Dcs.

As pesquisas apontam, além das tendências em curso, o aligeiramento da formação de nível superior, com os processos de certificação em massa versus a qualificação da formação profissional e os processos de precarização¹⁰ do ensino, por meio das modalidades de ensino a distância e semipresencial. É possível verificar, ainda, outras tendências que a estas se combinam e se

¹⁰ Os escassos recursos e o corte de bolsas também reduziram a capacidade de desenvolvimento de pesquisas mais ampladas e a produção científica, considerando que um menor número de estudantes está envolvido no processo.

articulam, as quais são orientadas pela mesma lógica de uma formação tecnicista e apolítica, como, por exemplo, o projeto “Escola sem Partido”. Com isso, constata-se tendências neoconservadoras que incidem na formação e na atuação profissional de assistentes sociais.

Outra tendência importante diz respeito ao debate acerca do significado do estágio na formação profissional de assistentes sociais, na integralidade teoria-prática sustentada pelas Diretrizes Curriculares de 1996, reafirmando esta como direção do processo de ensino-aprendizagem na formação profissional, ancorada na Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2021). Para tanto, devem ser consideradas a efetivação da lógica curricular, com seus avanços, dilemas e rebatimentos no processo de formação profissional dos discentes, a efetivação da supervisão direta e da Política de Estágio Supervisionado e a abertura de campos de estágio, condições de trabalho dos supervisores de campo e carga horária dos supervisores acadêmicos.

Finalizando as tendências apresentadas, evidenciamos as produções que tiveram como ênfase o trabalho profissional, as quais revelam a atualidade da configuração do mercado de trabalho e a inserção da profissão nas diferentes políticas sociais nas duas últimas décadas. A atual composição desse mercado profissional, frente às exigências de racionalização da força de trabalho para atender aos interesses do modelo da produção capitalista, reflete o agravamento das expressões da questão social, que tem um duplo impacto sobre a profissão, pois incide sobre as condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional, bem como sobre o universo dos seus/as usuários/as, adensando a precarização da vida e do trabalho que é flagrada nas relações e nas condições de realização do trabalho do/a assistente social (LEWGOY; SERPA, 2018).

Ocupam um espaço significativo as análises das condições de trabalho dos/as assistentes sociais e dos processos de intensificação, precarização e desqualificação nos diferentes espaços ocupacionais. São reflexões que revelam a condição de trabalho assalariado do/a assistente social e demarcam o agravamento de suas condições de vida e de trabalho. Essas produções demonstram o movimento dialético da profissão e, ao tempo que reafirmam a consolidação de espaços profissionais tradicionais, trazem à tona a ressurgência de abordagens que reatualizam o conservadorismo na profissão, como as práticas terapêuticas, confrontando-se com a legitimidade profissional referenciada no projeto ético-político.

As sínteses das pesquisas apresentadas identificam a relação do trabalho profissional inserido nas políticas sociais e nos programas sociais correspondentes, destacando a emergência de novas demandas colocadas à profissão. “Entretanto, permanecem restritos temas que problematizem as concepções sobre a natureza do Serviço Social articulado com seus fundamentos como profissão, trabalho e área do conhecimento.” (LEWGOY; SERPA, 2018, p. 203).

Os avanços possibilitados pela aproximação teórica qualificada à tradição marxista, demonstrados em referências teóricas, a exemplo de Yamamoto e Carvalho (1982) e Netto (2015), não significaram a superação das dificuldades de aprofundamento teórico e de mediações que possibilitem a apreensão da profissão e suas determinações à luz da crítica marxista. As publicações dão visibilidade a essa fragilidade com abordagens distintas relacionadas à concepção de profissão e de seus fundamentos, que assumem nomenclaturas, como prática, práxis, trabalho, exercício profissional, ação, agir profissional, atuação e intervenção, revelando uma “[...] incorporação desarticulada, sem refletir as implicações teórico-metodológicas da apropriação e do uso de termos/categorias que têm como substrato um universo categorial que explica e justifica as diferentes denominações incorporadas para a análise da profissão.” (LEWGOY; SERPA, 2018, p. 204)

As discussões a respeito do trabalho profissional, em que pesem as fragilidades teóricas já sumariadas, reafirmam a base analítica na teoria social marxista que fortalece, conforme dados de Cantalice (2013) anteriormente apresentados, no campo da produção teórica, a direção social estratégica, o que evidencia a disposição ético-política dos/as pesquisadores/as em colocar o conhecimento a serviço do fortalecimento da classe que vende sua força de trabalho, na qual se incluem os/as assistentes sociais, mas também revelam o avanço e a consolidação dos grupos de pesquisa que assumem como tema o Serviço Social e as particularidades do trabalho profissional.

Considerações Finais

No atual contexto brasileiro, de regressão de direitos e de desmonte da educação, muitos desafios envolvem o universo da pesquisa, da pós-graduação e da produção de conhecimento. No entanto, é necessário enfatizar que a sobrevivência do Serviço Social como área do conhecimento passa, fundamentalmente, pela manutenção e qualificação do espaço das pós-graduações. Nosso avanço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo tem relação estreita com a pesquisa, a investigação científica e as possibilidades de analisar, problematizar e responder aos dilemas contemporâneos da profissão.

Por toda a nossa construção histórica e pelas lutas que o Serviço Social vem empenhando ao longo da sua trajetória, faz-se necessário ressaltar que um considerável caminho foi percorrido, considerando os relevantes avanços na produção do conhecimento na área e a existência de um acúmulo teórico que se legitima na atualidade. Nesse sentido, reiteramos o entendimento de que a expansão da pós-graduação em Serviço Social simboliza um avanço para a

produção do conhecimento na área, incidindo em uma maior dinamicidade nas pesquisas, consolidando o arcabouço cultural próprio e permitindo uma maior visibilidade acadêmica, tanto no contexto nacional quanto no internacional.

Conforme mencionado neste capítulo, ao analisarmos a bibliografia cuja ênfase se refere à produção do conhecimento em nossa área, evidenciamos a preponderância da pós-graduação como espaço de criação e expansão da pesquisa, impulsionando uma apreciável literatura na área por meio de publicações de livros, artigos, coletâneas etc., que dão visibilidade às investigações produzidas pelas dissertações e teses oriundas dos cursos de mestrados e doutorados acadêmicos no Brasil e que passam a subsidiar a formação e ao trabalho profissional.

Destacamos como tendência da produção do conhecimento em Serviço Social a perspectiva de ruptura com o conservadorismo profissional mediante a adoção de aportes teóricos e metodológicos críticos, inspirados no legado marxista, ao passo que se descortinam a produção diminuta sobre os fundamentos assim como fragilidades e lacunas na apropriação destes. Neste texto, sinalizamos especialmente a atenção que deve ser empreendida no debate acerca dos fundamentos na pós-graduação, buscando dirimir os riscos e equívocos dessa apreensão junto à formação pós-graduada. Evidenciamos, assim, a necessidade de conferir maior perceptibilidade aos elementos que conformam o núcleo central da matriz explicativa da profissão e da realidade, bem como de avançar em pesquisas e na produção de conhecimento que busquem dar maior visibilidade ao significado e *status* dos fundamentos para a profissão, reforçando seu debate na agenda da categoria.

Conforme adverte Cantalice (2013), é preciso ficarmos vigilantes frente aos traços do conservadorismo e do ecletismo que se reanimam a partir das influências da perspectiva pós-moderna no âmbito da profissão e que, por sua vez, podem contribuir para a incidência de um relativismo metodológico no âmbito das nossas produções.

De forma transversal, essas tendências incorporam reflexões que evidenciam a preocupação com o avanço do conservadorismo, tendo em vista as severas consequências para o projeto crítico do Serviço Social, além da forte influência do pensamento conservador e do retorno do “pensamento ou influência religiosa”, que tendem a levar a formação religiosa para o trabalho profissional.

No espectro dos desafios, quanto à pesquisa, à pós-graduação e à produção de conhecimento, no governo atual, o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011- 2020 tem sido atacado em várias dimensões. Há um novo sistema sendo idealizado para a Avaliação da Pós-Graduação e está em curso também a alteração significativa no sistema Qualis das áreas, na perspectiva de uma uniformização, o que se configura também uma iniciativa bastante

perigosa, pois a tendência é de diluição das particularidades das áreas das ciências humanas e sociais, especialmente as aplicadas, e de subsunção destas aos critérios das ciências “duras”. Os mestrados e doutorados profissionais, além daqueles a distância, obedecem à lógica da “autossustentabilidade”, como também apontam para um nicho de mercado, aligeirando a formação de pós-graduação, bem aos moldes do que preconiza o Pacto de Bolonha (1999) (GUERRA, 2020). Frente a isso, permeado pelo movimento contraditório da realidade, o Serviço Social evidencia enfrentamentos e resistências face ao descaso e ao negacionismo que vivenciamos na pesquisa, ciência e tecnologia, bem como ao processo de mercantilização do ensino e sua lógica produtivista, que insiste em dissociar o conhecimento como bem público.

Por conseguinte, nesta produção, não temos a pretensão de encerrar a análise sobre tendências, possibilidades e desafios postos à pesquisa e à produção do conhecimento em Serviço Social no tempo presente, mas almejamos contribuir no estudo e produção de conhecimento a respeito do tema, bem como para que novos estudos e produções complementem e dialoguem com os elementos aqui apresentados, com vistas a superar lacunas já identificadas, indicar novas perspectivas e colaborar no adensamento desse tema.

Acreditamos na potencialidade da produção coletiva e, nesse sentido, reitera-se a contribuição do GTP de Serviço Social Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional (2018-2020), que permitiu esta produção interinstitucional, o encontro e a articulação de pesquisadores que representam distintos Grupos e Núcleos de Pesquisa, bem como redes da área e de áreas afins. Reiteramos assim nossa compreensão deste espaço como “potente”, no que se refere ao compromisso intelectual e à militância política, bem como fomentador na elaboração, produção e socialização de conhecimento.

Referências

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Disponível em:

<http://www.abepss.org.br>. Acesso em: 10 fev 2021.

CANTALICE, L. B. **As incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social.** 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CANTALICE, L. B. **As Atuais Tendências Teórico-metodológicas da Produção do Conhecimento em Serviço Social.** Relatório do Estágio Pós-doutoral. Natal: PPGSS/UFRN, 2018.

CARVALHO, D. B.; SILVA, M. O. (org.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CAPES/MEC – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área do Serviço Social**. São Paulo: 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GUERRA, Y. A força histórica e ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Praia Vermelha: estudos de Política e Teoria Social**, Rio de Janeiro, v. 10, 1º. Semestre, 2004. p. 12-45.

GUERRA, Y. Trabalho e formação profissional: desafios e perspectivas ao Serviço Social brasileiro. In: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. B. **Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 33-61.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências. **Caderno ABESS n. 08**, São Paulo: Cortez, nov. 1998. p. 33-76

LEWGOY, A; SERPA, M. Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional: tendências e perspectivas da produção do conhecimento do Serviço Social. In: GUERRA *et al.* **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 175-216.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. Especial, 2013. p. 17-27

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Ano XVII, n. 50, p. 87-132, abril, 1996.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2015.

NISIDA, Vitor; e CAVALCANTE, Lara. **Raça e Covid no município de São Paulo**. Instituto Pólis. jul 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

6

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE OS FUNDAMENTOS, A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: mapeamento e problematizações*

Alzira Maria Baptista Lengoy
Ana Lúcia Suárez Maciel

Introdução

Neste capítulo objetivamos sistematizar os trabalhos apresentados no Seminário Regional sobre conjuntura e produção de conhecimento, de modo a refletir acerca das tendências da produção da área no eixo dos fundamentos, formação e trabalho profissional, já contextualizado na apresentação deste livro. Avaliamos que essa produção expressa a apreensão pela categoria profissional de temas/recortes de objetos de pesquisa e/ou debate avaliados como relevantes e atuais, além de sinalizarem as metodologias de pesquisa e os aportes teóricos que vem alicerçando tal produção.

Igualmente esta sistematização busca dar visibilidade e reconhecer a apreensão e o acúmulo que vem sendo feitos no âmbito da pós-graduação, considerando que a mesma possui, como uma das suas funções, a preparação dos quadros profissionais para o exercício da docência, da pesquisa e do exercício profissional com excelência. Ao mesmo tempo, se reconhece que os estudos que tomam a pós-graduação como objeto de reflexão e análise são escassos, demandando esforços coletivos para a sua ampliação.

Ressaltamos que um dos esforços foi a chamada dos trabalhos baseados na ementa utilizada para abordar os eixos do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de Fundamentos, Formação e Trabalho da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a saber: 1) Fundamentos Teóricos do Serviço Social: Historicidade, configuração e paradigmas teóricos na realidade nacional e internacional – nos âmbitos latino-americano e mundial; 2) Formação profissional: Diretrizes e exigências postas para o ensino, a pesquisa e a extensão no contexto da política de ensino superior brasileira e 3) Trabalho: O trabalho do(a) Assistente Social nos diferentes espaços sócio ocupacionais, atribuições e competências e sua

*DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.117-138

respectiva conexão com o mercado de trabalho. Identidade e perfil profissional do(a) Assistente Social na sua relação com as classes sociais e, em particular, com a classe que vive do trabalho.

Compõe o universo desta sistematização dos 32 trabalhos apresentados, 27 nos eixos acima citados, cuja abrangência foi a seguinte: internacional (3), nacional (16), regional (3), estadual (4) e municipal (6). Acerca da natureza dos trabalhos, identificou-se a relação com produções decorrentes da conclusão de curso nos níveis de graduação, especialização, mestrado, doutorado e/ou pós-doutorado; projetos de grupos de pesquisa e/ou iniciação científica; relatos de experiência no âmbito da formação ou trabalho profissional, assim como revisões teóricas. Com relação à natureza das pesquisas e as suas respectivas metodologias, foram identificados 13 trabalhos cujas pesquisas se configuraram de natureza qualitativa, documental e/ou bibliográfica; 6 trabalhos lançaram mão da pesquisa do tipo revisão teórica; 2 trabalhos se caracterizaram como pesquisas mistas (quanti-qualitativa); 7 trabalhos se constituíram como relatos de experiência, sendo (4 na área do ensino e da supervisão, 2 de iniciação científica e 1 da fiscalização do trabalho profissional) e 2 trabalhos se configuraram como qualitativos e interdisciplinares, tendo articulado áreas da Economia Política, Filosofia, Serviço Social e Sociologia.

O público se constituiu de 165 participantes a saber: acadêmicos da graduação, mestrandos e doutorandos e egressos da Pós-graduação, docentes, pesquisadores, assistentes sociais residentes da área da saúde, assistentes sociais das áreas sociojurídica, educação, habitação e saúde, supervisores de estágio (de campo e acadêmicos), compondo um universo diverso de profissionais.

Importante historiar, ainda, a representação de 10 grupos¹ de pesquisa da Região Sul I, (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), considerando a proposta do Seminário e do universo de grupos que pesquisam sobre os temas atinentes à formação em Serviço Social. Registra-se, ainda, o total de 188 grupos de pesquisas no Brasil com tendências das linhas de pesquisa e das investigações das áreas de concentração sobre fundamentos, formação e trabalho Profissional do serviço Social, e o total de 36 grupos de pesquisas no eixo da Formação profissional" (LEWGOY; SERPA; 2018).

¹ Referimo-nos aos seguintes grupos: 1. Grupo de Estudos sobre Gestão Social e Formação em Serviço- FORMASS/ PUCRS; 2. Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas - GTEMP/UCRS; 3. Grupo de Pesquisa Cotidiano, Trabalho e Território - GPsT/PUCRS; 4. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social- GEFESS/UFRGS; 5. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Violência e Serviço Social- NEPEVIS/ UFSM; 6. Grupo de pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/I UNIPAMPA; 7. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Formação Profissional em Serviço Social/ GEPFOR/ UE; 8. Grupo de Pesquisa e Estudo sobre Formação e Trabalho Profissional- GEFORT/UEL; 9. Grupo de pesquisa produção do conhecimento e pesquisa social/ UEL; 10. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais/UFPR.

A estrutura do capítulo está composta por esta introdução, seguida de uma seção, onde se compartilha a sistematização empreendida pelas autoras para refletir acerca do conhecimento socializado no referido Seminário, e encerra com a indicação das conclusões que pretendem contribuir para a apreensão e o debate da categoria profissional acerca da temática proposta no mesmo.

Aproximações com a produção de conhecimento do Serviço Social na sua interface com os fundamentos, formação e trabalho

Para abordagem desta seção do capítulo, utilizamos como fonte principal os resumos expandidos que foram submetidos e apresentados no referido Seminário, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) dos mesmos. E para o enfoque deste eixo, prossegue-se a análise a partir do arcabouço conceitual e documental orientadores do projeto de formação profissional, as Diretrizes Curriculares de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social² (ABESS, 1997), o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão.

Iniciamos a sistematização desse material, a partir do eixo dos fundamentos, compreendidos como:

Matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira, a qual possui dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. Esta matriz, na atualidade, conforma-se a partir da conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios na análise histórico-crítica totalizante do Serviço Social, profissão cujo núcleo central reside no debate teórico-metodológico marxista, na análise da sua historicidade, na abordagem teórica da questão social e da categoria trabalho (mediada com a profissão), bem como do seu projeto ético-político. (CLOSS, 2015, p. 01)

Os resumos que compuseram o corpus de análise, a partir da ênfase dos fundamentos, orbitaram em torno dos seguintes temas: questão social, ética e/ou projeto ético-político, conservadorismo e neoliberalismo, traduzindo a

² Após 1998, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS. As DCS foram elaboradas coletivamente e aprovadas em 1996, fundamentando um novo perfil de formação profissional consoante com a nova direção social que se consolidava como hegemônica. Contudo, descaracterizada pelo MEC quando aprovadas em 2001 como texto legal. As DCS de 1996 desenvolvidas originalmente continuam sendo referência fundamental para o projeto ético-político profissional.

busca pela compreensão do objeto e da direção social do trabalho profissional, assim como do olhar atento e da problematização da conjuntura recente que conforma a dinâmica da sociedade brasileira, assim como o movimento do Estado no trato das demandas e necessidades sociais.

Logo, para apreender a questão social, se identificou um movimento empreendido pelos autores dos trabalhos que teve como referência a conjuntura do país, assim como dos seus rebatimentos no trabalho profissional e nas respectivas resistências construídas pela coletividade. Alguns extratos dos trabalhos explicitam essas constatações:

Hoje no Brasil observa-se a barbárie do capital. Diante da crise econômica, política, social e sanitária testemunhamos a falência da Nova República e o interregno. A compreensão das expressões da Questão Social é fundamental para combater o austericídio social em marcha. Os sinais de resistência surgem, a exemplo das lutas antifascistas pelo país, das greves dos trabalhadores” uberizados”, entre outros movimentos sociais. (ARAÚJO; DILIGENTTI, 2020, p. 01)

Assim, diversas expressões da questão social no sistema vigente assumem uma proporção ainda mais intensa e conflituosa, processo esse que repercute diretamente no trabalho do profissional de Serviço Social, pois, além de estabelecer o compromisso de buscar atender as demandas da população, visa por promover a resistência frente seus interesses e reivindicações, sob a arena das relações de exploração e opressão que versam capital x trabalho. (RODRIGUES; SANTOS, 2020, p. 01)

Acerca do projeto ético-político da profissão, um dos trabalhos se debruçou na reflexão acerca das implicações do golpe brasileiro, ocorrido em 2016 e os seus desdobramentos para a profissão e a política social que se constitui no lócus fundamental do trabalho profissional. Referem os autores:

[...] o Serviço Social não está imune ao evento negativo que significou o Golpe de 2016, ao se reconhecer que o conservadorismo – em sua heterogeneidade: família, costumes, tortura, ditadura, igrejas etc. – e o liberalismo – em sua síntese mais generalista: o Estado mínimo – são os fundamentos da política que vigora. (ANDRIGHETTI; KELLER, 2020, p. 02)

Quanto à perspectiva do conservadorismo, comunga-se da perspectiva de que este é “[...] imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor” (BOSCHETTI, 2015, p. 639). Em sentido

convergente a essa perspectiva, os trabalhos problematizam sobre como o conservadorismo ascendeu e vem ascendendo,

[...] ao ofertar respostas concretas às pautas que foram trazidas ou pela grande mídia ou por grupos nas redes sociais, as quais tinham como eixos centrais a defesa da moralidade no trato da coisa pública, os valores da família tradicional, a segurança pública e uma economia “eficiente”. (KELLER; KELLER, 2020, p. 02)

Nessa linha de raciocínio é imprescindível problematizar como a profissão vem se movimentando, considerando que a categoria em processo de ruptura aderiu ao pensamento crítico como teoria para formar o trabalho profissional, pois entendemos que

[...] o conservadorismo nunca deixou de permear seus processos formativos e o seu trabalho. Visto que, está ligado à sua gênese e por conta das condições de avanço do conservadorismo na realidade social brasileira, esse movimento é incitado internamente na categoria. Essa situação de tensão interna provocada pela ofensiva do conservadorismo não é uma novidade do presente, muito menos algo exclusivo do Serviço Social, na contextualidade ganha contornos mais fortes na medida em que as disputas no cenário político também se acentuam. (SANTOS, RODRIGUES, BERWIG; 2020, p. 03)

Os extratos dos resumos evidenciam a dialética que envolve o debate sobre o conservadorismo no interior da profissão e fora dela, acentuando o caráter determinante que a dinâmica e as transformações societárias impõem a profissão. Um trabalho complementa esta perspectiva ao lançar mão da análise documental em uma rede social (*facebook*) que contempla plataformas da categoria profissional na sua diversidade e, inclusive, antagonismo, de modo a explicitar como vem se dando a disputa pela construção da hegemonia na mesma. A autora conclui, após extensa análise documental, que há uma heterogeneidade expressa nas postagens de grupos/organizações com direções e concepções distintas da profissão, o que requer que esses espaços, também, sejam ocupados para a promoção do debate e da reflexão dos rumos que a profissão vem tomando.

Essa heterogeneidade sempre existiu, mas se acentua fomentada pelo avanço do neoliberalismo e do pensamento conservador, especialmente no contexto pós-golpe de 2016, diante de elementos exógenos (condições de trabalho dos assistentes sociais, em seu caráter contraditório, entre a garantia de direitos e a construção de outra sociabilidade) e endógenos (atual quadro de desqualificação no âmbito

formativo, com repercussão no perfil profissional) à profissão. (MORSCH, 2020, p. 03)

No que se refere a apreensão dos fundamentos da profissão, dois trabalhos analisados sinalizaram para a importância do seu debate, bem como as contribuições das teorias explicativas da realidade, desde que fundadas na matriz crítica e orientadas pela formação sócio-histórica do continente latino-americano, assim como da incidência dos movimentos sociais em face da complexa realidade que estamos vivendo.

Neste cenário, é crucial debater os Fundamentos do Serviço Social, a partir das contribuições marxistas da Dependência e Descolonização, para formatar uma práxis que tenha a potencialidade de expandir a sua atuação da propaganda para a agitação da classe trabalhadora na busca de sua emancipação. Finalmente com o efetivo ataque à estrutura do sistema capitalista. (ARAÚJO; DILIGENTTI, 2020, p. 02)

Evidencia-se também a relevância da ampliação da produção científica de vertente crítica sobre os movimentos sociais, enfatizando as experiências e conquistas dos sujeitos coletivos, sobretudo no que tange à legitimidade de suas pautas e demandas. (OLIVEIRA; CLOSS, 2020, p. 01)

É preciso fortalecer as estratégias de lutas travadas pelos movimentos sociais, apreendendo-as enquanto pressupostos que conferem renovação política às bases organizativas dos coletivos sociais, no horizonte da radicalidade democrática e da emancipação humana. Tais ações devem ganhar materialidade na participação e protagonismo dos sujeitos nos espaços de controle social, assim como nas organizações autônomas da classe trabalhadora, nos espaços de atuação profissional e nas associações comunitárias. (OLIVEIRA; CLOSS, 2020, p. 01)

Um único trabalho tematiza os fundamentos na sua relação com a trajetória histórica de uma das políticas sociais, de modo a compartilhar tal abordagem à luz da perspectiva do resgate histórico das práticas na área de atendimento à criança e ao adolescente em Porto Alegre/RS. Esse movimento permitiu às suas autoras a conclusão de que

[...] importantes reflexos desse passado histórico na configuração da política para a infância, a exemplo das iniciativas filantrópicas e caritativas em detrimento do papel do Estado nas respostas as expressões da questão social, reatualizadas nas parcerizações e arranjos público-privados. Além disso, foi possível compreender importantes elementos que marcam profundamente a história da institucionalização

da infância em Porto Alegre, os quais estão aprofundados no estudo. (BENTO; CLOSS, 2020, p. 02)

Constatou-se, na abordagem dos fundamentos, um conjunto de trabalhos que apresentam sintonia com as lentes que sustentam a apreensão da profissão, ao mesmo tempo em que se debruçaram sobre temáticas relevantes para o debate profissional, traduzido na preocupação em problematizar a perspectiva conservadora que vem se reatualizando na última década, assim como da vinculação com as estratégias coletivas de enfrentamento dessa realidade, a partir da sinergia com os processos de resistência e organização dos movimentos sociais.

No que se refere à ênfase da formação foram analisados os resumos cujos temas são: a formação em tempos de pandemia; o estágio curricular obrigatório remoto; o ensino do trabalho profissional; a política de educação permanente; a formação e a sua interface com as questões de gênero e étnico-racial numa formação antirracista; a iniciação científica como parte constitutiva da formação profissional do assistente social; as dimensões da competência profissional no processo de supervisão direta do estágio; a transversalidade no ensino dos fundamentos na formação em Serviço Social e o estado da arte na pós-graduação.

Tivemos como premissa a compreensão de formação profissional direcionada por uma concepção de ensino e aprendizagem "[...] calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade socioinstitucional (ABESS, 1997 p. 62), expressando assim as “[...] contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.” (ABESS, 1997 p. 60), estabelecendo também os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, que implicam particularizar o Serviço Social “[...] nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, como uma profissão interventiva, no âmbito da questão social” (ABESS, 1997 p. 60).

A questão social é o fundamento básico da existência do Serviço Social, e assim precisa ser “[...] mediatizada por um conjunto de processos sócio históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho” (ABESS, 1997 p. 60), e pelas formas históricas de resistência “[...] permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do estado, através das políticas e lutas sociais” ABESS, 1997 (p. 60).

Os trabalhos apresentados ressaltam a incidência do tema da supervisão e do estágio curricular obrigatório, debate que vem ganhando destaque considerando que a “[...] aceleração da inovação tecnológica implica uma integração em larga escala do trabalho intelectual no processo de produção” (MANDEL, 1979, p. 43). Um dos pontos analíticos versa sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social e sua função na constituição da

competência profissional nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico operativa. São abordados ainda os entraves, os desafios e a indissociabilidade entre a formação e o trabalho profissional, expressos nos resultados no que se refere ao:

[...] desenvolvimento da competência profissional articulada às três dimensões, no entanto, trabalhadas em díade: ético-política e técnico-operativa; e teórico-metodológica e técnico-operativa. Os entraves estão relacionados à conjuntura, ao contexto, conexos às condições de vida e formação de base dos estudantes. Os desafios estão atrelados ao contexto da educação superior e à busca da dimensão coletiva no processo de supervisão de estágio na manutenção da qualidade de ensino e aprendizagem. Conclui-se a necessidade de aprofundar o processo de supervisão direta, a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional e entre as dimensões da competência profissional. (STIFFT, 2020, p. 01)

A busca por análises das implicações geradas no processo de supervisão de estágio em Serviço Social, no contexto estrutural de precarização do ensino e do trabalho e seus desdobramentos enquanto desafios à materialização da direção crítica profissional, se constitui no conteúdo de um dos trabalhos que tomou como referência a sistematização de uma experiência de estágio. A partir dela, as autoras concluem que

As alterações engendradas no trabalho e no ensino em Serviço Social, decorrentes de um processo maior de precarização na relação entre ambos, impactam diretamente nas condições objetivas de defesa e materialização da direção crítica e do projeto ético e político profissional do Serviço Social no âmbito da supervisão de estágio. A isso se impõe necessidades à categoria, no sentido de defesa do seu legado crítico, que prescinde de condições materiais para a sua realização. Assim, fazem necessário revisar táticas e elucidar, talvez, novos caminhos profissionais que permitam saídas coletivas, individuais e práticas guiadas por uma leitura lúcida e crítica do cenário atual, que permitam resistir e, ao mesmo tempo, avançar na direção de preservar o acúmulo crítico profissional, sem, com isso, perder a dimensão de que o campo de estágio é um espaço de aprendizado e acolhimento aos estudantes de serviço social. E, para que assim seja, as condições qualitativas e materiais de trabalho e ensino precisam ser ofertadas aos profissionais e estudantes. (SILVA; MACHADO, 2020, p. 02)

Destaca-se, ainda, uma comunicação de pesquisa internacional que objetiva compreender as configurações e tendências da Supervisão de Estágio em Serviço Social em Portugal, no Brasil e na Espanha. Nela, as autoras se

debruçam na particularidade portuguesa afirmando no âmbito da cultura profissional e dos agentes envolvidos no processo, a complexidade de mexer com a cultura instituída da formação em serviço social, dos agentes que estão em formação e dos assistentes sociais que exercem a profissão. No âmbito pedagógico, há necessidade de atividades de:

[...] integração de todos os estagiários no início do estágio; conciliação entre as obrigações advindas do serviço e as do processo pedagógico na orientação do estágio; dificuldade de atualização dos conhecimentos, sobretudo na área do Serviço Social e na área do trabalho profissional; maior conjugação entre o perfil do estudante com a área das políticas sociais desenvolvidas no “terreno”; conciliação entre o curto espaço de tempo do estágio com a quantidade de atividades a serem realizadas pelo estagiário; dificuldade de escrita e elaboração do relatório e da dissertação seguindo as normas técnicas. (LEWGOY; MARTINS; SANTOS, 2020, p. 02)

No que se refere aos desafios assinalados relacionam-se a:

[...] inserção prematura dos alunos no ensino superior (17 anos), dificultando a empatia entre alunos e utentes no estágio; o debate da formação em Serviço Social no campo científico; a valorização do trabalho do estagiário; ausência da produção de conhecimento para atuação em determinadas áreas de intervenção; a articulação entre o assistente social orientador local e o docente supervisor acadêmico; e a integração de supervisores e orientadores com o estagiário. (LEWGOY; MARTINS; SANTOS, 2020, p. 02)

Outro aspecto problematizado sobre esta pesquisa, apresentado no eixo da formação profissional, é a experiência advinda da inserção de um aluno de graduação na condição de bolsista de Iniciação científica em Grupos de Pesquisa, cuja linha de investigação vincula-se a supervisão de estágio. O mapeamento e a análise documental dos instrumentos orientadores e normativos do processo de supervisão de estágio, foi uma etapa importante para a bolsista, considerando o exercício metodológico e a abrangência internacional do estudo. Apontam que o Tratado de Bolonha foi determinante para que mudanças se processassem na formação e no estágio na área, de modo que se implementaram mudanças curriculares que impactaram na redução, inclusive, da carga horária do curso e dos estágios. Esse processo gerou uma perspectiva “híbrida da formação que se coloca entre o gerencial e o pedagógico” e, ainda, se traduz numa:

[...] preparação genérica do indivíduo para a vida, bem como uma

formação que o habilite para todas as áreas de atuação do assistente social, atendendo às demandas do mercado, com um novo perfil de trabalhador mais dinâmico e adaptável. (CAGLIARI; LEWGOY, 2020, p. 02)

Outra experiência relatada por uma bolsista de iniciação científica é permeada pela participação da acadêmica em atividades que envolvem a coleta e a transcrição de informações individuais (entrevistas) e coletivas (Grupos Focais); eventos científicos da categoria profissional sendo referenciadas as Oficinas Regionais da ABEPSS, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), e o intercâmbio de pesquisas e pesquisadores entre Brasil e Portugal por meio de Seminários com apresentações de trabalhos presenciais. Nesse processo a autora conclui que

[...] o caminho metodológico percorrido foi fundamental para a aprendizagem do perfil investigativo profissional, considerando a importância de se estar presente em eventos da categoria, na discussão com diferentes professores, pesquisadores e mestrandos do GEFESS, para compreender o quão essencial é a pesquisa para o desenvolvimento do trabalho profissional. (MELGAREJO, 2020, p. 02)

No contexto da pandemia o debate sobre a formação profissional vem se acirrando, tendo em vista a modalidade remota posta para o desenvolvimento do estágio e da supervisão. Essa polêmica aparece em um dos trabalhos quando reveladas

[...] as circunstâncias históricas, em seus determinantes econômicos, políticos, sociais e neste caso sanitários, desafiaram a continuidade do processo no que se refere à realização do estágio em campo. A decisão sobre reconhecer o estágio em modalidade remota para fins curriculares foi produto de um conjunto de variáveis que se articularam com igual relevância, incluindo as demandas da formação profissional e as demandas da realidade social e dos sujeitos participantes, estagiária e trabalhadores, do ponto de vista de parâmetros ético-políticos e teórico-metodológicos. (SILVA; BERLITZ; VARGAS, 2020, p. 02)

A tendência de como a formação profissional em Serviço Social vem se operacionalizando nesse cenário de Pandemia da Covid-19 ao ser atropelada pelo ensino remoto, vem reforçando, mesmo que involuntariamente, a oportunidade de expansão da ideia da possibilidade da modalidade da educação a distância (EAD), considerando que os números de matrículas vêm crescendo a cada ano, bem como dar eco às ideias do diretor do Grupo “Ser Educacional” ao afirmar que

[...] O EAD tem um papel muito importante na democratização do acesso ao ensino superior, levando graduação de qualidade, com recursos tecnológicos de última geração, para todas as regiões do Brasil, o que antes se concentrava apenas nos grandes centros urbanos. (FERREIRA, 2021, p. 02)

Esse depoimento ganha força com o avanço da tecnologia, outro fator que vem colaborando bastante diante desse cenário, é o investimento em internet mais rápida para acompanhamento das aulas ao vivo para assistir a vídeos, para acessar materiais de aula e trocar informações com colegas e tutores com mais tranquilidade.

Contudo, reafirmamos a intenção perversa de reverter a lógica da qualidade que do ponto de vista pedagógico, pois:

[...] há desconhecimento da realidade socioeconômica dos discentes, que, em grande parte, apenas têm acesso por meio de telefones pré-pagos e, portanto, com tempo restrito e oneroso. Também parecem desconhecer que as operadoras mais populares têm péssima cobertura, muitas áreas de sombras e sinais de baixo alcance. Num contexto que acirra as desigualdades do acesso à informação digital, de recursos, de condições para estudar, de tempo e de dedicação, é inevitável que a educação pública, gratuita e socialmente referenciada, perca sua qualidade. (LEWGOY, 2021, p. 28)

Nesse cenário caótico, marcado pelo irracionalismo, negacionismo e distanciamento social, as questões que se impõem às entidades representativas da categoria dos assistentes sociais, acerca do posicionamento ético-político das entidades, se manifestam através da defesa da formação com qualidade em Serviço Social no contexto da Pandemia da Covid-19. Sobre elas, uma das produções analisa em particular o posicionamento do conjunto das entidades profissionais e estudantil, a fim de identificar os elementos centrais que sustentam a defesa da qualidade em tempos de alterações estruturais e rápidas nas metodologias e recursos de ensino.

Os resultados demonstram a publicação de 29 documentos pela ABEPSS, 29 pelo CFESS e 12 pela ENESSO, os quais visam orientar o trabalho e a formação dos assistentes sociais, de modo a sintetizar que:

Na análise do posicionamento ético-político do conjunto das entidades foram considerados os dados qualitativos, que indicam o reconhecimento da autonomia das UFAS para a adoção de estratégias metodológicas de ensino distintas conforme as particularidades institucionais e locais, porém com a reafirmação do compromisso com a construção de um projeto de formação com qualidade, na direção do Projeto Ético-Político

impresso nas Diretrizes Curriculares. (LAMPERT; LUSA; MACHADO, 2020, p. 02)

A educação permanente é outro tema investigado que teve por objetivo analisar a importância dos espaços representativos da categoria profissional para a materialização da política de educação permanente do conjunto CFESS/CRESS, com a seguinte problematização de pesquisa: como os espaços representativos da categoria profissional podem auxiliar na materialização da política de educação permanente (BENEVIDES, 2020)

Este estudo apresentou que através do CFESS/CRESS é possível a articulação com as outras entidades representativas da profissão, ABEPSS e ENESSO, bem como com outras entidades de áreas profissionais. Articulação imprescindível para a possibilidade de se criar uma práxis política emancipatória, na garantia da direção social do projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora, constituindo-se assim, em estratégia política e de luta. Evidenciou o NUCRESS como um espaço político de valorização da profissão, bem como, de defesa do projeto ético político, tornando-se um mecanismo de ação para enfrentar os limites e entraves que o/a assistente social poderá passar. Por fim o estudo concluiu que a presença da categoria profissional nestes espaços vem fortalecer o projeto ético-político, por meio das atividades de educação permanente, adquirindo desta forma, um posicionamento crítico e político (BENEVIDES, 2020).

Outro trabalho contendo uma pesquisa internacional, dedicado a debater a configuração da dimensão ética na formação e no trabalho de assistentes sociais na Espanha, a partir de um estudo documental na totalidade das escolas de Serviço Social desse país, constatou a inclusão de modo diversificado dessa dimensão na formação, com referência ao fato de que o primeiro Código de Ética do país data de 1999 e que: “Assim como no Brasil, a centralidade da Ética é compreendida como um dos pilares de sustentação da direção que orienta o trabalho profissional.” (REIDEL *et al.*, 2020, p. 02). Isto evidencia a importância de estudos desta natureza e do reconhecimento das particularidades de cada país e continente.

Nessa direção os trabalhos apresentaram temas que necessitam ser aprofundados considerando as mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social que exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas. Uma das produções apresentadas é sobre o trabalho do assistente social na área socioambiental mediante a uma experiência vivenciada por quatro discentes do curso de Serviço Social, no período de 2016 a 2019, em um grupo de pesquisa interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia.

Essa investigação evidencia que há falta de conhecimento por parte dos discentes de Serviço Social sobre o trabalho do assistente social na área socioambiental. Também demonstra que o desconhecimento está atrelado pela ausência de informações do corpo docente aos discentes sobre a atribuição do assistente social nessa área de trabalho e desinteresse por parte dos discentes na área socioambiental devido ao baixo valor salarial referente o trabalho de outras áreas. Também são apresentados os desafios que se referem ao repasse de financiamento para a manutenção dos projetos e programas de pesquisa engessando os profissionais apenas as atividades de sala de aula; a precarização da Universidade Federal que dispõe de recursos cada vez mais escassos, apesar desse fenômeno não ser considerado como algo novo, percebe-se um aprofundamento na contemporaneidade, muito atribuído com o fato da banalização ou mesmo marginalização das áreas de humanas, posta como sem valor (MENEZES; MARINHO; LEITE; ANDRADE, 2020).

Outro tema a ser explorado é de gênero direcionado de como as relações patriarcais de gênero vêm sendo mediadas na formação profissional em Serviço Social. O trabalho apresentado é referente à pesquisa de mestrado que buscou dar visibilidade e relevância no trato dessa temática na formação profissional para ampliação a partir da produção marxista. A investigação aprofunda a particularidade das relações patriarcais por meio da centralidade da divisão sexual e racial do trabalho, partindo da perspectiva do nó patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 2015). A investigação conclui que as relações patriarcais de gênero, étnico-raciais e de classe estão imbricadas, e são indissociáveis e estruturam as relações sociais. Na dimensão da formação há necessidade de articulação das dimensões teórico-metodológica e ético-política, no balizamento da dimensão técnico-operativa para as intervenções profissionais.

Essas tendências analíticas reforçam o pressuposto central das Diretrizes Curriculares (ABESS, 1997, p. 08) propostas, qual seja,

[...] a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-político-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social.

Essa concepção implica que os processos de trabalho no qual o assistente social está inserido precisam ser apreendidos a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha como indivíduo social.

A ênfase das mediações no ensino em Serviço Social se fez presentes em vários trabalhos. No eixo da formação, outro tema destacado é sobre o processo de ensino aprendizagem dos fundamentos do trabalho profissional nas UFAS, com o objetivo de investigar de que forma se desenvolvem as condições e as possibilidades de efetivação das Diretrizes Curriculares de 1996/1999 (MOHR; PANOZZO, 2020). Um dos desafios evidenciados neste estudo é o cumprimento das DCs referentes aos currículos dos cursos, visto que cada Unidade de Formação conta com diferentes processos de oferta de disciplinas, considerando os rebatimentos das estruturas institucionais. Outro desafio é a forma e constituição das disciplinas no curso de Serviço Social cujas turmas são heterogêneas formadas por alunos de outras áreas profissionais, o que impossibilita uma densidade na abordagem dos conteúdos fundantes da profissão. Aparece também o desafio da compreensão sobre o estudo dos fundamentos, como a história da profissão do serviço social agregada a uma 'base' que sirva para a estruturação do conhecimento adquirido no decorrer do curso. Os fundamentos são compreendidos pelos discentes como um processo histórico linear, não mediado pelas relações sociais do tempo histórico vivido. O estudo concluiu que a ausência de bases teóricas impede que haja profundidade no ensino, pois pouco se é compreendido para que haja, de fato, articulações pertinentes sobre os fundamentos teóricos, históricos e metodológicos do Serviço Social, assim como outros conteúdos fundantes do curso.

Outro trabalho que se dedicou ao debate nacional das mediações no ensino enfatizou esta abordagem nas relações patriarcais de gênero na graduação presencial em Serviço Social no Rio Grande do Sul, através de uma pesquisa empírica em que a autora constatou que

[...] A apreensão das relações patriarcais de gênero vem se ampliando na profissão, mas isso nem sempre na formação profissional e implica rigor qualitativo. Verificamos expressivo reconhecimento da sua importância para a formação de assistentes sociais sob diversos aspectos. Ainda que apareçam situadas em todos os núcleos de fundamentação da formação profissional, as mediações nas disciplinas são ocultas e focalizadas. Muitos elementos sugerem a prevalência de uma perspectiva culturalista, logo, a tradição marxista não hegemoniza a abordagem. (SEBASTIANY, 2020, p. 02)

Outro trabalho identificado de abrangência nacional, problematizou a questão da formação étnico-racial dos profissionais e constatou as fragilidades ainda presentes na mesma, de modo a evidenciar que:

[...] A formação antirracista para uma práxis antirracista, não será possível somente com o adendo de uma disciplina eletiva, mas,

especialmente com a inscrição capilarizada da discussão sobre relações étnico- raciais no Brasil e suas assimetrias e como se expressa nas políticas sociais. (MACHADO; FERRUGEM, 2020, p. 01)

No estudo, os autores problematizam em relação a questão acima afirmada, entendendo que isso se reflete, por exemplo,

[...] na quase inexistência de autores e autoras negras nas bibliografias e ausência do critério raça/cor nas pesquisas desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação. Daí a importância de elucidar, a direção assumida nos projetos de formação em Serviço Social, no âmbito da graduação e pós-graduação, na realidade brasileira. (MACHADO; FERRUGEM, 2020, p. 02)

Um estudo empreendido junto a residentes e preceptores em saúde, com vistas a compreender a proposta de formação das residências em Porto Alegre/RS, sinalizou para a necessidade de reflexão acerca da proposta pedagógica dos mesmos, assim como das suas mediações no ensino de modo a articular formação e trabalho em consonância com os princípios da política de saúde e das exigências que se colocam para a formação dos seus quadros.

[...] Acredita-se que a formação de trabalhadores da saúde deva ser centrada em novas conformações organizacionais democráticas e com arranjos pedagógicos que garantam a horizontalidade no processo ensino-aprendizagem. Para assim auxiliar a produção de novos sujeitos e coletivos, mais comprometidos ético-politicamente, que ajam como agentes micropolíticos da construção do SUS, tanto para disputar a qualificação das práticas no mundo do cuidado como para tensionar a consolidação do SUS como política pública. (AZEVEDO, 2020, p. 02)

Destaca-se apenas duas produções que versam sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil que se refere sobre a importância de acompanhar o desenvolvimento da Pós-Graduação *stricto sensu* sua dinâmica e desafios em face da conjuntura atual, considerando que em 2020 fez quarenta e nove anos desde a criação do seu primeiro Programa. Os dados socializados são parte dos resultados obtidos em uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2018, com o objetivo de analisar a conformação da formação em Serviço Social no Brasil, no âmbito da pós-graduação, suas contribuições no ensino, na pesquisa, e na produção de conhecimentos e exercício profissional.

O estudo sinaliza: 1) uma escassa produção acerca dos descritores selecionados, se comparada com o universo localizado; 2) acerca da tematização presente nas fontes mapeadas, se destaca a abordagem dos seguintes aspectos: a produção de conhecimento da pós-graduação sobre temas variados (lutas,

movimentos sociais, organizações, residência multiprofissional e gênero); trabalho docente na pós-graduação; política nacional de pós-graduação e sua relação com a área; pós-graduação em Serviço Social (perspectiva histórica e legado); conjuntura e construção dos cursos; direção social dos cursos; tendências recentes das pesquisas (MACIEL *et al.*, 2020b).

As tendências que conformam os trabalhos apresentados no Seminário, analisadas neste capítulo são temas que agregam neste eixo as ênfases da formação na graduação e do trabalho profissional, nas suas interfaces com o estágio supervisionado curricular obrigatório remoto, com as dimensões da competência profissional no processo de supervisão direta do estágio; com a política de educação permanente, com a iniciação científica, com o ensino dos fundamentos e com as questões de gênero e étnico-racial numa formação antirracista; e, por fim, o estado da arte na pós-graduação.

São temas potentes que se ancoram na concepção de formação profissional explícita no texto das Diretrizes Curriculares e nos demais textos orientadores que ancoram o projeto profissional, tendo em vista os posicionamentos críticos sobre a formação, assentando-a num patamar também de resistência aos imperativos da Educação Superior,

Por fim, quanto ao eixo do trabalho, os trabalhos analisados orbitaram em torno dos temas: trabalho do assistente social em múltiplos espaços sócio ocupacionais, bem como o seu perfil, a formação e a fiscalização do mesmo. Lopes (2020), ao investigar impacto do mundo do trabalho sobre a formação e o exercício profissional, no que se refere ao estágio supervisionado na Região Sul I, conclui que

[...] as transformações do mundo do trabalho afetam não somente a formação, mas também o trabalho profissional, tendo em vista que a supervisão de estágio em Serviço Social é uma atividade curricular que envolve ambas as facetas. A categoria profissional precisa estar atenta aos desafios impostos pelas próprias resoluções e políticas sobre supervisão em vigor, implementadas como enfrentamento à precarização na formação e no trabalho profissional. (LOPES, 2020, p. 02)

Um conjunto de trabalhos se dedicou a explorar as demandas com as quais trabalham os profissionais, de modo a dar visibilidade para o trabalho e os fundamentos que alicerçam a intervenção profissional. Um deles, de autoria de uma recém-graduada, problematiza a questão do abuso intrafamiliar, com destaque para os seus fundamentos, de modo que a autora afirma a necessidade de

[...] apreensões da complexidade que se edifica sobre as situações de abuso sexual intrafamiliar e, o quão desafiador se faz para os/as profissionais do Serviço Social e demais áreas, construir conhecimento

numa perspectiva crítica e de totalidade sobre tal temática. (RIOS, 2020, p. 01)

Uma outra abordagem acerca do trabalho profissional se dedica a examinar a particularidade do mesmo nos tribunais de justiça, de modo a constatar que

[...] Cada vez mais está presente a cobrança por produtividade e a competição entre os trabalhadores. A falta de reposição de cargos aumenta a quantidade de trabalho para cada servidor, ao mesmo tempo em que se complexificam as demandas. Alguns superiores exigem o cumprimento de prazos exíguos e são intransigentes em suas determinações, mesmo desconhecendo as atribuições e competências dos assistentes sociais. Essas situações afetam a saúde de muitos servidores. (HAMBURGO, 2020, p. 02)

O trabalho do profissional de Serviço Social, no âmbito da fiscalização profissional inserida no espaço do Conselho Regional de Serviço Social, constitui um dos trabalhos apresentados, onde as autoras se debruçam na sistematização dessa experiência por elas sintetizada da seguinte forma:

A implantação da Seccional " X" possibilitou uma maior aproximação à categoria por sua presença no território de abrangência, e com isso já apresenta resultados importantes na região que se revelaram na superação de irregularidades e a orientação à categoria profissional, especialmente através da perspectiva político-pedagógica, primordial à prevenção da violação da legislação profissional. (PAULA; MULLER, 2020, p. 02)

A totalidade dos trabalhos apresentados no Seminário e aqui, sinteticamente, sistematizados aponta para a riqueza da produção de conhecimento da área no eixo dos Fundamentos, Formação e Trabalho na área do Serviço Social. Ao mesmo tempo, reflete o quanto os profissionais, a partir de diferentes lugares e níveis de formação (da graduação à docência na pós-graduação) estão implicados com o tema e dispostos a empreender esforços para pesquisar e compartilhar os resultados dos seus estudos e, também, experiências no âmbito do exercício profissional.

Considerações finais

O enfoque eleito para o desenvolvimento deste capítulo nos permitiu mergulhar em uma amostra significativa de trabalhos produzidos pela categoria

profissional no eixo dos seus fundamentos, formação e trabalho. A importância de identificar a natureza e o conteúdo de tais produções na conjuntura atual se reveste de importância, considerando os 25 anos da aprovação do atual projeto de formação na área, o que nos convoca a revisitar a sua atualidade, assim como os resultados do seu enraizamento no ensino, na pesquisa e na produção de conhecimento da área.

Os temas que compuseram o corpus de análise a partir do eixo dos fundamentos, formação e trabalho profissional revelam um leque de conteúdos já incorporados na produção de conhecimento em Serviço Social, seja na busca pelo adensamento do objeto e da direção social do trabalho profissional, no estudo sobre a questão social, bem como sobre a ética, o projeto ético-político, o conservadorismo e o neoliberalismo. As ênfases que sinalizam maior concentração do Eixo versam sobre a formação e o trabalho profissional, cujos estudos são de abrangência nacional e internacional. Evidenciam-se problematizações acerca da formação em tempos de pandemia, da modalidade do estágio curricular obrigatório remoto, do ensino do trabalho profissional, do ensino dos fundamentos e sua transversalidade na formação em Serviço Social. A iniciação científica é temática reforçada como parte constitutiva da formação em Serviço Social, do mesmo modo as dimensões da competência profissional no processo de supervisão direta do estágio e a política de educação permanente. Aparecem como recentes e emergentes os estudos sobre a produção de conhecimento na pós-graduação e as questões de gênero e étnico-racial numa formação antirracista. As pesquisas que versam sobre o eixo do trabalho profissional conduzem ao trabalho do assistente social em múltiplos espaços sócio-ocupacionais, seu perfil, a formação e a fiscalização do mesmo.

Igualmente, o tempo presente marcado por fortes inflexões no campo da ética, dos fundamentos e das condições objetivas para o trabalho profissional, atravessados por uma pandemia que assola o mundo todo desde março de 2020, nos sinaliza a necessidade de reafirmar o protagonismo da profissão na defesa do seu projeto profissional, o que ficou evidente ao viabilizarmos um Seminário (ainda que na modalidade on-line) com presença significativa de profissionais, organizações representativas da categoria e acadêmica em formação para – juntos – refletir sobre a produção de conhecimento da área.

Nesse sentido, avaliamos que eventos dessa natureza se constituem em estratégias coletivas de enfrentamento das adversidades impostas pela conjuntura que vivemos, além de alimentar o nosso conhecimento acerca de temas fundamentais para a profissão. Os trabalhos apresentados, durante a realização do mesmo, confirmaram o acúmulo que a profissão vem consolidando, não só na universidade, mas nos múltiplos espaços sócio ocupacionais onde os assistentes sociais se inserem; mas, igualmente, traduziram as lacunas, os limites e as difi-

culdades que a abordagem desse eixo requer para o seu adensamento e enraizamento na formação e no trabalho profissional.

É muito oportuno lembrar neste cenário ao coletivo profissional, a apropriação de tais contribuições para que, coletivamente, possamos avançar na consolidação de uma formação e de um exercício profissional de qualidade, ainda que os tempos atuais se coloquem na contramão de movimentos desta natureza. São tempos de crise sanitária, econômica, política e institucional, de banalização a vida, de irracionalismo, de banimento da classe trabalhadora, de violações e subtrações de direitos, de intensificação do trabalho remoto, de ataques e marginalização da universidade pública, crescimento da desproteção social, diante do projeto ultraliberal conservador e obscurantista do governo federal.

É nesse terreno de desafios, de crescentes desigualdades, e de contradições que o Serviço Social se inscreve como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, que se constitui pela produção de conhecimento, pela formação acadêmico-profissional e pela intervenção junto a população na implementação e execução das políticas sociais em diversos campos socio-ocupacionais, e que, em situações de emergência, como a vivenciada em decorrência da pandemia da Covid-19, está na linha de frente.

É nesse cenário, parafraseando os versos de Maria Betânia (2019): “Brasil, meu nego, deixa eu lhe contar. A história que a história não conta. Avesso do mesmo lugar. Na luta é que a gente se encontra”.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, Formação profissional: trajetos e desafios. São Paulo: Cortez, 1997.

ANDRIGHETTI, I. R.; KELLER, S. B. A. **A “deseventização” do projeto ético-político do Serviço Social: ofensiva do conservadorismo em debate.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

ARAUJO, R. S.; DILIGENTI, M. P. **Questão social, dependência e descolonização.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

AZEVEDO, V. L. S. de. **Formação ou deformação: qual a trilha pedagógica da ris/ghc?** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BETANIA, M. **A menina dos meus olhos.** Álbum: Manguieira, 2019.

BENEVIDES, J. F. L. **A importância dos espaços representativos da categoria profissional para a materialização da política de educação permanente do conjunto CFESS/CRESS.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

BENTO, M. V.; CLOSS, T. T. **Da institucionalização da infância às medidas de proteção:** análise sócio-histórica do acolhimento institucional em porto alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CAGLIARI, M. C.; LEWGOY, A. M. B. **Investigação sobre a supervisão de estágio em serviço social em Portugal:** um relato de experiência na iniciação científica. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

CLOSS, T. T. Fundamentos do Serviço Social: uma análise das produções nos periódicos da área. *In:* Anais do Seminário Nacional sobre Serviço Social, trabalho e política social, 2015, Florianópolis. **Anais [...].** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_255.pdf. Acesso em: 24 set. 2021 .

FERREIRA, P. **Formação profissional em tempos de pandemia é tema de debate.** Youtube. Assessoria de Comunicação. UNAMA, 2021. Disponível em: <https://www.unama.br/noticias/formacao-profissional-em-tempos-de-pandemia-e-tema-de-debate>. Acesso em: 28 set. 2021.

HAMBURGO, J. de. **O trabalho do Assistente Social nos Tribunais de Justiça.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

KELLER, S. B. A.; KELLER, R. J. **Capitalismo e aliança conservadora-neoliberal:** a negação de direitos como resposta à ideologia da crise. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

LAMPERT, M. da C.; LUSA, M. G.; MACHADO, L. M. de O. **Incidência ético-política do Serviço Social no âmbito da formação no contexto da COVID-19.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

LEWGOY, A. M. B. **A formação em Serviço Social e o ensino remoto emergencial.** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS 2021.
http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf. Acesso em: 13 ou. 2021.

LEWGOY, A. M. B.; MARTINS, A.; SANTOS, C. M. dos. **A supervisão de estágio em Serviço Social**: estudo da particularidade ibero-americana. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

LEWGOY, A.; SERPA, M. Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional: tendências e perspectivas da produção do conhecimento do Serviço Social. *In*: GUERRA *et al.* **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018. p. 175-216.

LOPES, G. dos S. M. **Supervisão de Estágio em Serviço Social na Região Sul I**: Estudo dos Impactos do Mundo do Trabalho na Formação E no Exercício Profissional. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

MACHADO, L. M. de O.; FERRUGEM, D. **Formação profissional para uma práxis antirracista**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

MACIEL, A. L. S. As requisições conservadoras para o trabalho dos assistentes sociais em debate. *In*: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 415-430, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32149/21623>. Acesso em: 13 ago. 2020a.

MACIEL, A. L. S.; FERREIRA, J. T. da S.; LAMPERT, M. da C.; AZEVEDO, V. L. S. **O estado da arte sobre pós-graduação em Serviço Social no Brasil**: caracterização e tendências do período 2010 a 2019. Porto Alegre: UFRGS, 2020b.

MANDEL, E. **Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes**. Lisboa: Antídoto, 1979.

MELGAREJO, B. **A Experiência da iniciação científica em projetos de pesquisa sobre a supervisão de estágio em Serviço Social**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

MENEZES, S. V. T. de; MARINHO, D. F.; LEITE, J. de L.; ANDRADE, S. T. N. **A formação profissional e o trabalho do assistente social frente à área socioambiental**: uma experiência vivenciada em um grupo de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

MOHR, P. D.; PANOZZO, V. M. **A transversalidade no ensino dos fundamentos no Serviço Social**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

MORSCH, C. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social no Facebook**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

OLIVEIRA, J. N. G. de; CLOSS, T. T. **Serviço Social e a luta do movimento dos trabalhadores sem teto pelo direito à cidade em Porto Alegre/RS.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

PAULA, P. A. X. de; MULLER, A. M. Z. de L. **A Atuação da Seccional de Cascavel por meio da COFI no Ano de 2019.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

REIDEL, T.; FAGUNDES, A. da S.; SANTOS, C. M. R. dos; FRAGA, E. W. de. **A Dimensão Ética na Formação de Assistentes Sociais na Espanha: Dados Preliminares de Pesquisa Internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

RIOS, A. C. S. **Entre seduções, ameaças e segredos: apreensões sobre o abuso sexual intrafamiliar.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

RODRIGUES, M. D.; SANTOS, A. C. V. dos. **Estado, neoliberalismo e proteção social: avanços e contradições permanentes.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

SANTOS, A. C. V. dos; RODRIGUES, M. D.; BERWIG, S. E. **Reflexões sobre o avanço do conservadorismo na realidade brasileira: implicações para o trabalho do/a assistente social.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2. ed., São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEBASTIANY, M. M. **As mediações das relações patriarcais de gênero na formação profissional em Serviço Social.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

SILVA, A. de C.; MACHADO, R. **O estágio em Serviço Social e a defesa da direção crítica da profissão no contexto de precarização do trabalho e ensino: o caso concreto do departamento de habitação da prefeitura de sapucaia do sul no rio grande do sul.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

SILVA, I. A. da; BERLITZ, G. M. A. M.; VARGAS, J. **“No olho do furacão”:** estágio remoto em serviço social, reflexões inquietações e provocações em tempos de pandemia. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

STIFFT, L. da S. **Dimensões da competência profissional no processo de supervisão direta em Serviço Social.** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

PARTE 3

RESUMOS DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO SEMINÁRIO REGIONAL CONJUNTURA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO

Nesta seção constam os resumos dos trabalhos apresentados nos eixos orientadores do Seminário, de modo a dar visibilidade para a produção de conhecimento da área que foi problematizada no capítulo 6 de autoria das organizadoras.

EIXO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

QUESTÃO SOCIAL, DEPENDÊNCIA E DESCOLONIZAÇÃO

*Ricardo Souza Araújo
Marcos Pereira Diligenti*

Este trabalho busca analisar a Questão Social como expressão universal, tendo em vista a mundialização financeira crescente no capitalismo contemporâneo e, simultaneamente particular, focando no contexto brasileiro, país periférico/dependente e agudamente transpassado pelo apartheid de gênero, social e racial no mundo do trabalho. Este trabalho adota o método dialético, aliado à pesquisa bibliográfica e à análise de conteúdo, como procedimentos metodológicos.

Na atual crise do estrutural do capital, a classe dominante impõe, de forma generalizada, contrarreformas neoliberais para a manutenção das suas taxas de lucro. Este quadro é agravado nas economias dependentes, exportadoras de matérias-primas, com trabalho a superexploração da força de trabalho, unida à usurpação direta de suas riquezas por meio das chamadas “dívidas públicas”.

Fernandes (2004) observa que a classe trabalhadora brasileira nasceu da divisão “sócio, sexual e racial do trabalho”, portanto, não há como desconsiderar temas como o racismo estrutural, o machismo patriarcal, e à desigualdade social na sua formação.

Pode-se afirmar que: o Brasil, foi parido do estupro e do etnocídio dos povos originários e da escravização dos povos africanos.

Mesmo com a independência formal, manteve-se o poder nas mãos dos colonizadores, e com a onda de imigração europeia, os ex-escravos foram colocados na condição de um imenso exército de reserva. Desta forma foram impostas as leis de acumulação capitalista, bem como, a criminalização da pobreza, da negritude e a desvalorização da mulher.

O país, manteve desde então a sua economia voltada prioritariamente à exportação de matérias-primas. A consequência deste fato é a de que capacidade de consumo interno do trabalhador não se constituiu, ao longo da história, como um fator determinante para a acumulação de capital. É esse motivo que leva até os dias atuais, e sobretudo neste período, na falta de uma orientação no sentido de elevar os padrões salariais, nem de garantir políticas sociais efetivas.

Neste sentido, para contra restar o caráter desigual do mercado externo, a acumulação capitalista dependente deve ser fundada na superexploração (MARINI, 2000), com o incremento da jornada e da intensidade do trabalho, sem a garantia do valor que reproduza esta força de trabalho. Desta forma a di-

visão sócio-racial e de gênero do trabalho e do poder retroalimenta-se em parâmetros atuais, de modo a legitimar a superexploração de amplas camadas da classe trabalhadora (QUIJANO, 2014).

Na atualidade, embora a proletarianização seja generalizada, a superexploração se impõe de forma ainda mais severa entre trabalhadores e trabalhadoras negros e negras. Portanto, faz-se necessário edificar uma luta, que articule a questão racial, a questão de classe, de gênero e a questão nacional, a ser enfrentada por um projeto revolucionário antirracista e classista de nação, ou seja, um projeto descolonial total. (BEZERRA, 2020).

Santos (2012) aponta para as principais peculiaridades da Questão Social no Brasil: a superexploração do trabalho e apassivamento das lutas sociais via repressão ou cooptação foram recorrentes na história, mesmo com a observância de alguns períodos de uma modernização conservadora, que tinham a sua principal meta a prevenção das lutas populares e manutenção dos blocos de poder. Fernandes (2004) corrobora esta visão ao observar que a Revolução Burguesa no Brasil, lenta e gradualmente aboliu a escravidão, mas manteve desvalorizada a força de trabalho; instituiu o Estado Novo e a Legislação trabalhista, mas cooptou os sindicatos; e finalmente, após décadas de desenvolvimentismo, aplicou um Golpe Militar, em 1964, para conter as “Reformas de Base”, que se prefiguravam no período de Jango.

Ainda neste aspecto, o próprio processo de redemocratização (a partir de 1979), também lento e gradual foi, por óbvio, conquista das lutas populares, mas cooptado pelas “intocáveis” elites nacionais. Não por acaso, nesta Nova República, conquistou-se um tardio e limitado Estado Social de bem-estar social, logo seguido por governos neoliberais, que implementaram contrarreformas e privatizações.

Já no século XXI, os governos conciliadores sociais liberais, ampliaram os benefícios sociais, mas mantiveram as reformas neoliberais, fortalecendo as estruturas do estado burguês.

Esta pseudo conciliação, impraticável a partir de uma análise mais acurada da Questão Social, sobreposta a uma crise internacional do capital, abriu terreno para a implementação de um novo Golpe (desta vez parlamentar/midiático), que veio aprofundar os ajustes fiscais, e retomar o perfil neoliberal ortodoxo, tendência que se agudiza com a última eleição presidencial e com a pandemia do coronavírus.

Hoje no Brasil se observa a barbárie do Capital. Diante da crise econômica, política, social e sanitária testemunhamos a falência da Nova República e o interregno. A compreensão das expressões da Questão Social é fundamental para combater o austericídio social em marcha. Os sinais de resistência surgem, a exemplo das lutas antifascistas pelo país, das greves dos trabalhadores “uberizados”, entre outros movimentos sociais. Neste cenário, é

crucial debater os Fundamentos do Serviço Social, a partir das contribuições marxistas da Dependência e Descolonização, para formatar uma práxis que tenha a potencialidade de expandir a sua atuação da propaganda para a agitação da classe trabalhadora na busca de sua emancipação. Finalmente com o efetivo ataque à estrutura do sistema capitalista.

Referências

BEZERRA, M. Da Teoria Marxista da Dependência a um Marxismo Descolonial: América Latina, Revolução e Socialismo para o século XXI.

Revista Movimento. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/05/da-teoria-marxista-da-dependencia-a-um-marxismo-descolonial-america-latina-revolucao-e-socialismo-para-o-seculo-xxi/>. Acesso em: ago. 2020.

FERNANDES, F.; IANNI, O. (Org.). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão popular, 2004.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*:

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

SANTOS, J. S. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

ESTADO, NEOLIBERALISMO E PROTEÇÃO SOCIAL: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES PERMANENTES

*Milena Dorneles Rodrigues
Ana Carolina Vaz dos Santos*

O presente trabalho propõe-se a tecer reflexões acerca do acirramento do neoliberalismo e as consequências sociais para a classe trabalhadora, com intuito de explicitar o alto nível de desmontes sociais devido a diminuição do Estado sobre a proteção social; assim, aborda-se os aspectos históricos e conceituais da política social brasileira, articulando-a com os ganhos e perdas a nível de direitos sociais ao longo da história. Para tanto, parte-se de uma indagação teórica desenvolvida com base em levantamento bibliográfico, a partir de publicações da área das ciências sociais e humanas, as quais fundamentam-se na teoria

social crítica.

No decorrer do estudo tornou-se possível evidenciar os impactos do neoliberalismo na sociedade brasileira, pois, o mesmo, fragiliza as conquistas construídas pelo movimento operário e elucida o grande capital financeiro, que visa por destruir todas as barreiras sociopolíticas, com intuito de obter o máximo de liberdade mercantil. Seus valores centram-se na competição, individualismo, naturalização das desigualdades sociais, etc. Baseando-se nas obras produzidas no decorrer da história, verifica-se a necessidade dos neoliberais de reformar o Estado, sendo que, “[...] sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado a supressão ou redução de direitos e garantias sociais.” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 227).

Com isto, se desenvolve a diminuição do Estado, que manifesta de forma tímida sob a lógica da efetivação dos direitos sociais. Nesse cenário, as políticas sociais e a formatação dos padrões de proteção social, desenvolvem-se como forma de amenização das demandas da sociedade, ainda que, muito embora, seja de forma fragmentada e focalizada, impossibilitando que as necessidades reais e objetivas da população sejam atendidas de forma eficaz. Assim, diversas expressões da questão social no sistema vigente assumem uma proporção ainda mais intensa e conflituosa, processo esse que repercute diretamente no trabalho do profissional de Serviço Social, pois, além de estabelecer o compromisso de buscar atender as demandas da população, visa por promover a resistência frente seus interesses e reivindicações, sob a arena das relações de exploração e opressão que versam capital x trabalho.

Ao longo do estudo pode-se perceber a proteção social desenvolvendo-se de maneira paliativa e seletiva, devido aos baixos investimentos e des-casos que a permeiam; como também, o processo histórico indissociável que possui com Estado, onde as interdependências demonstram a necessidade de atender minimamente aos interesses da classe trabalhadora, mas manter essencialmente, o pertencimento de instrumento da burguesia (PEREIRA, 2009). Por isso, vê-se necessária efetivação de leis e regulamentações previstas, pois, acredita-se que o Estado representa e se constitui enquanto órgão de primeira instância para garantia e efetivação de direitos sociais, desenvolvendo um trabalho que ultrapasse a lógica do capital e seus interesses, ao contrário disso, permanecerá os valores baseados na competição, individualismo, responsabilização dos sujeitos, reatualizando somente à novas formas de exploração e dominação de uma classe sob a outra.

Referências

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2009.

CARVALHO, A. M. P. de. **Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades**: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. Poder e políticas públicas na América Latina. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FALEIROS, V. de P. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTO, M. C. da S. **Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo**: implicações para as políticas sociais. São Luiz: 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/1.%20Mundializa%C3%A7%C3%A3o,%20Estado%20Nacionais%20e%20Pol%C3%ADticas/ESTADO%20E%20NEO%20LIBERALISMO%20NO%20BRASIL%20CONTEMPOR%C3%82NEO%20implica%C3%A7%C3%B5es%20.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

PEREIRA, P. A. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2009.

OXFAM BRASIL. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras 2018. São Paulo: Brief, 2018. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

A “DESEVENTIZAÇÃO” DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: OFENSIVA DO CONSERVADORISMO EM DEBATE

*Isadora Rech Andrighetti
Suellen Bezerra Alves Keller*

A Revolução Russa em 1917. O encontro amoroso de Frida Kahlo e Diego Rivera. A aparição da tragédia teatral com Ésquilo. O surgimento, com Marx, da dialética na fundamentação materialista. Qual a relação desses acontecimentos com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979? Ainda que aparentemente desconexos, esses exemplos constituem eventos, nos termos de Badiou (1996), concernentes à política, amor, arte e ciência, respectivamente, quando irromperam com a repetição, a normalidade,

as certezas postas do cotidiano, suplementando novas verdades.

A teoria do evento de Alain Badiou pode se tornar uma chave analítica do que representou o chamado Congresso da Virada no Serviço Social. Mota (2019, p. 168) indica que “O ambiente de transição democrática [...] motivou as/os Assistentes Sociais [...] a engrossar a onda progressista em defesa das liberdades democráticas e da democratização do Estado.”. Esse engajamento nos movimentos de luta pela redemocratização permitiram o questionamento sistemático do Serviço Social tradicional, sendo o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), o cume dessa transição.

Consideramos que o Congresso da Virada foi um verdadeiro *evento* nos termos badiudianos, porque tal evento possibilitou a fidelização de sujeitos que construíram uma nova verdade na profissão: a consolidação de uma direção que nega o conservadorismo e sustenta um projeto ético-político profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Tal projeto se mantém hegemônico até a contemporaneidade, quando a ofensiva do conservadorismo, consubstanciada no governo Bolsonaro, vem trazendo a ameaça de uma “deseventização”, ao penetrar no Serviço Social tanto no âmbito da formação, quanto do exercício profissional.

O artigo que este resumo apresenta possui como objetivo analisar o projeto ético-político do Serviço Social à luz da teoria do evento, considerando a hipótese de “deseventização” do legado do Congresso de Virada de 1979, frente à ascensão do conservadorismo. Como trajetória teórica subsidiária da apreensão do real, utilizou-se o método dialético-crítico para realização do estudo teórico. Justifica-se a importância da discussão diante da mitigação dos padrões democráticos pretendidos para o segundo decênio deste século e a impossibilidade de compreender o Serviço Social como inerte aos processos corrosivos caudatários da ofensiva conservadora, visto que o Golpe de 2016 conformou um possível “evento negativo” (ŽIŽEK, 2014), o qual permitiu que o reacionarismo vigorasse, inclusive, na profissão.

Nos termos de Badiou, o evento é uma “[...] ruptura na disposição normal dos corpos e das linguagens tal como ela existe para uma situação particular [...] ou tal como aparece num mundo particular.” (BADIOU, 2012, p. 72). Significa dizer que um evento não é o desdobramento sequencial da realidade objetiva posta, mas a criação de novas possibilidades que mudam significativamente rumo da história. A partir do evento, há um processo de subjetivação pela fidelidade à mudança proposta, tornando possível o surgimento de uma nova verdade. Representa a possibilidade de materializar o que era tomado como propriamente impossível. Badiou (1996) não está preocupado com a repetição das formas de vida cotidianas, mas com a capacidade que os eventos têm de transformar as verdades até então consolidadas.

O autêntico evento, que significa uma Revolução ou a ruptura com o conservadorismo profissional é, em última instância, positivo, visto que ultrapassa os limites do possível, estabelecendo uma padronização para além do que o estado de situação esperava. Romper com o tradicionalismo no desencadear do Congresso da Virada mudou para sempre cultura profissional do Serviço Social, passando a ter uma direção crítica, ainda que historicamente fosse vinculada ao projeto conservador. Este propugnava reformas dentro da ordem, sendo que assistentes sociais serviam como agentes que reforçariam os mecanismos que, como afirma Netto (2011, p. 77), concebiam “as manifestações da ‘questão social’ como problemas autonomizados, para operar no sentido de promover a psicologização da socialidade e para jogar nos vetores da coesão social pelos condutos da ‘reintegração’ dos acometidos pelas sociopatias”.

No entanto, Frida e Diego não foram eternos sem que houvesse irrupções; a URSS não se sustentou. A nova verdade criada com o processo revolucionário pode retroagir ao antes posto. É possível a deseimentização do acontecimento? No que concerne ao projeto ético-político do Serviço Social, sabemos que a profissão dialeticamente se movimenta e se constitui na e pela realidade social: “a afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições [...] sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos” (NETTO, 2009, p. 145). Dessa forma, o Serviço Social não está imune ao evento negativo que significou o Golpe de 2016, ao se reconhecer que o conservadorismo – em sua heterogeneidade: família, costumes, tortura, ditadura, igrejas etc. – e o liberalismo – em sua síntese mais generalista: o Estado mínimo – são os fundamentos da política que vigora.

Referências

BADIOU, A. **O ser e o evento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

BADIOU, A. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MOTA, A. E. 40 anos da virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios.

In: MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. (orgs.). **Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In*:

MOTA, A. E. *et al.* (org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ŽIŽEK, S. **Event**: Philosophy in Transit. London: Penguin Books: 2014.

CAPITALISMO E ALIANÇA CONSERVADORA-NEOLIBERAL: A
NEGAÇÃO DE DIREITOS COMO RESPOSTA À IDEOLOGIA DA
CRISE

Suellen Bezerra Alves Keller
Rene José Keller

O presente estudo tem como objetivo examinar o processo de supressão de direitos promovido pela aliança conservadora-neoliberal, gestada como resposta à ideologia da crise. Esta deve ser entendida como prática neoliberal de governo, sendo que “Em nome da crise econômica, justifica-se a adoção de medidas drásticas, não por acaso relativas ao cerceamento de direitos da classe trabalhadora, as quais são declaradas como se atendessem ao interesse comum.” (KELLER; KELLER, 2019, p. 61). Falamos em “ideologia da crise” porque ao invés de a crise econômica ser examinada como decorrente do modo de produção capitalista, desloca-se os termos da discussão para esferas política, moral e de gestão.

Não se pode olvidar que um dos elementos centrais à perfectibilização do golpe 2016 foi a anunciada “crise econômica”, que permeava o governo Dilma Rousseff a partir de 2014. Longe de ser discutida a crise como ínsita ao movimento de produção e circulação do capital, os desajustes do âmbito econômico são tratados, ideologicamente, como se fossem resultados da má gestão do Estado. Ainda, a pretensa ineficiência estatal foi associada à corrupção, mais uma vez transferindo os termos da crise para uma pauta moral, como se não dissesse respeito ao capitalismo, e sim exclusivamente ao Partido dos Trabalhadores (PT).

O golpe institucional de 2016 fez com que o neoliberalismo voltasse a ser plataforma central de governo. Ainda que presente durante os governos petistas (2003-2016), o curto período do governo de Michel Temer foi hábil em acelerar o processo de cerceamento de direitos. Em um par de anos, Temer conseguiu a aprovação da contrarreforma trabalhista, bem como instituiu o teto de gastos públicos primários pela União (Emenda Constitucional nº 95/2016), seguindo as diretrizes da ortodoxia liberal da Escola de Chicago (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2015).

Em concomitância às discussões do *impeachment*, o conservadorismo passou a angariar notoriedade no cenário político à medida que respondia as

irresignações que foram semeadas no tecido social. Fez uso do “medo” como estratégia para justificar atitudes discriminatórias, irracionais e autoritárias (BARROCO, 2011). O pensamento de esquerda, que ao longo dos governos petistas relegou a segundo plano uma crítica radical ao capitalismo e a sua forma de sociabilidade, perdeu espaço em relação às respostas dadas pelo conservadorismo às contradições sociais.

O conservadorismo ascendeu ao ofertar respostas concretas às pautas que foram trazidas ou pela grande mídia ou por grupos nas redes sociais, as quais tinham como eixos centrais a defesa da moralidade no trato da coisa pública, os valores da família tradicional, a segurança pública e uma economia “eficiente”. O cume deste quadro foi a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, com o apoio de setores religiosos, empresários e militares, correspondendo à base social da aliança conservadora-neoliberal (KELLER, 2019).

A atmosfera de crises criadas em torno da complexa conjuntura, foi respondida pela aliança conservadora-neoliberal, sem que se tangesse a real crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009). Bolsonaro radicalizou o viés neoliberal do Estado, aprofundando o receituário já conhecido de privatizações e desproteção social, retrocedendo também nos direitos dos segmentos que sofrem opressões de reconhecimento, como raça, etnia, gênero, território etc.

Em relação à metodologia, o texto terá caráter de pesquisa qualitativa, tendo perfil interdisciplinar, articulando as áreas do Serviço Social, da Filosofia, da Sociologia e da Economia Política. O método adotado é o dialético, na fundamentação materialista (KOSIK, 2011). O campo epistêmico e o marco teórico são os da teoria crítica (HORKHEIMER, 1991). As fontes de pesquisa consistem em livros, artigos e documentos, analisados mediante as técnicas de revisão bibliográfica e análise documental.

Referências

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

FRIEDMAN, M.; FRIEDMAN, R. **Livre para escolher**: um depoimento pessoal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO; T. **Textos Escolhidos**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

KELLER, S. B. A. **A ofensiva do conservadorismo**: serviço social em tempos de crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

KELLER, S. B. A.; KELLER, R. J. A Ideologia da Crise e o Golpe de 2016: o envelhecer no contexto de ofensiva neoliberal sobre a Previdência Social. *In*:

TEIXEIRA, S. M.; PAIVA, S. de O. C.; SOARES, N. (orgs.).

Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas. Curitiba: CRV, 2019.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

SERVIÇO SOCIAL E A LUTA DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES SEM TETO PELO DIREITO À CIDADE EM
PORTO ALEGRE/RS

Juanita Natasha Garcia de Oliveira

Thaísa Teixeira Closs

O trabalho é fruto dos estudos de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) do Brasil, e tem por objetivo discutir a experiência de militância e pesquisa junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Aborda o debate entre a interlocução das refrações da questão social expressas na luta pelo direito à cidade e apresenta enquanto cenário de pesquisa a Ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (OPSM). Em termos teórico-metodológicos, o estudo é alicerçado nos pressupostos teóricos do método dialético-crítico, tendo como delineamento uma pesquisa qualitativa a partir da metodologia de história oral com militantes do MTST e moradores da referida ocupação, ancorando-se nas categorias cotidiano e direito à cidade a partir do pensamento de Henri Lefebvre (2001, 2008, 2019).

Visa identificar as condições, modos de vida e organização política dos sujeitos que residem nessa ocupação a partir da realidade que se expressa no cotidiano das relações sociais, a fim de desvendar um universo de estratégias de resistências que permeiam a luta de classes no cenário urbano.

No que tange aos resultados preliminares, se verifica que: a) as formas de mobilização e participação popular desenvolvidas na organização e atuação política do MTST, promovem a construção de estratégias coletivas de enfrentamento às desigualdades sociais presentes na luta de trabalhadores e trabalhadoras sem teto; b) a relevância do desenvolvimento de ações de cunho pedagógico voltados para uma formação político-crítica de militantes, ancorada nas contribuições de Henri Lefebvre quanto à produção do espaço e disputa da riqueza socialmente produzida que valoriza os saberes e experiências emergidas

do cotidiano; e c) a perspectiva de construção de uma sociabilidade pautada na coletivização das demandas sociais, cujos laços de solidariedade classista permitam vislumbrar um projeto societário radicalmente contrário ao modo de produção capitalista, trazendo unidade na luta de classes.

A partir das experiências de militância e pesquisa junto ao MTST, concluímos que é preciso fortalecer as estratégias de lutas travadas pelos movimentos sociais, apreendendo-as enquanto pressupostos que conferem renovação política às bases organizativas dos coletivos sociais, no horizonte da radicalidade democrática e da emancipação humana. Tais ações devem ganhar materialidade na participação e protagonismo dos sujeitos nos espaços de controle social, assim como nas organizações autônomas da classe trabalhadora, nos espaços de atuação profissional e nas associações comunitárias. Evidencia-se também a relevância da ampliação da produção científica de vertente crítica sobre os movimentos sociais, enfatizando as experiências e conquistas dos sujeitos coletivos, sobretudo no que tange à legitimidade de suas pautas e demandas.

Dessa maneira, destaca-se que a luta pelo direito à cidade supera a dimensão individual, reduzida ao poder monetário de compra, uma vez que a mesma está amplamente vinculada à luta anticapitalista, numa perspectiva de urbano implicada a responder necessidades sociais, permitindo assim, a realização da sociedade urbana.

Referências

CLOSS, T. T. **Fundamentos do serviço social**: um estudo através da produção da área. Curitiba: CRV, 2017.

DURIGUETTO, M. L. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro: 2001.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Minas Gerais: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana** Trad. Sérgio Martins. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA ÀS MEDIDAS DE
PROTEÇÃO: ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL EM PORTO ALEGRE

Micheli Viegas Bento
Tháisa Teixeira Closs

Este trabalho discute a trajetória das práticas de institucionalização infanto-juvenil no decorrer da história brasileira, do período colonial até a atualidade, com ênfase no cenário local da cidade de Porto Alegre/RS. A pesquisa que o origina teve como objetivo investigar a trajetória do atendimento a esse público, a fim de contribuir para as reflexões sobre o acolhimento institucional enquanto medida de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes na atualidade. Destaca-se a relevância desse estudo visto que o mesmo fomenta o conhecimento das concepções que orientaram as práticas sociais nessa área, subsidiando assim os fundamentos teóricos do Serviço Social, uma vez que discute um campo histórico de trabalho da profissão, ainda fortemente requisitado ao Serviço Social. Considerando a configuração da rede de proteção social em Porto Alegre, existe pelo menos um assistente social por unidade de abrigo ou por agrupamento de casa lar, totalizando, atualmente, aproximadamente oitenta e três serviços em funcionamento na capital. Ressalta-se também a originalidade do estudo, tendo em vista que na literatura especializada em história não foram encontradas produções com esse enfoque, abarcando a história dos diferentes períodos da institucionalização da infância na realidade porto-alegrense. O trabalho foi desenvolvido mediante uma revisão bibliográfica sobre a assistência à infância no cenário nacional e porto-alegrense, tendo como principais referências Eva Teresinha Faleiros, Vicente de Paula Faleiros, Irene Rizzini, Irma Rizzini, Francisco Pilotti e Jorge Gilberto Krug. Também foi desenvolvida pesquisa histórica com ênfase para a realidade de Porto Alegre, tendo como fontes documentos históricos dos acervos da Biblioteca Nacional Digital (DNG), em especial: o *Jornal do Dia/RS*, o *Diário de Notícias/RS*, o *Jornal O Momento/RS*, o *Jornal dos Bairros/RS*. Foram também coletadas imagens históricas e analisados relatórios das principais instituições de assistência a infância, tais como: Santa Casa de Misericórdia da capital, Sociedade Humanitária Padre Cacique de Barros, Fundação Pão dos Pobres de Santo Antônio e FASE/RS. A história da assistência à infância encontra um divisor de águas importante na década de 1990, com a inauguração da perspectiva de

proteção integral consolidada no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o qual afirma a condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos e o acolhimento institucional enquanto uma medida de proteção, muito distinto das históricas práticas de institucionalização. Em aproximadamente 500 anos de história da assistência à infância e juventude são apenas três décadas dessa conquista, construída a passos lentos e que, portanto, deve ser lembrada e conhecida para ser defendida. Ou seja, é preciso compreender a realidade em suas contradições e lutas sociais, com vistas a garantia desses avanços conquistados na área da infância, os quais recorrentemente são questionados por forças conservadoras. Nessa perspectiva, investigou-se as práticas individuais e filantrópicas, a doutrina penal do menor e a doutrina de situação irregular, abarcando: o sistema colonial de roda dos expostos, início das práticas de institucionalização desses sujeitos; a judicialização da infância pelo Código de Menores (1927) e o Serviço de Atenção ao Menor; a Fundação de Bem-Estar ao Menor e o Segundo Código de Menores (1979), construído sob a ideologia de segurança nacional. Dessa forma, a compreensão da criança e do adolescente como pessoas que possuem direitos e precisam de proteção especial integral devido às peculiaridades desse momento do desenvolvimento humano, datam do período recente, como já referido. Trata-se de uma concepção muito distinta do período em que se iniciou a invasão e colonização das terras nativas, por exemplo, em que a infância pobre era vista como estratégia para a conquista do território e utilizada como mão de obra nas embarcações. Ou até mesmo considerado como um sujeito subalterno na figura “do menor”, perigoso perante a moral e à “ordem” e que precisa ser contido, institucionalizado e “educado”. Constatou-se também importantes reflexos desse passado histórico na configuração da política para a infância, a exemplo das iniciativas filantrópicas e caritativas em detrimento do papel do Estado nas respostas às expressões da questão social, reatualizadas nas parcerizações e arranjos público-privados. Além disso, foi possível compreender importantes elementos que marcam profundamente a história da institucionalização da infância em Porto Alegre, os quais estão aprofundados no estudo.

Referências

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Disponível em:

<https://bdigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

FALEIROS, E. T. S. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 203-222.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. *In*: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-96.

KRUG, J. G. Breve síntese histórica da atenção ao Menor no Rio Grande do Sul. **Febem Estudos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 39-43, 1985.

MACEDO, F. R. de. **Os Menores abandonados e o Padre Cacique de Barros**. Porto Alegre: Carag, 1982.

NETO, A. Q.; CRAIDY, C. M.; KRUG, J. G.; OLIVEIRA, I. P. FEBEM - 10 anos ensaio diagnóstico preliminar descritivo. **Febem Estudos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 45-93, 1985.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SOCIEDADE HUMANITÁRIA PADRE CACIQUE. **Relatório da Sociedade Humanitária Padre Cacique (1942)**: Asylo Santa Theresa, Asilo Mendicidade e Asylo S. Joaquim. Porto Alegre: 1944. Disponível em: http://www.fase.rs.gov.br/wp/wp-content/uploads/2015/06/LIVRO_1942.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019

<p>A DIMENSÃO ÉTICA NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ESPANHA: DADOS PRELIMINARES DE PESQUISA INTERNACIONAL</p>

*Tatiana Reidel
Anderson da Silva Fagundes
Carolina Medina Ribeiro dos Santos
Elisiane Wolf de Fraga*

Este trabalho socializa dados preliminares de pesquisa internacional cuja questão central visa responder: “Como se configura a dimensão ética na formação e no trabalho de assistentes sociais na Espanha?” Objetivamos contribuir para o debate da formação com finalidade de avançar nos estudos sobre aproximações e particularidades entre Espanha e Brasil. Ressaltamos que a ética é a ciência que estuda, discute e reflete sobre a moral alicerçada na perspectiva filosófica, permitindo à humanidade o aprofundamento no campo de análise, indagação crítica sobre seu objeto. Para a categoria, no Brasil, a “[...] ética se diferencia de uma ética abstrata, discursiva, cuja implicação concreta não se mani-

festa nas relações sociais cotidianas.” (REIDEL, 2019, p. 208), compreendida como “[...] reflexão histórica, crítica, radical, de totalidade, que tem por natureza: apreender o significado e os fundamentos da moral indagando sobre a relação entre moral e liberdade, valor ético fundamental” (BARROCO, 2012, p. 22). Trata-se de um estudo misto, filiado ao método materialista-histórico-dialético, utilizando-se de dados bibliográficos e documentais das Instituições de Ensino Superior espanholas que ofertam Serviço Social, bem como realiza estudo de caso da Universidade Complutense de Madri. Neste resumo enfocaremos resultados preliminares do estudo documental onde foram identificados 38 cursos de Serviço Social na Espanha. No processo de caracterização, destaca-se que 76,3% são universidades de natureza pública, mas isso não representa ensino gratuito; 94.7% das instituições se configuram como Universidade, caracterizando-se pela premissa indissociável de ensino, pesquisa e extensão. No estudo dos planos de ensino foram analisadas 1565 disciplinas. Destas, 137 abordavam “ética” ou “deontologia” no nome, súmula, objetivo ou bibliografia da disciplina, correspondendo a apenas 8.75% da totalidade. Posteriormente, as disciplinas foram divididas em 11 blocos temáticos. O principal intitulado “Ética”, constituído por disciplinas que exibem no título “ética/deontologia”, totalizando 32 (23,35%). As demais, 105 (76,64%), foram subdivididas nos outros blocos. Pode-se inferir, como resultados parciais, que em 8 cursos não exibem disciplinas intituladas “ética/deontologia”, porém o conteúdo é abordado em outras cadeiras, pois em todos os cursos há, no mínimo, uma disciplina que revela ética no plano de ensino. Destaca, ainda, que na Espanha o Serviço Social não possui a concepção do homem como sujeito transformador, núcleo categorial da teoria social crítica. Na Espanha, o primeiro Código de Ética foi aprovado pela *Asamblea General de Colegios Oficiales de Diplomados en Trabajo Social y Asistentes Sociales* em 1999, “[...] se justifica en la necesidad de abundar en los principios éticos y deontológicos profesionales atendiendo a las nuevas realidades sociales y a las normas que influyen directamente en la actividad profesional.” (CONSEJO GENERAL DEL TRABAJO SOCIAL, 2015). Ou seja, seis anos após a edição do quinto e último código de ética da categoria no Brasil. Assim como no Brasil, a centralidade da Ética é compreendida como um dos pilares de sustentação da direção que orienta o trabalho profissional, reconhecimento amplamente compartilhado “[...] tanto profesionales como académicos reconocen que la ética es consustancial al propio Trabajo Social y que los y las profesionales deben actuar siempre con una mirada ética. Este reconocimiento es uno de los motivos fundamentales que explican el surgimiento de tantas reflexiones y publicaciones en torno a este tema.” (PEMÁN; MEGALES, 2017, p. 17). Conclui-se, preliminarmente, que referente ao Código e à perspectiva de formação há uma sinalização aos valores que orientam a formação e o trabalho dos/as assistentes sociais, “[...] la formación actual en Trabajo Social tiende a incrementar la capacitación de los futuros tra-

bajadores sociales, proporcionando a los estudiantes oportunidades de aprendizaje para conseguir conocimientos, destrezas y valores propios del trabajo social.” (ANECA, 2004, p. 35). Desta forma, ressalta-se que a dimensão ética não se limita ao código; esta é, ou deveria ser, transversal, presente em toda extensão profissional. Compreendemos que o processo de formação deve possibilitar o exercício do pluralismo onde se tornam possíveis reflexões e debates sobre diferentes perspectivas teóricas que se confrontam durante o processo de formação.

Referências

ANECA. Ministerio de Educación y Ciencia. **Libro Blanco para el título de grado en Trabajo Social**. Madrid, 2004

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

CONSEJO GENERAL DEL TRABAJO SOCIAL. **Código Deontológico de Trabajo Social** (Digital). Madrid, 2015.

PEMÁN, M. J. U.; MEGALES, D. S. Presentación del monográfico: Ética y Trabajo Social. **Cuadernos de Trabajo Social**, Madrid, v. 30, n. 1, p. 17-21, 2017.

REIDEL, T. Ética na pesquisa: implicações para além da formalidade. *In*: MENDES, J. M. R.; WÜNSCH, D. S.; GIONGO, C. R. (orgs.). **A investigação no campo da saúde do trabalhador: construção do conhecimento e estratégias metodológicas**. Campinas: Papel Social, 2019.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO FACEBOOK
--

Caroline Morsch

Este resumo objetiva apresentar resultados obtidos em pesquisa sobre o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social (PEPPSS) nas páginas do *Facebook Conselho Federal de Serviço Social – CFESS* e *Serviço Social Libertário* de 2016 a 2018. Tais páginas compreendem de maneira antagônica os princípios e matrizes que norteiam o PEPPSS. Enquanto o CFESS, entidade representativa do Serviço Social brasileiro no âmbito do exercício profissional faz a defesa, o movimento Serviço Social Libertário opõe-se ao PEPPSS. Tendo como motiva-

ção a divergência de opiniões sobre o PEPPSS percebida na rede social – de defesa e oposição, nos propomos apresentar a disputa travada no Facebook que põe em evidência os limites impostos à continuidade do PEPPSS, diante o avanço do conservadorismo na sociedade brasileira e os ataques aos direitos sociais e às políticas públicas.

A materialização da agenda de ajustes neoliberais imposta pelos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) – após o que vem sendo denominado, não de forma homogênea, como um golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) –, trouxe uma série de ataques aos direitos sociais e às políticas públicas. Estes desmontes são fomentados pela ascensão do conservadorismo, sentido nas manifestações conservadoras nas ruas e nas redes sociais. Diante deste contexto, não é incomum encontrar, inclusive no Facebook, posicionamentos de assistentes sociais que sustentam a inviabilidade do PEPPSS (TEIXEIRA; REIS, 2009).

O presente estudo se caracteriza como quali-quantitativo, exploratório e documental. Sua amostra de análise compreende os comentários realizados nas páginas do Facebook do CFESS e do Serviço Social Libertário, no período de 2016 a 2018, totalizando 9.175 comentários na página do CFESS, e 2.612 comentários na página *Serviço Social Libertário*. A análise foi desenvolvida a partir da técnica de análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016).

Os resultados demonstram a disputa entre projetos antagônicos de profissão. Nos comentários da página do CFESS, constatou-se que 61,97% das posições estão em sintonia com o PEPPSS, e 38,03% estão em oposição. Em sintonia ao PEPPSS identificaram-se posições: em defesa das instituições representativas da categoria profissional (14,59%); em defesa do PEPPSS nas dimensões ética, teórica, formativa e do exercício profissional (26,34%); contra às medidas governamentais destruidoras de direitos e políticas públicas do governo Temer (14,95%); e, contra o capitalismo e suas medidas severas (6,09%).

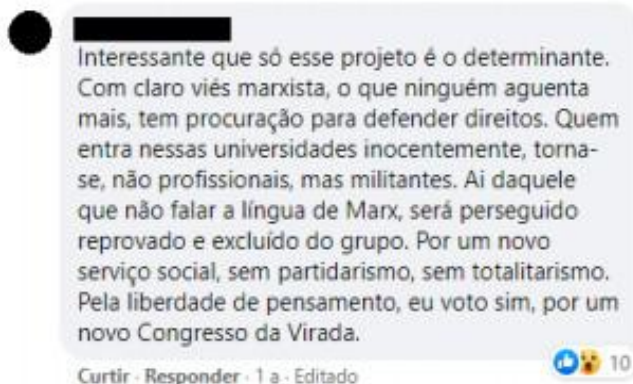
Na página do Serviço Social Libertário apenas 24,84% dos posicionamentos estão em sintonia com o PEPPSS, e 75,16% estão em oposição. Em oposição ao PEPPSS encontraram-se posições: em discordância com PEPPSS (50,72%); contra o conjunto CFESS-CRESS (3,31%); em defesa do capitalismo (20,91%); e, em defesa das medidas do governo Temer (0,21%).

Essa heterogeneidade sempre existiu, mas se acentua fomentada pelo avanço do neoliberalismo e do pensamento conservador, especialmente no contexto pós-golpe de 2016, diante de elementos exógenos (condições de trabalho dos assistentes sociais, em seu caráter contraditório, entre a garantia de direitos e a construção de outra sociabilidade) e endógenos (atual quadro de desqualificação no âmbito formativo, com repercussão no perfil profissional) à profissão. Elementos que impõem limites à continuidade do PEPPSS,

distanciando os profissionais do direcionamento ético, teórico, ideológico, político e prático (KELLER, 2019).

Observa-se a forte crítica ao marxismo e ao PEPPSS nos comentários, conforme a Figura 1:

Figura 1 - Crítica ao Projeto Ético-Político e ao marxismo



Fonte: página *Serviço Social Libertário* (2016-2018).

Contudo, é justamente a teoria social de Marx que “[...] oferece as armas da crítica e do conhecimento, suportes para compreender e desvendar os dilemas e contradições do capitalismo contemporâneo e enfrentar a “razão miserável” que invade e inverte os sinais do tempo presente.” (SIMIONATTO, 2019, p. 132). Os assistentes sociais, ao vincularem-se a projetos societários capitalistas e ultraneoliberais, alinham-se a planos com consequências devastadoras no âmbito das conquistas sociais.

Conclui-se que há necessidade de disputar o PEPPSS, a sua direção social e o referencial que o ancora, também no Facebook, dada a crescente adesão dos profissionais à rede social e a visibilidade do conteúdo das páginas do Facebook do CFESS e do Serviço Social Libertário.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

KELLER, S. B. A. **A ofensiva do conservadorismo**: serviço social em tempos de crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. **Página do Facebook**. [S. l.], Facebook: Serviço Social Libertário @servicosociallibertario. Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosociallibertario/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SIMIONATTO, I. Serviço Social, reação conservadora e o ataque ao marxismo. In: SILVA, M. L. O. (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

TEIXEIRA, J. B.; REIS, M. B. M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.

REFLEXÕES SOBRE O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NA
REALIDADE BRASILEIRA: IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO
DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Ana Carolina Vaz dos Santos
Milena Dorneles Rodrigues
Solange Emilene Bernig

O presente resumo objetiva realizar reflexões acerca do avanço do conservadorismo nas relações sociais brasileira e as suas implicações para o trabalho cotidiano do/a assistente social. O cerne da discussão centra-se sobre a perspectiva do projeto profissional do Serviço Social vinculado às transformações da sociedade; desse modo é imperativo observar o contexto atual da realidade social brasileira, a fim de refletir sobre as condições para a manutenção da postura ética e política, numa perspectiva crítica assumida pela profissão. A temática do conservadorismo tem sido estudada e discutida regularmente pela categoria, que tem focado sua análise sobre a conjuntura e os riscos para o trabalho do/a assistente social. Seguindo esse caminho, tal visão será examinada sobre dois aspectos considerados pertinentes e que possuem unidade metodológica entre si, a saber: (1) a intensificação do avanço do conservadorismo e (2) a precarização dos processos de formação como resultado da mercantilização do ensino superior no Brasil. Este trabalho foi elaborado metodologicamente a partir de uma análise teórico reflexiva desenvolvida com base em um levantamento bibliográfico, o qual teve como recorte a produção científica da área das ciências sociais e das ciências humanas.

Para tanto, utiliza-se analiticamente o pensamento conservador como um fenômeno desvendado dialeticamente no percurso sócio histórico do país, levando em consideração as relações de estruturas, conjuntura e cotidiano que o redimensionam e o determinam. Sob tal tema, Keller (2019, p. 111) o conceitua como “[...] um fenômeno histórico que se explica pela supervalorização da ordem, das instituições e tradições, alinhado à aversão por transformações de

caráter revolucionário.”. Trazendo a cena para o Brasil, um país periférico capitalista, de modo histórico o conservadorismo esteve circunscrito na sociedade, principalmente, no intuito de manter as relações de trabalho, construídas sob uma estrutura de exploração por meio de uma natureza de flexibilidade e precariedade (SANTOS, 2012). Outrossim, o conservadorismo emerge para a manutenção do *status quo* das elites brasileiras que rompem com o processo de colonização, entretanto, conservam e reforçam as desigualdades herdadas dessa formação socioeconômica, em especial, legado do intenso e longo período escravocrata. Houve a superação do estatuto colonial em sua dimensão jurídico-político, “[...] mas a ruptura com o passado não ecoou em seu substrato material, social e moral, que teria de permanecer como suporte, agora, na construção de uma sociedade nacional.” (KELLER, 2019, p. 131). Nessa direção, o conservadorismo constitui-se como um braço do modo de produção capitalista, atua de maneira cíclica e se reinventa de acordo com as condições postas na realidade social para o fortalecimento do capital – de suas estruturas e de seus atores. Tal intermitência do conservadorismo na atualidade acompanha o passo do paradigma neoliberal, que no Brasil intensificou-se na década de 1990 e conduz até os dias atuais a consolidação do modelo neoliberal; que objetiva uma adaptação passiva a lógica do capital e permite condições para sua reestruturação, introduzindo políticas sociais orientadas pelo viés da seletividade e fragmentação e a privatização dos serviços públicos (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Assim, “[...] o avanço do pensamento conservador e reacionário na atualidade questiona valores básicos do Estado democrático de direito, buscando construir uma nova política funcional à sociabilidade do capital.” (YAZBEK *et al*, 2019, p. 8).

No que se refere a fragilidade no processo de formação dos/as assistentes sociais, está diretamente ligada às condições materiais da realidade social atual a qual, conforme o já apontado, constitui um cenário favorável para o avanço do conservadorismo dentro da categoria. Igualmente, advém a intensificação da mercantilização do ensino superior, essencialmente, por meio do ensino à distância, que “[...] além de cumprir um papel primordial de abertura de novos mercados no setor de serviços, também reforça a sociabilidade burguesa, ao propor um determinado perfil de formação profissional.” (PEREIRA; SOUZA, 2019, p. 110). Esse cenário impregnado de contradições e retrocessos constitui os desafios para a profissão no processo de fortalecimento do projeto profissional. Há um avanço do conservadorismo em diferentes campos político, cultural, social e moral, os quais demandam a necessidade de um debate e reforço da identidade e do trabalho profissional do Serviço Social na cena contemporânea.

É importante observar que, embora a profissão se mova como uma categoria em processo de ruptura, aderindo ao pensamento crítico como uma teoria para formar o fazer profissional, o conservadorismo nunca deixou de permear seus processos formativos e o seu trabalho. Visto que, está ligado à sua gênese e por conta das condições de avanço do conservadorismo na realidade social brasileira, esse movimento é incitado internamente na categoria. Essa situação de tensão interna provocada pela ofensiva do conservadorismo não é uma novidade do presente, muito menos algo exclusivo do Serviço Social, na contextualidade ganha contornos mais fortes na medida em que as disputas no cenário político também se acentuam.

Referências

- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**: São Paulo, n. 124, p. 143-163, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n128/0101-6628-ssoc-128-0143.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- KELLER, S. B. A. **A ofensiva do conservadorismo: serviço social em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.
- MACIEL, A. L. S. Reflexões contemporâneas do campo científico do Serviço Social sobre a formação. **Revista Katálisys**: Florianópolis, v. 19, n. 13, p. 315-323, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v19n3/1414-4980-rk-19-03-00315.pdf>. Doi:10.1590/1414-49802016.003.00002. Acesso em: 28 ago. 2020.
- PEREIRA, L. D.; SOUZA, A. C. V. de. Formação Profissional em Serviço Social no Contexto de Expansão Mercantilizada: uma análise da década. *In*: PEREIRA, L. D.; VALE, A. A. do V. (orgs.). **O ensino à distância na formação em Serviço Social: análise de uma década**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2019. p. 109-137. Disponível em: <file:///Users/alsmaciel/Downloads/LIVRO%20EAD%20E%20SESO%20EPAPERS%20FINAL.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

YAZBEK, M. C.; DEGENSZAJN, R. R.; PAZ, R. D. O. da. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 7-12, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n134/0101-6628-ssoc-134-0007.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL

“NO OLHO DO FURACÃO”: ESTÁGIO REMOTO EM SERVIÇO SOCIAL, REFLEXÕES INQUIETAÇÕES E PROVOCAÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Inês Amaro da Silva

Glória Maria Albuquerque Martins Berlitz

Juliana Vargas

No artigo apresenta-se o relato de uma experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social realizado na modalidade remota no período de abril a julho de 2020. O relato tem o objetivo de lançar reflexões e inquietações capazes de suscitar questões para a pesquisa sobre os estágios curriculares na formação profissional, no contexto de avanço da realidade virtual, da inteligência artificial e da educação online.

Com base no Projeto Político Pedagógico ainda vigente do Curso de Serviço Social da Instituição de Ensino em questão, os estágios curriculares obrigatórios cumprem uma carga horária total de 570h, em acordo com as regulamentações legais e institucionais a respeito da formação profissional em Serviço Social.

No artigo, contextualiza-se o estágio e o projeto de intervenção, que iniciava sua execução em março de 2020. Apresenta-se um breve relato reflexivo sobre a experiência de estágio remoto, apontando alguns resultados, limites e possibilidades.

A experiência de estágio supervisionado curricular obrigatório ocorreu em empresa pública de economia mista, do setor de serviço essencial no município da grande Porto Alegre, sendo que nos níveis I e II se deu na forma presencial, como são os estágios curriculares na formação profissional. No nível III, diante da pandemia ocasionada pelo Covid-19 e do distanciamento e isolamento social (OPAS, 2020), migrou para o formato remoto, alinhado às legislações e encaminhamentos institucionais pertinentes, em especial a Portaria do Ministério da Educação nº 544, de 16 de junho de 2020 (BRASIL, 2020)

A supervisão, reconhecida como lugar de expressão da indissociabilidade entre trabalho e formação profissional, onde se articulam e constroem-se sínteses de múltiplas determinações que envolvem o exercício profissional em suas condições objetivas e subjetivas (GUERRA; BRAGA, 2009), constitui-se em unidade dialética e interdependente permeada por contradições que constituem a dinâmica da realidade social, onde a cada tempo se coloca como “teoria-em-ato”. Na relação dialética teoria realidade, o processo metodológico da supervisão, neste contexto, exigiu o aguçar do

espírito crítico, científico e investigativo nas tomadas de decisão e nas ações efetivas para responder às novas demandas que se apresentavam decorrentes da pandemia.

As circunstâncias históricas, em seus determinantes econômicos, políticos, sociais e neste caso sanitários, desafiaram a continuidade do processo no que se refere à realização do estágio em campo. A decisão sobre reconhecer o estágio em modalidade remota para fins curriculares foi produto de um conjunto de variáveis que se articularam com igual relevância, incluindo as demandas da formação profissional e as demandas da realidade social e dos sujeitos participantes, estagiária e trabalhadores, do ponto de vista de parâmetros ético-políticos e teórico-metodológicos.

Os sujeitos dos processos de trabalho onde a estudante inseriu-se e vinha atuando são trabalhadores terceirizados que seguiram desenvolvendo suas atividades profissionais. Deparar-se com a realidade das necessidades e demandas sociais dos mesmos e suas famílias, em um contexto de maior explicitação das desigualdades, de acirramento de vulnerabilidades já decorrentes de sua inserção no mundo do trabalho pela via da terceirização (ALVES, 2018; ANTUNES, 2009) e de mais premente necessidade de articulações para garantia de direitos, foi determinante para a decisão em relação a modalidade remota, inclusive do ponto de vista dos princípios éticos da profissão (CFESS, 1993).

As tríades - momentos de encontro entre assistente social de campo, supervisora acadêmica e estagiária - realizadas remotamente, materializaram estas reflexões e a construção de decisões, num espaço de reconhecimento de limites e possibilidades de resposta profissional no enfrentamento às expressões da questão social (LEWGOY, 2009) neste momento histórico de pandemia. Estar no olho do furacão, no senso comum, significa estar no centro de um problema, uma situação ameaçadora. Por outro lado, cientificamente, o olho do furacão seria o lugar mais calmo da tempestade, uma calmaria dentro do caos. Esse foi o lugar habitado, na dialética caos – calmaria, e no enfrentamento responsável das contradições, onde pode-se experimentar “novos”, criar e recriar possibilidades.

Nas considerações finais, lançam-se inquietações e provocações com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de pesquisas e de produção teórica que permitam seguir o caminhar vigilante e competente de uma formação profissional conectada a seu tempo, coerente e legítima em relação às bases de seu projeto ético político.

Diante da polêmica que o tema causa e seu caráter recente, carecendo amadurecimento da discussão ético-política e científica, o artigo, ao relatar a experiência de estágio remoto, oferece insumos de realidade para alimentar, enriquecer, problematizar os debates críticos e avançar na trajetória constitutiva da formação profissão em Serviço Social na contemporaneidade.

Referências

ALVES, G. Brasil: o futuro do pretérito - notas sobre as perspectivas do trabalho no século XXI. *In: MACÁRIO, E. et al. Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público*. 1. ed. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018. p 57-76.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 544**, de 16 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 07 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/CFESS. **Código de Ética do Assistente Social de 1993**. Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a Regulamentação da Profissão. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

GUERRA, Y. A. D.; BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. *In: CFESS; ABEPSS. (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: 2009.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

OPAS. **Informativo**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/node/68988/folha-informativa-novo-coronavirus-2019-ncov>. Acesso em: 10 maio 2020.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL FRENTE À ÁREA SOCIOAMBIENTAL: UMA EXPERIÊNCIA
VIVENCIADA EM UM GRUPO DE PESQUISA

*Shirley Vitória Teixeira de Menezes
Deidra Frazão Marinho
Juliane de Lima Leite
Sarab Thays Nascimento Andrade*

A discussão realizada neste trabalho tem como objetivo geral relatar percepções sobre a formação profissional e o trabalho do assistente social em relação à área socioambiental mediante a uma experiência vivenciada por quatro discentes do curso de Serviço Social, no período de 2016 a 2019, em

um grupo de pesquisa chamado Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo INTER-AÇÃO, localizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Primeiro far-se-á uma discussão em torno das categorias formação profissional, trabalho e área socioambiental, serão apresentados conceitos e principais ideias relacionadas a essas categorias. Logo após, será exposto as principais percepções através da experiência vivenciada no Grupo INTER-AÇÃO. Quanto aos procedimentos metodológicos do estudo são de natureza: bibliográfica, documental e de campo, se utilizou do método materialismo histórico e de abordagem qualitativa. Para a coleta de informações foram utilizadas técnicas e instrumentais como: caderno de campo e observação participante. A discussão é resultado da apreensão da realidade durante o estágio supervisionado em Serviço Social na área socioambiental, que pôde proporcionar a compreensão tanto da área socioambiental, como os desafios do trabalho profissional dos assistentes sociais que atuam nesse espaço socioocupacional. Analisou-se que há a falta de conhecimento por parte dos discentes de Serviço Social da atuação do assistente social na área socioambiental e a ausência de informações seguidas das seguintes explicações: 1) o corpo docente não repassa de forma explicativa a atribuição do assistente social nessa área de atuação como ocorre com áreas tradicionais (sociojurídico, saúde e assistência social); 2) há o desinteresse por parte dos discentes na área socioambiental devido baixo valor salarial referente a atuação em outras áreas. Dito isso, conclui-se que os desafios mais expressivos se referem ao repasse de financiamento para a manutenção dos projetos e programas de pesquisa, engessando os profissionais, outro apontamento se refere ao processo de precarização da Universidade Federal que dispõe de recursos cada vez mais escassos, apesar desse fenômeno não ser considerado como algo novo, percebe-se um aprofundamento na contemporaneidade, muito atribuído com o fato da banalização ou mesmo marginalização das áreas de humanas, posta como sem valor. Desse modo, é necessário evidenciar esses espaços de modo a preservá-los como forma de garantir, não apenas o espaço socio-ocupacional, mas também, como meio de resguardar o trabalho profissional do Serviço Social na área socioambiental.

A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS REPRESENTATIVOS
DA CATEGORIA PROFISSIONAL PARA A MATERIALIZAÇÃO DA
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO
CFESS/CRESS

Jamille Freire Luz Benevides

O presente resumo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema educação permanente, tendo como objetivo analisar a importância dos espaços representativos da categoria profissional para a materialização da política de educação permanente do conjunto CFESS/CRESS. Desta forma, partiu-se do seguinte problema de pesquisa: “Como os espaços representativos da categoria profissional podem auxiliar na materialização da política de educação permanente?”. Ressalta-se que o trabalho tem cunho qualitativo, com base no método dialético crítico e suas categorias (historicidade, totalidade e contradição). Primeiramente, ao se falar em Política de Educação Permanente estamos nos referindo a uma política criada em 2012 pelas entidades representativas da profissão que foram o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Ressalta-se que este documento tem um viés político e pedagógico, que objetiva proporcionar momentos de reflexões e questionamentos a respeito do trabalho profissional do/as assistentes sociais, assim como “[...] qualificar o exercício profissional, fortalecendo sua inserção qualificada e crítica no mundo do trabalho, bem como consolidar o projeto ético-político [...] e potencializar [...] os serviços prestados aos/as usuários.” (CFESS, 2012, p. 45). Logo, não adianta abordar esta política, sem trazer a importância dos espaços representativos da categoria profissional, dentre eles o CFESS, CRESS e NUCRESS (Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social). Ressalta-se que o CFESS/CRESS tem o papel de fiscalizar e orientar o trabalho profissional e que antigamente, seguia uma perspectiva conservadora, tendo um caráter burocrático, corporativo, autoritário (LARA; SANTOS, 2014). Com o passar dos anos, houve grandes avanços para a categoria, principalmente no campo ético da profissão, dentre eles o início da construção do projeto ético-político profissional, como também o protagonismo do CFESS (RAMOS, 2005). Diante disso, através da intenção de ruptura com o conservadorismo, houve algumas mudanças nos instrumentos legais que regem a profissão. Essas mudanças são visíveis na concepção do que seja o Serviço Social, da função do CFESS/CRESS, novas metodologias para se aproximar da categoria profissional como o uso de educação permanente. Pode-se dizer que a educação permanente é a criação de espaços formativos, onde a aprendizagem

no trabalho é fundamental (FERNANDES, 2009), podendo-se discutir sobre os limites e as possibilidades interventivas no trabalho profissional. Além disso, vale lembrar que o NUCRESS é um espaço de articulação criado a partir da resolução do CFESS nº 470, de 13 de maio de 2005, no intuito de viabilizar a interiorização e democratização da gestão dos CRESS. Esta interiorização significa promover o acesso à informação para os/as profissionais que se encontram distantes da sede do CRESS de sua região, bem como, oferecer atividades de educação permanente, em nível municipal. Portanto, torna-se relevante evidenciar a importância deste espaço legítimo para a categoria profissional, já que seguem na perspectiva democrática, para que todos possam ter voz ativa nas reuniões. Salienta-se que os NUCRESS têm diversas competências e tem como objetivo o de politizar, refletir e mobilizar este público, fortalecer e garantir os direitos e deveres destes profissionais que tantas vezes perdem a sua autonomia diante da conjuntura política e econômica presente. Contudo, através do CFESS/CRESS é possível a articulação com as outras entidades representativas da profissão, como também a possibilidade de se criar uma prática política emancipatória, com o objetivo de garantir a direção social do projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora, constituindo-se em estratégia política e de luta. Logo, pode-se considerar também que o NUCRESS é um espaço político, que visa valorizar a profissão, bem como, defender o projeto ético político, tornando-se um mecanismo de ação para enfrentar os limites e entraves que o/a assistente social poderá passar. Portanto, pode-se afirmar que a presença da categoria profissional nestes espaços, só vem a fortalecer e materializar o projeto ético político, bem como as atividades de educação permanente, adquirindo desta forma, um posicionamento crítico e político.

Referências

- CFESS. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS**. 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL_EDUCAÇÃO-PERMANENTE.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.
- CFESS. **Resolução n. 470, de 13 de maio de 2005**.
- FERNANDES, R. M. C. (Re)valorização da educação permanente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 99, p. 518-539, jul./set. 2009.
- LARA, N. M. de O.; SANTOS, M. F. P. dos. **História do CRESS 10ª Região – Os 50 anos do CRESS 10ª Região**. Cartilha sobre o Cress 10ª região #vemprocess. 2014. Disponível em: http://www.cressrs.org.br/arquivos/n_publicacao/cartilha_cress_final.pdf.

Acesso em: 28 ago. 2020.

RAMOS, S. R. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional**: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL NO PROCESSO DE SUPERVISÃO DIRETA EM SERVIÇO SOCIAL
--

Lucilene da Silva Stiff

Objetiva-se discutir a supervisão direta de estágio em Serviço Social e sua função na constituição da competência profissional nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico operativa, a fim de contribuir no aprimoramento da supervisão. Estudo qualitativo de caráter exploratório, documental e empírico, realizado por meio de entrevistas com supervisores acadêmicos e de campo de três Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) da modalidade presencial de ensino, analisadas na perspectiva de Bardin.

A formação profissional prevê a aquisição de subsídios para o trabalho profissional dos/as assistentes sociais. O estágio em Serviço Social é uma atividade obrigatória, tendo, na supervisão direta, o acompanhamento do estudante pelo supervisor/a de campo junto à orientação e à avaliação feita pelo/a supervisor/a acadêmico/a (CFESS, 2008).

A competência profissional se manifesta no desenvolvimento de suas dimensões (ética política, teórico-metodológica e técnico-operativa), que se entrelaçam no processo de ensino e aprendizagem. A dimensão ético-política constitui mediações através de postura crítica e investigativa a respeito dos fundamentos e do sentido atribuído ao fazer profissional (LEWGOY, 2010). Por sua vez, a dimensão teórico-metodológica se associa ao método do materialismo-histórico característico da teoria social crítica em Marx. Esta vincula história, teoria e método, requerendo conhecimento que apreenda a realidade em seu movimento dialético, no qual se engendram como totalidade as relações sociais que configuram a sociedade (NETTO, 2011). Já a dimensão técnico-operativa se ancora às demais para sua efetividade, em relação a valores, posicionamentos e teorias que sustentam a formação e o trabalho profissional.

Frente ao exposto e na afirmação do projeto ético-político, objetivou-se: a) identificar a concepção de supervisão direta de estágio em Serviço Social; b) examinar como os supervisores de estágio trabalham a competência profissional na supervisão direta de estágio; c) evidenciar os entraves, as potencialidades e os desafios na realização da supervisão direta em Serviço Social.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, documental e empírico tendo como participantes assistentes sociais supervisores/as acadêmicos/as e de campo vinculados/as a três UFA's que ofertam a modalidade de ensino presencial. A coleta de informações envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas, utilizando-se da Análise de Conteúdo, na perspectiva de Bardin (2016). Estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade à qual a pesquisadora está vinculada, conforme a Resolução nº 510 (BRASIL, 2016).

Existe a necessidade de fortalecimento quanto à indissociabilidade entre os/as supervisores/as junto ao estagiário/a no processo de supervisão direta. Além disso, os/as supervisores/as demonstram conhecimento acerca da indissociabilidade entre as dimensões da competência profissional; no entanto estas são trabalhadas em díade. A partir disso, revela-se uma priorização da dimensão técnico-operativa nos processos de trabalho.

Os entraves relacionados à conjuntura e ao contexto são sofridos pelos/as estudantes, que encontram barreiras no acesso e na permanência no ensino superior, demonstrando o tratamento dado historicamente à política de educação.

As potencialidades no desenvolvimento da supervisão se configuram para os supervisores/as acadêmicos/as, como um espaço de ressignificados ao construir momentos de partilha e confiança em sala de aula, a partir do diálogo com os estagiários a fim de abalizar, na elaboração dos projetos de intervenção, a dimensão teleológica do trabalho, a identificação com o projeto ético-político e sua relação com os instrumentais de intervenção. A perspectiva de criar estratégias e definir as finalidades para a intervenção profissional a partir de princípios norteadores é expressa no direcionamento vinculado ao projeto profissional da categoria.

Para os/as supervisores/as de campo se definem na relação de aprendizagem construída com os/as estagiários/as, e nas discussões promovidas em eventos e seminários.

Os desafios evidenciam as estratégias de resistência frente ao contexto de desmonte das políticas sociais, à falta de perspectiva de inserção no mercado de trabalho pelos estudantes e à contrarreforma no ensino superior, estabelecida pela oferta de cursos de graduação a baixo custo.

Os supervisores/as possuem conhecimento sobre a supervisão direta, sua constituição e o que se pretende alcançar ao fim do processo. Conclui-se que existe um esforço na garantia e na afirmação do projeto ético-político profissional e da formação de qualidade. No entanto, a conjuntura e o contexto dificultam a realização da supervisão direta, a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional, bem como entre as dimensões da competência profissional.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília: Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2008.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

AS MEDIAÇÕES DAS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Mariana Marques Sebastiany

De que forma as relações patriarcais de gênero vêm sendo mediadas na formação profissional em Serviço Social? A partir desta questão, investigamos neste trabalho, resultado de pesquisa de mestrado defendida em 2020, as mediações das relações patriarcais de gênero na graduação presencial em Serviço Social no Rio Grande do Sul, com vistas dar visibilidade para a relevância do trato dessa temática na formação profissional e contribuir com subsídios para sua ampliação a partir da produção marxista. Aprofundamos a particularidade das relações patriarcais por meio da centralidade da divisão sexual e racial do trabalho. Partimos da perspectiva do nó patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTTI, 2015), em que relações patriarcais de gênero, étnico-raciais e de classe estão imbricadas, são indissociáveis e estruturam as relações sociais. Articulamos as dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica profissionais e partimos da indissociabilidade entre formação e trabalho profissional. Este estudo tem o método materialista, histórico e dialético como perspectiva e, metodologicamente, possui natureza qualitativa, com dados quantificáveis, com referência ao enfoque misto e à técnica da triangulação. Realizamos entrevista semi-estruturada com 3 docentes assistentes sociais coordenadores (as) de curso e grupo focal com 12 discentes prováveis formandos (as) de duas Unidades de Formação Acadêmica (UFA) públicas e uma privada. Enviamos questionário on-line para docentes assistentes sociais de graduação de todas as UFAs com

ensino presencial do estado, cujo retorno foi de 19 pessoas (cerca de 32% da amostra). Realizamos análise documental dos projetos pedagógicos de curso, matrizes curriculares, ementas e bibliografias de 8 UFAS com ensino presencial. Desenvolvemos análise documental em documentos da categoria que orientam a formação. A análise dos dados qualitativos foi realizada com base na análise textual discursiva; os dados quantificáveis, por meio de tratamento estatístico descritivo simples. Dentre os resultados alcançados, destacamos: a) Encontramos 32 disciplinas que possuem referências às relações patriarcais de gênero, das quais apenas 4 as abarcam em sua totalidade (enunciado, ementa e bibliografias); b) Tais referências são vinculadas ao estruturalismo, ao pós-estruturalismo e à tradição marxista, o que pode denotar ecletismo; c) Docentes assistentes sociais não consensual sobre a relação entre marxismo e as relações patriarcais de gênero: quando mediadas no ensino, 53% informam que frequentemente têm sido trabalhadas a partir da produção marxista e 37% pouco ou nada veem o marxismo no trato da questão; d) Todas as matérias básicas e temas que orientam a formação profissional (ABEPSS/CEDEPSS, 1996) foram entendidas por docentes como possibilidades de terem mediações com o tema, principalmente as matérias Antropologia, Acumulação capitalista e Desigualdades Sociais, Ética, Política Social e Sociologia e os temas sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização e movimentos sociais, desigualdade social, identidades sociais e subjetividade, violência e direitos humanos; e) Alguns dos desafios apontados por docentes e discentes para a materialização das relações patriarcais de gênero na formação profissional em Serviço Social dizem respeito à ruptura/superação com a despolíticação e o desconhecimento que envolvem o tema, à superação de abordagens simplificadoras ou que não vão à sua raiz e ao aprimoramento das mediações teórico-práticas. Identificamos que a apreensão das relações patriarcais de gênero vem se ampliando na profissão, mas isso nem sempre na formação profissional e implica rigor qualitativo. Verificamos expressivo reconhecimento da sua importância para a formação de assistentes sociais sob diversos aspectos. Ainda que apareçam situadas em todos os núcleos de fundamentação da formação profissional, as mediações nas disciplinas são ocultas e focalizadas. Muitos elementos sugerem a prevalência de uma perspectiva culturalista, logo, a tradição marxista não hegemoniza a abordagem. Para rompermos com a concepção de que se trata de um tema meramente específico, focalizado, para irmos em direção à sua apreensão ontológica, com a perspectiva de que sua abordagem seja ampliada e transversalizada na formação profissional, sugerimos: a) A garantia de disciplina específica sobre a temática, com caráter obrigatório, ofertada no primeiro período do curso (até o 3º semestre) e com carga horária destinada que dê conta de suas particularidades; b) Mediações vinculadas prioritariamente ao Núcleo de fundamentos

teórico-metodológico da vida social, podendo ser irradiadas para os demais núcleos.

Referências

ABESS; CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996)**. Rio de Janeiro: Abess/Cedepss, 1996.

Disponível

em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 05 nov. 2019.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

FEDERICI, S. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

NOGUEIRA, L. **Relações patriarcais de gênero e serviço social no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

O ESTADO DA ARTE SOBRE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: caracterização e tendências do período 2010 a 2019
--

*Ana Lúcia Suárez Maciel
Jucineide Teresinha da Silva Ferreira
Michael da Costa Lampert
Vanessa Lúcia Santos Azevedo*

A pós-graduação em Serviço Social no Brasil completa, neste 2020, quarenta e nove anos desde a criação do seu primeiro Programa, sendo importante acompanhar o seu desenvolvimento, dinâmica e desafios em face da conjuntura atual. Este trabalho se propõe a socializar parte dos resultados obtidos em uma pesquisa que vem sendo desenvolvida, desde 2018, que objetiva analisar a conformação da formação em Serviço Social no Brasil, no âmbito da pós-graduação, bem como as suas contribuições no ensino, pesquisa, produção de conhecimentos e exercício profissional, tendo em vista o reconhecimento da mesma como área do conhecimento consolidada no país (MOTA, 2013). Como parte dos procedimentos metodológicos, se empreendeu

uma revisão do estado da arte sobre a pós-graduação, considerando o mesmo como uma tendência na pesquisa qualitativa, pois favorece ao pesquisador uma apropriação mais consistente do seu objeto de estudo, assim como a importância deste tipo de pesquisa cujo caráter bibliográfico permite mapear, organizar e analisar a produção de conhecimento, em um dado período, bem como apontar tendências e lacunas da mesma, de modo a fazer avançar o conhecimento (FERREIRA, 2002; MOROSINI, 2015; ROMANOWSKI, 2006). No mapeamento realizado nesta pesquisa, demarcou-se como período de análise os anos de 2010 a 2019, tendo como fontes: a) sete revistas da área, sendo seis com qualis A1 e a Revista *Temporalis*, pela sua relevância e por ser organizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e b) o Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Durante o período elencado, localizaram-se oito mil duzentos e dois artigos e seiscentos e sessenta teses/dissertações, dos quais quinze artigos e três teses foram selecionados para compor a amostra desta pesquisa, tendo em vista o filtro adotado, a partir da busca pelos seguintes descritores: Serviço Social, Formação e Pós-graduação. Como resultados do mapeamento, é possível sinalizar para: 1) uma escassa produção acerca dos descritores selecionados, se comparada com o universo localizado; 2) acerca da tematização presente nas fontes mapeadas, se destaca a abordagem dos seguintes aspectos: a produção de conhecimento da pós-graduação sobre temas variados (lutas, movimentos sociais, organizações, residência multiprofissional e gênero); trabalho docente na pós-graduação; política nacional de pós-graduação e sua relação com a área; pós-graduação em Serviço Social (perspectiva histórica e legado); conjuntura e construção dos cursos; direção social dos cursos; tendências recentes das pesquisas 3) quanto à autoria das produções, foram identificadas onze produções em que predomina autoria única, seguida de quatro produções com dois autores, duas produções com três autores e uma produção com quatro autores, respectivamente; 4) quanto à origem das publicações, com base na localização das regionais da ABEPSS, se identificou que a região leste é a que mais produziu conhecimento sobre o tema; 5) acerca da titulação dos autores, chamou a atenção a predominância de pós-doutores na composição das publicações, sendo um total de doze, seguido de oito doutores, cinco mestres e dois graduandos em Serviço Social; 6) quanto à formação da autoria em nível de graduação, vinte e três dos autores são formados em Serviço Social, dois se encontravam em formação e outros dois são formados em outra área; 7) a produção mapeada refere-se em sua maioria à artigos que totalizam quinze numa amostra composta por dezoito produções; 8) acerca da abordagem temática relacionada ao descritor pós-graduação, três teses apresentaram a ênfase na área de ética e da formação relacionadas a este nível

de formação. A aproximação com esses dados alerta para a escassa produção e, logo, a necessidade de fomentar pesquisas e a produção de conhecimentos acerca da pós-graduação, de modo a incrementar o debate sobre a mesma em uma área que possui 34 programas de pós-graduação, logo, alto potencial para abordagem do tema, bem como impõe a necessidade de dar visibilidade para a formação neste nível em termos da sua própria conformação, relação com as contribuições para o exercício profissional e o debate sobre as políticas de pós-graduação, ciência, tecnologia e inovação.

Referências

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, agosto/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

MACIEL, A. L. S. A conjuntura atual da pós-graduação no Brasil: rebatimentos nas humanidades e no Serviço Social. In: **Anais XVI CBAS**. Brasília: CFESS 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/130>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MOROSINI, M. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista Educação**, Santa Maria: UFSM, 2015.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis: UFSC, v. 16, 2013.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>. Acesso em: 02 ago. 2020.

A TRANSVERSALIDADE NO ENSINO DOS FUNDAMENTOS NO SERVIÇO SOCIAL

*Paula Duarte Mohr
Vanessa Maria Panozzo*

O presente resumo se constitui como um dos resultados da pesquisa intitulada “O processo de ensino de fundamentos do trabalho profissional nas

Unidades de Formação Acadêmica em Serviço Social no Rio Grande do Sul”, coordenado pela professora Vanessa Maria Panozzo. Tal pesquisa teve como objetivo geral “[...] investigar de que forma se desenvolve o processo de ensino aprendizagem dos fundamentos do trabalho profissional nas UFAS (Unidade de Formação Acadêmica) a fim de visualizar as condições e possibilidades de efetivação no que se refere às Diretrizes Curriculares de 1996/1999” (PANOZZO, 2017,p.13). Neste trabalho, abordar-se-á a transversalidade dos fundamentos do serviço social na formação acadêmica.

Para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, investigou-se, através de entrevistas, docentes e discentes das unidades de formação da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Um formulário com 12 perguntas foi aplicado a 10 professores, assim como a 4 grupos focais de alunos pertencentes a unidades de ensino em graduação em Serviço Social. A transcrição dessas entrevistas possibilitou o uso da técnica de análise de conteúdo. O resultado da discussão sobre transversalidade não foi consensual. Pode-se constatar a dificuldade em consolidar a proposta da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/1999), que prevê a relação de três eixos aplicados transversalmente no processo de formação³.

Um dos desafios citados refere-se ao currículo do curso, visto que cada Unidade de Formação conta com diferentes processos de oferta de disciplinas, considerando os rebatimentos das estruturas institucionais. Aponta-se que, em alguns currículos, os professores do Serviço Social contam com turmas heterogêneas, formadas por mais de um curso, o que impossibilita uma densidade na abordagem dos conteúdos fundantes da profissão. Da mesma forma, discentes assistem às disciplinas ministradas por docentes alheios ao curso, docentes estes que não dispõem da matéria fundante do Serviço Social, o que traz dificuldades para o aprofundamento e a articulação dos conteúdos. Essa indicação aparece a partir de uma visão crítica da lógica curricular, como, por exemplo, em entrevista do Sujeito 2, que critica o processo de ensino “encaixotando o conhecimento”. A análise dos grupos focais aponta que há uma consonância em relação às propostas dos professores. Esses grupos defendem a necessidade de um entendimento de fundamentos como a história da profissão do serviço social, além de uma ‘base’ que sirva para a estruturação do conhecimento adquirido no decorrer do curso. Portanto, os fundamentos são compreendidos pelos discentes como um processo histórico linear, não mediado pelas relações sociais do tempo histórico vivido. Infere-se que o processo de ensino-aprendizagem diz de uma formação cartesiana, linear, sem

³ São propostos pela ABEPSS: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Um dos obstáculos enfrentados é a dificuldade, por parte dos alunos, de articular o ensino de fundamentos às disciplinas oferecidas na graduação.

mediações que partam da totalidade mesmo que removam a transversalidade desses conteúdos no processo de formação como um todo. Na mesma lógica do debate sobre a fragmentação, o sujeito 3 chama a atenção para outro movimento que pode estar presente no ensino dos fundamentos. Conforme explica, a intenção de propor um ensino transversal pode ser substituída pelo processo de pulverização, isto é, o empobrecimento do embasamento teórico dialético e crítico, proposto a fim de dinamizar a discussão de um tópico ao longo de toda formação. Por sua vez, a falta de bases teóricas impede que haja transversalidade no ensino, pois pouco se é compreendido para que haja, de fato, articulações pertinentes sobre os fundamentos teóricos, históricos e metodológicos do serviço social, assim como outros conteúdos fundantes do curso.

A pesquisa aponta ainda repercussões da conjuntura, especialmente no que se refere ao ensino, que produz efeitos no processo de formação. O sujeito 7 levanta a discussão sobre como a lógica do capital afeta o meio educacional. Refere-se ao processo de privatização, que atende às exigências do capital, mascarado sob um falso discurso de democratização do ensino superior. Dessa forma, entende-se que a educação é mercantilizada e que esse processo de mercantilização, no Serviço Social, vem crescendo exponencialmente (PORTES; PORTES, 2017), formando uma categoria de profissionais que pode, muitas vezes, deslocar-se daquilo que se refere aos fundamentos do serviço social, baseado num currículo e num sistema de ensino indefinido. Esses desencadeamentos da atualidade são desafios para o ensino transversal dos fundamentos, pois cooperam com o distanciamento daquilo que as diretrizes curriculares apontam desde o final da década de 1990.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1999

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**/ Marilda Villela Iamamoto. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEDEIROS, M. S. S. de. Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 351-360, out./dez. 2016.

NETTO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, abr. 1996.

PANOZZO, V. **O processo de ensino dos fundamentos do trabalho profissional nas unidades de formação acadêmica em serviço social no estado do Rio Grande do Sul.** Projeto de Pesquisa. Departamento de Serviço Social, Porto Alegre: UFRGS, 2017.

PORTES, M. F.; PORTES, L. F. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios. **Em Pauta**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

YAZBEK, M. C. **Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>.

<p>A EXPERIÊNCIA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETOS DE PESQUISA SOBRE A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL</p>
--

Brenda Melgarejo

Esta exposição apresenta a experiência da estudante de Iniciação Científica em uma pesquisa de âmbito nacional e internacional, de caráter quantitativo e qualitativo, intitulada “Fundamentos e mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e no exercício profissional: Estudo da particularidade Ibero-americana”. O estudo tem como finalidade pesquisar as configurações contemporâneas da Supervisão de Estágio em Serviço Social em Portugal, no Brasil e na Espanha, com o intuito de apontar os fundamentos, as mediações, as principais tendências e os desafios no contexto da educação superior (LEWGOY, 2017).

Objetiva-se compartilhar saberes e experiências da estudante advindos da inserção como bolsista no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS), sendo uma das linhas de investigação a supervisão de estágio. A participação da acadêmica no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em Brasília, na apresentação dos resultados de sua experiência na pesquisa de Portugal, foi de suma importância, devido à oportunidade de conhecer a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social, pelo exercício de apresentação oral considerando a participação dos mais diversos estudantes e profissionais de todo o Brasil.

Outra experiência potente foi a participação na Oficina Regional da ABEPSS Sul I, sobre os "10 anos da Política Nacional de Estágio (PNE) em Serviço Social na Região Sul I", pela oportunidade de fazer parte da equipe na atribuição de coletar dados, para agregar informações sobre a implementação da

PNE nas escolas de Serviço Social. Esta atividade exigiu tempo para contatar as UFAs – tendo em vista que no site do E-mec, o e-mail informado estava desatualizado –, e conhecimento do conteúdo da PNE, sobre a concepção de supervisão direta, a carga horária de supervisão e de estágio; a operacionalização do estágio, e outros. Isso porque a acadêmica participou da elaboração das perguntas do questionário enviado via Google Forms às 49 Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs), distribuídas entre os estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Assim, foi feito contato por telefone com cada uma das instituições, totalizando 63 contatos efetivados, com respostas de 14 questionários, correspondendo a uma porcentagem de 22,2% de retorno. Estes dados demonstram as dificuldades no levantamento, tanto na busca por dados e informações em sites públicos, quanto também para obter retorno das UFAs de Serviço Social.

Uma experiência também significativa foi referente a participação na pesquisa em âmbito internacional, na transcrição das entrevistas e de grupos focais dos assistentes sociais portugueses, e em âmbito nacional, na transcrição das entrevistas com os supervisores de campo e acadêmicos e com estagiários em 2019, da região Centro-Oeste (Goiânia). A bolsista teve a oportunidade de transcrever 18 áudios, bem como de revisar metade destas transcrições, sendo que sua dupla de transcrição, ficou responsável pela outra metade. A experiência de aprender como se faz uma entrevista e de como transcrevê-la, foi de suma relevância nesta etapa (MANZINI, 2008). Contudo, com a pandemia mundial da COVID-19, em 2020, não foi possível concluir a coleta das demais cinco regiões a serem pesquisadas.

Outra experiência, não menos importante, foi o período das atividades remotas emergenciais no grupo de pesquisa, sendo possível dar continuidade às reuniões do GEFESS, à realização da coleta documental, à pré-análise da documentação e aos estudos de referências bibliográficas sobre a temática (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019). Os resultados preliminares desta coleta apontam que as discussões e as reflexões propiciadas pela experiência na Iniciação Científica demonstraram a importância de a bolsista participar de diferentes etapas da pesquisa, articulando-se também com a Pós-Graduação. Em um contexto de atividades remotas emergenciais, a relevância da participação da bolsista na pesquisa está em contribuir para os estudos da temática de supervisão de estágio e para a sua formação no final da graduação.

Conclui-se que o caminho metodológico percorrido foi fundamental para a aprendizagem do perfil investigativo profissional, considerando a importância de se estar presente em eventos da categoria, na discussão com diferentes professores, pesquisadores e mestrands do GEFESS, para compreender o quão essencial é a pesquisa para o desenvolvimento do trabalho profissional.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss. **Temporalis**, Brasília, ano 1, n. 17, jan./jul. 2009.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de Política Educacional: contribuições do marxismo. *In*: CEA, G.; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. (org.).

Trabalho e Educação: interlocuções marxistas. Rio Grande: Editora da Furg, 2019. p. 1-188.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

LEWGOY, A. M. B. **Fundamentos e mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e no exercício profissional: Estudo da particularidade Ibero americana**. Porto Alegre:UFRGS, 2017.

MANZINI, E. J. M. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**.

Disponível em:

https://transcricoes.com.br/wp-content/uploads/2014/03/texto_orientacao_transcricao_entrevista.pdf.

INCIDÊNCIA ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO NO CONTEXTO DA COVID-19

Michael da Costa Lampert

Mailiz Garibotti Lusa

Loiva Mara de Oliveira Machado

Este trabalho trata sobre a incidência ético-política das entidades da categoria na defesa da formação com qualidade em Serviço Social no contexto da Pandemia da Covid-19. Visa analisar o posicionamento do conjunto das entidades em relação à formação profissional, a fim de identificar os elementos centrais que sustentam a defesa da qualidade em tempos de alterações estruturais e rápidas nas metodologias e recursos de ensino. Por meio de pesquisa fundada no método em Marx busca responder a indagação sobre o posicionamento do Serviço Social brasileiro para manter a formação profissional de qualidade no contexto da Covid-19. Para entender quais elementos presentes nos documentos e manifestações sustentam a defesa da qualidade na formação no período

pandêmico, recorreu-se a pesquisa documental e metodologia de análise de conteúdo, com abordagem qualitativa, em fontes *on-line* públicas (Resoluções, Notas, Manifestações, Informativos) elaborados pelo conjunto das entidades político organizativas: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Parte-se do reconhecimento histórico dessas entidades, considerando as particularidades de suas atribuições e formas de intervenção nas pautas de natureza ético-político e organizativa da categoria profissional. A ABEPSS tem natureza associativa, formada pelas unidades de formação acadêmica (UFAs) e profissionais sócios individuais, realiza atividades para discutir e deliberar sobre a formação de graduação e pós-graduação. O conjunto CFESS/CRESS tem origem a partir do reconhecimento do estatuto legal da categoria profissional por meio da Lei de Regulamentação (n. 8.662/1993), com o objetivo de regular, normatizar e fiscalizar o exercício profissional do/a assistente social (CFESS, 2020). E a ENESSO, historicamente formada por estudantes do movimento estudantil de Serviço Social (MESS) de todo Brasil, tem como função organizar politicamente e articular o MESS às demais entidades em confluência com seus eixos de atuação (ENESSO, 2013). Esta organização expressa unidade na diversidade das entidades, principalmente na articulação da defesa das bandeiras de luta da categoria, dentre as quais está a defesa da formação de qualidade (LUSA; CARLOS, 2016). Cada uma das entidades dispõe de uma organização em âmbito nacional com capilaridade em todos os estados da federação e Distrito Federal. Para analisar o posicionamento da categoria em relação à formação profissional com qualidade em Serviço Social no período de Pandemia, realizou-se primeiramente o mapeamento e organização de documentos elaborados pelas entidades a partir do momento em que o Governo Federal decretou situação de emergência no Brasil. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a primeira infecção confirmada do coronavírus ocorre em 05 de março e o primeiro óbito no dia 17 do mesmo mês, marcando o início do processo de enfrentamento à Covid-19. Conforme este monitoramento, de março à agosto somam-se mais de 3.804.803 pessoas contaminadas e 119.504 óbitos (dados publicados em 31 de agosto de 2020), lamentavelmente posicionando o Brasil como segundo país com maior taxa de óbito por Covid-19 no mundo. O ensino superior brasileiro tem sofrido significativas alterações, o que aprofunda o processo de precarização que as Universidades vêm vivendo (IAMAMOTO, 2014), agravando o quadro de comprometimento da qualidade da formação. Nesse cenário caótico foram mapeados 29 documentos publicados pela ABEPSS, 29 pelo CFESS e 12 pela ENESSO, os quais visam orientar o trabalho e a formação de assistentes sociais. Na análise do posicionamento ético-político do conjunto das entidades foram considerados os dados qualitativos, que indicam o reconhecimento da au-

tonomia das UFAs para a adoção de estratégias metodológicas de ensino distintas conforme as particularidades institucionais e locais, porém com a reafirmação do compromisso com a construção de um projeto de formação com qualidade, na direção do Projeto Ético-Político impresso nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996).

Referências

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social contra a Covid-19 (Coronavírus)**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/covid-19-coronavirus>. Acesso em: 02 set. 2020.

ENESSO. Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. **Estatuto da ENESSO (2013-2016)**. Cuiabá, 2013.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXXIV, n. 120, p. 609-639, dez. 2014.

LUSA, M. G.; CARLOS, S. A. **Formação e trabalho em Serviço Social: desafios, resistências e sonhos marcando coletivamente a história do sul brasileiro**. Porto Alegre: PROEXT UFRGS, 2016.

WORD HEALTH ORGANIZATION. Coronavirus disease (COVID-19). Weekly Epidemiological Update. Data as received by WHO from national authorities, as of 10 am CEST 30 August 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200831-weekly-epi-update-3.pdf?sfvrsn=d7032a2a_4. Acesso em: 03 set. 2020.

EIXO TRABALHO PROFISSIONAL

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO SUL I: ESTUDO DOS IMPACTOS DO MUNDO DO TRABALHO NA FORMAÇÃO E NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Gessica dos Santos Machado Lopes

Este trabalho se enquadra no eixo Formação Profissional, fruto de Projeto de Pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo desta investigação é identificar o impacto do mundo do trabalho sobre a formação e o exercício profissional, no que se refere ao estágio supervisionado, a fim de dar visibilidade às tendências e aos desafios desse processo na Região Sul I. Este estudo integra-se ao Projeto de Pesquisa "Fundamentos e Mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na Formação e no Exercício Profissional: estudo da particularidade Ibero-americana", investigação de nível nacional e internacional, que contempla três etapas: a primeira em Portugal, em fase de conclusão; a segunda no Brasil, iniciada em 2019, em andamento; e a terceira na Espanha, projetada para 2021. Esta pesquisa se vincula à segunda etapa, na particularidade da Região Sul I – abrangendo os três estados que a compõem: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Justifica-se a escolha da Região Sul I por apresentar um conjunto de fatos e situações que vêm rebatendo na formação em Serviço Social, considerando a lógica mercantilizada e empresarial impressa nas universidades brasileiras, incidindo na supervisão de estágio. Demarca-se, também, a relevância científica e política devido ao alinhamento da pesquisa ao ponto de vista teórico-metodológico ao desvendar possibilidades de defesa e consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), na efetivação das normativas da profissão referentes ao estágio supervisionado.

O estudo orienta-se pelo método dialético-crítico de abordagem qualitativa. O material coletado será analisado pela técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). Para a coleta de dados empíricos, foi elaborado um questionário eletrônico via Google Forms, com perguntas abertas e fechadas, direcionado aos docentes coordenadores de estágio do Curso de Serviço Social das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) públicas e privadas e às três Coordenações das Comissões de Orientação e Fiscalização Profissional (COFIs) dos Conselhos Regionais de Serviço Social que compõem a Região

Sul I, totalizando 46 envios, com previsão de retorno das respostas para final de setembro. A coleta de dados bibliográficos em produções científicas da área de Serviço Social foi feita em Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), de 2010, 2012, 2016 e 2018, e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), de 2010, 2013, 2016 e 2019. A escolha por este período ocorreu pois corresponde aos anos após a implementação da resolução do CFESS nº 533, em 2008, regulamentando a supervisão direta no Serviço Social, e da Política Nacional de Estágio, em 2009.

Os levantamentos preliminares da pesquisa bibliográfica resultaram em um total de 225 produções com os descritores estágio e/ou supervisão de estágio em Serviço Social, 83 nos Anais do ENPESS e 142 nos do CBAS. Dentre esse universo, 49 publicações abordam a temática supervisão de estágio e as incidências do mundo do trabalho na formação e no exercício profissional, todas concentradas no eixo Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Essas produções, em sua totalidade, apresentam a concepção de supervisão de estágio em Serviço Social ancoradas na Resolução nº 533 (CFESS, 2008) e na Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2009), considerando que estas, em vigor, são balizadoras para a operacionalização da supervisão de estágio na defesa da formação e do trabalho profissional de qualidade. Além disso, identificaram-se desafios decorrentes principalmente da política educacional, que transforma a educação em um negócio lucrativo, alinhados às transformações do mundo do trabalho, decorrente da precarização das condições de trabalho de todos os trabalhadores, incluindo os assistentes sociais. Fato que interfere diretamente na qualidade da supervisão de estágio. Em síntese, é possível, mesmo preliminarmente, identificar que as transformações do mundo do trabalho afetam não somente a formação, mas também o trabalho profissional, tendo em vista que a supervisão de estágio em Serviço Social é uma atividade curricular que envolve ambas as facetas. A categoria profissional precisa estar atenta aos desafios impostos pelas próprias resoluções e políticas sobre supervisão em vigor, implementadas como enfrentamento à precarização na formação e no trabalho profissional.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: /1996. Disponível em: www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Rio de Janeiro: , 2009. Disponível em:

http://cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigeida.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CFESS. **Resolução Nº 533, de 29 de setembro de 2008** - Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INVESTIGAÇÃO SOBRE A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM
SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Maiara Cemin Cagliari
Alzira Maria Baptista Lengoy

A presente exposição está vinculada no eixo da Formação Profissional e objetiva apresentar a experiência como bolsista de iniciação científica PIBIC CNPq vinculada à pesquisa “Fundamentos e mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e no exercício profissional: Estudo da particularidade Ibero-americana”. A pesquisa busca compreender as configurações e tendências da Supervisão de Estágio em Serviço Social em Portugal, no Brasil e na Espanha. No caso do primeiro, Portugal, já contou com coleta e análise de dados dos sujeitos da pesquisa a partir de entrevistas semi-estruturadas e grupo focal em seis instituições de Ensino Superior, já encontrando se em fase de conclusão. A citar, são elas: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Instituto Superior de Serviço Social do Porto; Instituto Superior Miguel Torga; Instituto Politécnico de Leiria; Instituto Universitário de Lisboa e Instituto Politécnico de Beja. A trajetória da bolsista na pesquisa teve como caminho metodológico: a leitura de bibliografias específicas ao tema, como artigos, dissertações, livros, anais de eventos; estudo para apropriação de subsídios teórico-metodológicos de pesquisa que contribuíram para construir um olhar investigativo; contato com os sujeitos da pesquisa em Portugal, através de reunião virtual e e-mails. Por fim, estudo dos dados já coletados e analisados para compreensão da abrangência da investigação. O mapeamento e a análise documental dos instrumentos orientadores e normativos do processo de supervisão de estágio, foi uma etapa importante para a bolsista, considerando o exercício metodológico e a abrangência internacional do estudo. Os documentos analisados foram: política institucional, regulamento de estágio, plano de estudos, programa da disciplina de estágio e guia para autoavaliação de ciclos de estudos. O procedimento de análise documental seguiu as etapas elencadas por Bardin (2011): lei-

tura exploratória, seletiva e analítica. Buscou-se compreendê-los a partir de indicadores, a fim de aprofundar o estudo sobre a supervisão de estágio e endossar os dados empíricos já obtidos. O Serviço Social português conta com 85 anos de profissão e formação superior reconhecida há mais de 50 anos e é a partir da década de 1980 com a integração de Portugal na comunidade europeia que as políticas educacionais tomaram uma feição neoliberal, exigindo profissionais mais qualificados (MARTINS; TOMÉ, 2016). É nesse sentido, que a partir da análise documental, podemos apontar para uma formação acadêmica em Serviço Social que foi impactada pela Reforma do Ensino Superior em Portugal, que ocorre a partir de 1999 com a declaração de Bolonha, do qual o país é signatário. O Processo de Bolonha visou a integração dos sistemas de ensino superior na Europa, atendendo à demanda de mão-de-obra trabalhadora especializada em meio à globalização, constituindo-se uma política educacional supranacional (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008). Esse processo trouxe grande autonomia às instituições na reestruturação curricular (MARTINS; TOMÉ, 2019), o que fica evidente quando estudamos seus currículos, pois o tempo de formação tornou-se aligeirado, variando entre 3 anos e 3 anos e meio e a carga horária para o estágio também, variando desde mil e trezentas horas a 425 horas. Utilizou-se como referencial teórico metodológico para a análise de documentos, as questões apontadas por Evangelista e Shiroma (2019) no âmbito da política educacional, foi possível identificar uma tendência discursiva híbrida entre pedagógico e gerencial presente nos documentos. Podemos apontar que uma expressão disso são as concepções de perfil formativo e as competências e habilidades que cada instituição aponta como necessárias para os estudantes. Elas dão ênfase para uma preparação genérica do indivíduo para a vida, bem como uma formação que o habilite para todas as áreas de atuação do assistente social, atendendo às demandas do mercado, com um novo perfil de trabalhador mais dinâmico e adaptável. A pesquisa contribuiu em muito com a formação da bolsista, considerando: conhecer os debates acerca de estágio supervisionado nacional e internacional já no 3º semestre de graduação; poder integrar esses saberes à sua formação acadêmica, contribuindo para o perfil investigativo da profissão; participar ativamente da interlocução entre Graduação e Pós-Graduação e ainda, ao participar de uma pesquisa de âmbito internacional, se aproximar de outra cultura, com outras práticas profissionais em Serviço Social.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N. de; CATANI, A. M. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre

a Universidade Nova. **Avaliação**, Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

MARTINS, A.; TOMÉ, M. R. Serviço social português e serviço social brasileiro: 50 anos de contribuições históricas. *In*: SILVA, M. L. de O. (org.). **Serviço Social no Brasil, História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

MARTINS, A.; TOMÉ, M. R. Neoliberalismo e Serviço social português: impactos de Bolonha e das políticas de austeridade na formação e no trabalho *In*: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (orgs.). **Serviço Social na História, América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

ENTRE SEDUÇÕES, AMEAÇAS E SEGREDOS: APREENSÕES SOBRE O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR
--

Ana Carolina Segobio Rios

O presente resumo versa sobre apreensões da complexidade que se edifica sobre as situações de abuso sexual intrafamiliar e, o quão desafiador se faz para os/as profissionais do Serviço Social e demais áreas, construir conhecimento numa perspectiva crítica e de totalidade sobre tal temática. Refletimos neste trabalho os resultados da pesquisa de conclusão de curso em Serviço Social, apresentada em 2019, intitulada “No Labirinto do abuso sexual intrafamiliar: Entre seduções, ameaças e segredos”, a qual delimitou como objetivo desvendar de que forma o acometimento do abuso sexual intrafamiliar impacta nas relações sociofamiliares.

Para tanto, foram elaborados quatro objetivos específicos, sendo eles: Determinar a incidência da prática de abuso sexual intrafamiliar; entender de que forma os abusos se dão dentro das relações familiares; analisar a forma de como é apreendido pela família o abuso sexual intrafamiliar e entender a dinâmica familiar pós-descoberta do abuso sexual intrafamiliar. Este estudo tem como método o materialismo dialético-crítico com base em três categorias: historicidade, totalidade e contradição. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que se utilizou de estudo bibliográfico com amostragem não probabilística e intencional. A coleta de dados deu-se por meio da elaboração de dois roteiros norteadores aplicados sob 17 artigos *on-line*, das áreas de conhecimento do Serviço Social, Saúde Coletiva, Antropologia e Psicologia. A análise dos dados foi

realizada com base na análise de conteúdo conforme Bardin (1977).

O abuso sexual intrafamiliar é uma das formas de violência que mais nos exige o rompimento de tabus e superação de concepções idealizadas sobre família, cuidado e proteção, o que torna seu debate arenoso e difícil trato, dado a complexidade envolta nessa expressão da questão social.

Os resultados alcançados, evidenciaram que a violência estrutural atravessa a cotidianidade das relações familiares e somado à pobreza, o sistema patriarcal e a naturalização da violência compelem a processos de dominação e relações desiguais de poder entre adultos e criança, desencadeando em abusos em suas mais diversas expressões. Assim, o abuso sexual intrafamiliar fora identificado nas produções analisadas, enquanto um fenômeno que é produzido socialmente e que encontra em crianças e adolescentes a susceptibilidade que concerne todo o rito de sedução, poder, subordinação e silêncio que são necessários para sua reprodução no interior das famílias.

Uma constatação importante de pontuar, é que esta pesquisa trouxe a possibilidade de visualizar a forma de apreensão do que é abuso sexual contra crianças e adolescentes e como as famílias trabalham este tema dentro do lar. O fator da proteção, do diálogo, do entendimento, influencia diretamente na proteção da criança e do adolescente contra a exposição ao abuso sexual. Outra constatação possível de observar é que a violência estrutural atua fortemente para que os outros tipos de violência possam ocorrer, incluindo as violências contra crianças e adolescentes, e o objeto deste estudo, violência intrafamiliar. O machismo e o patriarcado encontram-se também intrínsecos no abuso sexual, conforme visto anteriormente, em que a violência estrutural favorece a cultura do machismo, de exploração-explorado, dominador dominado.

Referências

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008.

BARDIN, L. **A análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Rev. Katályses**, Florianópolis, v. 10, p. 46-54, 2007.

CARNEIRO, C. B. L. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para intervenção social. **Serviço Social e Sociedade**, ano 26, n. 84, p. 66-90, nov. 2005.

CENTRO ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Tipologia da violência**. (CEVS). Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/tipologia-da->

violencia. Acesso em: 27 abr. 2019.

FERNANDES, F. **A revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

SAFFIOTTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA UMA PRÁXIS ANTIRRACISTA
--

*Loiva Mara de Oliveira Machado
Daniela Ferrugem*

O percurso da reflexão teórica a ser elucidado neste artigo integra o processo de investigação, de abrangência nacional, voltado à Questão étnico-racial na formação em Serviço Social: fundamentos, trajetórias e projeções e está fundamentado no método do materialismo histórico-dialético. Nessa construção reconhecemos o projeto de formação em Serviço Social, inscrito nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e problematizamos sua contribuição frente à construção de uma práxis antirracista, com vistas à materialização do projeto ético-político profissional. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS apresentam como pressuposto a “[...] permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social.” (ABEPSS, 1996, p. 8). Essa proposta de formação está inscrita em três Núcleos de Fundamentação: Núcleo de Fundamentos Teóricos-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Com base nessa referência e nas sistematizações decorrentes do processo de pesquisa identificamos que: (a) a reflexão sobre o ser social, enquanto totalidade histórica, possibilita apreender os processos de produção e reprodução das relações sociais, no movimento contraditório presente na forma de sociabilidade inscrita no modo de produção capitalista; (b) a análise dialético-crítica da formação sócio-histórica da realidade brasileira requer a apreensão das relações étnico-raciais como elemento constitutivo dos processos de exploração/opressão demarcados pelo modo de produção capitalista; (c) os fundamentos do trabalho profissional não podem prescindir das particularidades dos territórios, das múltiplas expressões da questão social e racial e da constituição da classe trabalhadora, considerando a questão étnico-

racial e suas interseccionalidades (classe, gênero, geração). Partimos do reconhecimento de que o racismo é estrutural, ou seja, define o “[...] modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 50), e está presente desde o início da formação sócio-histórica da realidade brasileira. Conforme refere Fanon: “[...] É preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade.” (FANON, 1980, p. 40). Portanto, o racismo não se reduz à dimensão individual e institucional, embora estas sejam dimensões que o constituem, mas está presente na estrutura da sociedade. Ao ser estrutural afeta o modo de pensar e organizar o trabalho, o acesso aos direitos, às políticas públicas, a exemplo da educação. Também impacta o projeto de formação e o perfil profissional que se almeja formar. Considerando a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional, reconhecemos a partir da trajetória acadêmica e profissional nas quais nos vinculamos enquanto assistentes sociais e pesquisadoras, que a pauta étnico-racial deve ser integrada ao tripé ensino-pesquisa-extensão, constitutivo de um projeto de formação profissional de qualidade. A formação antirracista para uma práxis antirracista não será possível somente com o adendo de uma disciplina obrigatória ou eletiva nos currículos, embora seja fundamental, mas especialmente com a inscrição capilarizada da discussão sobre relações étnico-raciais no Brasil e suas assimetrias e como ele se expressa no âmbito da garantia de direitos e políticas públicas. Portanto, não apenas como matriz para reflexão, mas também na eleição de interlocutores para esta discussão, rompendo com o que Sueli Carneiro (2005) nomeia como epistemicídio, a negação dos/as negros/as como sujeitos de conhecimento. Isso se reflete, por exemplo, na quase inexistência de autores e autoras negras nas bibliografias e ausência do critério raça/cor nas pesquisas desenvolvidas no âmbito da graduação e dos programas de pós-graduação. Daí a importância de elucidar a direção assumida nos projetos de formação em Serviço Social, no âmbito da graduação e pós-graduação, na realidade brasileira. Em articulação com essa pauta, é fundamental refletir sobre o significado da construção de uma práxis antirracista no âmbito da formação e trabalho profissional como “[...] atividade prático-crítica [...] compreendida racionalmente como práxis *revolucionária*” (MARX, 2007, p. 99-100, grifo do autor). Não se trata de um conceito abstrato, mas de um compromisso ético-político que tem materialidade no cotidiano da formação (graduação e pós-graduação) e no trabalho profissional, posto que o racismo e a hierarquia racial são estruturantes dessa sociedade que se pretende compreender e teorizar para transformar.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). ABEPSS. Rio de Janeiro: , 1996.

ALMEIDA, S. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro Como Não- Ser Como Fundamento do Não Ser.** 2005. Tese de Doutorado. FEUSP, São Paulo, 2005.

FANON, F. Racismo e Cultura. *In: Em defesa da revolução africana.* Trad. Isabel Pascoal. Lisboa: Terceiro mundo, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA
--

Joana de Hamburgo

O presente resumo é um recorte da pesquisa de Mestrado em andamento no PPGSS/PUCRS, fundamentada na teoria marxista e intitulada “As dimensões do trabalho profissional do assistente social mediadas na perícia social”. Neste resumo nos propomos a apresentar alguns indicativos a partir da revisão bibliográfica realizada sobre o trabalho do assistente social nos Tribunais de Justiça.

As implicações que o trabalho assume no capitalismo são sentidas por todos os trabalhadores e em qualquer espaço socio-ocupacional, incluindo assistentes sociais e servidores públicos, os quais têm sua atividade profissional e sua vida impactadas.

Segundo Ramos e Santos (2016, p. 211), a competitividade entre os trabalhadores, a naturalização das práticas de dominação e o adoecimento decorrente das condições de trabalho se tornam cada vez mais comuns na atualidade e “[...] os (as) assistentes sociais, assim como toda a classe trabalhadora, vivenciam as determinações da lógica destrutiva do capital nos seus espaços profissionais e nas demais dimensões da vida social.”

O trabalho satisfaz necessidades humanas e, por meio dele, o homem [e a mulher] transformam a natureza e a si mesmos. Distintamente dos animais,

antes de realizar o trabalho, o homem planejou o resultado em sua cabeça, sendo assim, o trabalho é atributo unicamente humano. Ademais, o trabalhador tem sua relação com o objeto (várias formas da natureza) mediada pelos meios de trabalho, criados pelo próprio homem (MARX, 2017).

No entanto, no capitalismo, o trabalho também é algoz do homem. Apesar de conhecedor do processo de trabalho, o trabalhador passa a assumir uma determinada função em um órgão coletivo. Em busca de uma sempre maior extração de mais-valor, o modo de produção capitalista cria mecanismos para explorar o trabalhador e o trabalho é reduzido a seu caráter abstrato (MARX, 2017).

O assistente social não difere de qualquer trabalhador. Na sua condição de assalariado, com sua força de trabalho mercantilizada, o assistente social possui autonomia relativa. Apesar da formação acadêmica e do aparato legal e organizativo que regula o exercício profissional, os meios que viabilizam o trabalho do assistente social estão monopolizados pelos empregadores e o profissional está submetido aos dilemas da alienação (IAMAMOTO, 2007).

Sobre o trabalho do assistente social no espaço estatal, sob a hegemonia neoliberal, Raichelis (2018, p. 55) refere que a terceirização ou subcontratação é responsável pela implosão do estatuto do funcionalismo público, apesar das garantias previstas na Constituição Federal de 1988. Além disso, “[...] a lógica privatista do Estado neoliberal afetou a imagem do servidor público junto à população e à opinião pública, instalando-se um clima desfavorável à recomposição e expansão da força de trabalho na administração pública.”

Especificamente aos Tribunais de Justiça, tem-se a hierarquia desse espaço por conta da autoridade do juiz, uma vez que o servidor que não cumprir a ordem do juiz pode responder ao crime de desobediência, além de procedimento administrativo disciplinar. Ainda nesse aspecto, nota-se a falta de compreensão de alguns juízes sobre a atribuição e o instrumental do Serviço Social. A delimitação de prazos para entrega de perícias sociais também desperta angústia nos profissionais, sendo que normalmente os prazos menores, tido como urgentes, provêm daqueles processos que tratam de situações familiares de extrema complexidade (COLUMBI, 2016).

O aumento do número de processos e da complexidade das situações a serem analisadas e a deterioração das condições materiais (viaturas, computadores, linhas telefônicas) são as circunstâncias presentes no trabalho dos assistentes sociais na maioria dos Tribunais. Outro movimento é o desaparecimento do cargo de Assistente Social dando lugar a cargo com nomenclatura genérica, apenas referindo a especialidade em Serviço Social (SILVA, 2012).

Assim, enquanto trabalhador, o assistente social inserido nos Tribunais de Justiça sofre com a exploração e a precariedade do trabalho no capitalismo, o que impacta na articulação das competências, ou dimensões, do trabalho profissional. Enquanto se dissemina a culpabilização do servidor público como responsável pelo déficit das contas públicas, esses trabalhadores têm seus direitos negados e sua organização fragilizada.

Cada vez mais está presente a cobrança por produtividade e a competição entre os trabalhadores. A falta de reposição de cargos aumenta a quantidade de trabalho para cada servidor, ao mesmo tempo em que se complexificam as demandas. Alguns superiores exigem o cumprimento de prazos exíguos e são intransigentes em suas determinações, mesmo desconhecendo as atribuições e competências dos assistentes sociais. Essas situações afetam a saúde de muitos servidores.

Portanto, assistentes sociais servidores públicos dos Tribunais de Justiça, ao mesmo tempo que se relacionam, são classe trabalhadora e o trabalho de caráter efetivo e estável também é precarizado. Cabe, como a todos os trabalhadores, resistir aos ataques das classes dominantes que insistem em desmobilizar os trabalhadores e suas organizações.

Referências

COLUMBI, B. L. P. A precarização do trabalho em foco: rebatimentos para os assistentes sociais do Judiciário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 574-586, set./dez. 2016.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. **O Capital**. Livro I. Trad. Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In*: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 25-65.

RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. de M. dos. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. *In*: SILVA, M. L. de O. e (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 209- 233.

SILVA, M. N. da. Breves notas sobre o trabalho profissional: competências e atribuições na área sociojurídica. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 137-155, 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/3897/2729>. Acesso em: 03 abr. 2019.

FORMAÇÃO OU DEFORMAÇÃO: QUAL A TRILHA PEDAGÓGICA DA RIS/GHC?
--

Vanessa Lúcia Santos de Azevedo

O presente trabalho, se propõe a responder o problema de pesquisa: “como se manifesta a dimensão política (trilha pedagógica crítica e reflexiva) na formação profissional em saúde dos residentes da Residência Integrada em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição (RIS/GHC) no período de 2015-2016?” e “analisar as diversas manifestações da dimensão política (trilha pedagógica crítica e reflexiva) na formação profissional em saúde dos residentes da RIS/GHC”. Estudo de caráter exploratório com análise de conteúdo qualitativa baseada em Bardin (2011), realizada através de questionário eletrônico, enviado por e-mail, para residentes do segundo ano e preceptores pertencentes a todas as ênfases com campo de prática em Porto Alegre/RS. Dos 190 e-mails enviados (100 residentes e 90 preceptores), obteve-se de retorno: 20% (20/100) dos residentes e 18% (20/90) dos preceptores. A escolha pelo título, “formação ou deformação” se dá na compreensão que na atualidade é necessário que os profissionais de saúde se distanciem da forma na qual foram colocados na graduação, na qual receberam uma formação técnica, mas muitas vezes desvinculada da realidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Ceccim e Feuerwerker (2004, p. 49) afirmam que a formação é “[...] uma tarefa socialmente necessária, ela deve guardar para com a sociedade compromissos ético-políticos.”. Dentro deste cenário ético-político Lobato (2010, p. 15) refere que os trabalhadores “[...] podem desempenhar um papel de compromisso e de transformação com a sociedade ou podem assumir papel de reprodução e/ou conservação de modelos que não permitam a criação de novas saídas.”. A RIS/GHC surge como uma especialização que tem em seu eixo estruturante a experimentação no mundo do trabalho em saúde, possui como foco os princípios do SUS para atenção à saúde de modo a especializar profissionais de diversas profissões da saúde através da formação em serviço. A aprendizagem utilizada na RIS/GHC é baseada na resolução de problemas (ABP) e possui como ponto de partida a aquisição e integração de novos conhecimentos, problemas do cotidiano profissional, e nesse caso situações vivenciadas nos

espaços de saúde do GHC. Essa metodologia promove a aprendizagem centrada no sujeito, isto é, no residente, sendo os preceptores, facilitadores no processo de produção de conhecimento. Deste modo, a realidade é um estímulo para a aprendizagem e para o desenvolvimento de novas habilidades, de acordo com a realidade apresentada. Entre os achados da pesquisa destaca-se: (a) a trilha pedagógica possui uma direção por parte dos preceptores e residentes envolvidos. Entretanto, esse caminho tem algumas vielas que nem sempre são as melhores, algumas tem o asfalto do diálogo e outras tem pedras das práticas cristalizadas por algumas equipes. (b) um dos grandes nós trata-se dos preceptores não terem uma carga horária protegida estabelecida pela instituição, pois, no momento do estudo, isto estava vinculado a liberação das gerências em que o trabalhador estava alocado; e para isto não havia uma regra. (c) quanto aos residentes, estes procuravam a residência como forma de especialização, não somente para adquirir conhecimentos em saúde pública, mas também como uma proposta metodológica no qual seu aprendizado se dá através da resolução de problemas reais, vivenciados no próprio SUS. Acredita-se que a formação de trabalhadores da saúde deva ser centrada em novas conformações organizacionais democráticas e com arranjos pedagógicos que garantam a horizontalidade no processo ensino-aprendizagem. Para assim auxiliar a produção de novos sujeitos e coletivos, mais comprometidos ético-politicamente, que ajam como agentes micropolíticos da construção do SUS, tanto para disputar a qualificação das práticas no mundo do cuidado como para tensionar a consolidação do SUS como política pública. A residência pode ser um bom espaço de formação de trabalhadores críticos com condições, não apenas de atender a demanda integral da população, mas também de construir espaços de trabalho que potencializem os sujeitos como cidadãos de direitos. Apontamos que, para isto, é necessário pensar um Programas de Residência que dialoguem em seu projeto de ensino com vias a uma educação libertadora.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero e Augusto Pinheiro. Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, set./out. 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. Trad. Education Beyond Capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

RODRIGUES, M. L. V.; FIGUEIREDO, J. F. C. **Aprendizado centrado em problemas**. Disponível em: file:///Users/alsmaciel/Downloads/774-Texto%20do%20artigo-1509-1-10-20120417.pdf. Acesso em: ago. 2020.

A ATUAÇÃO DA SECCIONAL DE CASCAVEL POR MEIO DA COFI NO ANO DE 2019

*Paloma Andressa Xavier de Paula
Adriene Marta Zefiro de Lima Muller*

O CFESS – Conselho Federal de Serviço Social – e CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, conjuntamente, constituem-se enquanto entidade de representação da categoria profissional de Assistentes Sociais, nos moldes da Lei Federal nº 8662/1993, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional em prol da qualidade dos serviços prestados aos/às usuários/as. Assim, o CRESS 11ª Região atende este papel precípua do conjunto por meio da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI).

Considerando a importância da COFI no âmbito da profissão de Serviço Social, este trabalho objetiva demonstrar a atuação da Seccional do CRESS/PR em Cascavel/PR por meio da COFI no ano de 2019, mediante análise teórica do relatório anual da COFI Local no território de referência da seccional de Cascavel. Delimita-se esta pesquisa à Seccional/Cascavel porque se trata de uma sede inaugurada em 2019, na qual a COFI Local também se formou enquanto comissão neste ano e seu trabalho demonstra avanço à categoria profissional do oeste do estado.

A inauguração da Seccional de Cascavel ocorreu em 26 de abril de 2019, ocasião em que também foi eleita a coordenação da Seccional de Cascavel, na III Assembleia Regional Extraordinária. Trata-se de uma reivindicação histórica da categoria, que, segundo Nogueira (*apud* BAPTISTA, 2014, p. 139), se faz necessário dedicar estratégias para a aproximação da categoria junto às entidades organizativas, no intuito da defesa e valorização da profissão, bem como o fortalecimento do projeto ético-político.

O território de referência da Seccional/Cascavel compreende a respectiva região metropolitana e os Núcleos do CRESS (NUCRESS) de

Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Pato Branco, Toledo e Umuarama, totalizando 139 municípios da região oeste, sudoeste e noroeste do Paraná. A COFI/Cascavel é composta por sete membros, de acordo com o art. 6º da Res. CFESS 512/2007. Mantendo assim o caráter democrático das discussões e deliberações que o Conjunto CFESS/CRESS tem adotado em todas as suas instâncias (SANTOS, 2010).

As ações da COFI estão embasadas na Política Nacional de Fiscalização, nas normativas da profissão, deliberações do Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS e a partir das discussões mais latentes dos desafios vivenciados pela categoria profissional, observadas a partir das intervenções realizadas pela COFI. Assim, em 2019 a COFI deliberou por atuar em frentes de trabalho, sendo definidas os seguintes espaços sócio-ocupacionais: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS; Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR; Acolhimentos Institucionais Para Mulheres em Situação de Violência e 30% dos Acolhimentos Institucionais para Crianças, Adolescentes. Além da averiguação das denúncias realizadas no âmbito do exercício da profissão.

Neste sentido, foram realizadas 57 visitas de orientação e fiscalização, 619 atendimentos/orientações, 24 reuniões da COFI, 126 ofícios, 13 palestras/oficinas com a categoria e com as Unidades de Formação Acadêmica. Em algumas situações atendidas, foram encontradas irregularidades, que resultaram na instauração de 48 processos administrativos em 2019. Além disso, 30 processos do território da seccional de Cascavel que vinham sendo tramitados pela Sede de Curitiba foram encaminhados para Cascavel. Totalizando o monitoramento de 78 processos, sendo que deste total, 30 processos foram encerrados ainda em 2019, resultando na superação das irregularidades identificadas.

Ainda, a COFI acompanha a abertura de editais de Concurso Público, a fim de verificar se estes estão cumprindo as normativas da profissão, solicitando as adequações caso seja necessário. Desse modo, 15 editais de concursos públicos e/ou processos seletivos abertos em 2019 foram monitorados. Deste total, 03 editais foram regularizados mediante a atuação da COFI Local. As principais irregularidades identificadas encontram-se na Lei 12.317/10; Lei 8662/93 art. 4º e 5º e Salário equiparado ao nível médio. O conjunto CFESS/CRESS reafirma a luta em defesa das condições de trabalho de toda a classe trabalhadora, conforme Boschetti (2011) a precarização do trabalho não está restrita à categoria profissional de Assistentes Sociais, entendendo como um direito fundamental da classe trabalhadora a luta por melhores condições de trabalho.

A implantação da Seccional/Cascavel possibilitou uma maior aproximação à categoria por sua presença no território de abrangência, com isso já apresenta resultados importantes na região que se revelaram na superação de irregularidades e a orientação à categoria profissional, especialmente por intermédio da perspectiva político-pedagógica, primordial à prevenção da violação da legislação profissional.

Palavras-chaves: Fiscalização; serviço social; legislação profissional.

Referências

BRASIL. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: 1993.

BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. (org.). **A prática profissional do assistente social:** teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2014.

BOSCHETTI, I. Condições de trabalho e a luta dos (as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 557-584, jul./set. 2011.

COFI - CRESS-PR. **Relatório de Atividades 2019.** Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2020/07/Relatorio-de-Atividades-de-2019-COFI.pdf>. Acesso: 24 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do/a assistente social.** Ed. Revista e Atualizada. Brasília: CFESS, 2019.

SANTOS, J. S. *et al.* Fiscalização do exercício profissional e projeto éticopolítico. **Serv. Soc. Soc.**, [online], n.101, p.146-176, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 out. 2019.

O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL E A DEFESA DA DIREÇÃO
CRÍTICA DA PROFISSÃO NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO E ENSINO: O CASO CONCRETO DO DEPARTAMENTO
DE HABITAÇÃO DA PREFEITURA DE SAPUCAIA DO SUL NO RIO
GRANDE DO SUL

Ariely de Castro Silva
Roselaine Machado

O trabalho se propõe a analisar as implicações geradas no processo de supervisão de estágio em Serviço Social no contexto estrutural de precarização do ensino e do trabalho e seus desdobramentos enquanto desafios à materialização da direção crítica profissional. Para tanto, parte de uma experiência concreta vivenciada no campo de estágio em Serviço Social na Prefeitura de Sapucaia do Sul no Rio Grande do Sul, mais especificadamente no Departamento de Habitação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação. Desse modo, apresenta-se como problema a seguinte questão: com base na experiência concreta vivida no campo de estágio em Serviço Social, no Departamento de Habitação da Secretaria de Planejamento e Habitação da Prefeitura de Sapucaia do Sul no Rio Grande do Sul, quais são os desafios encontrados no âmbito do estágio no sentido de materialização e defesa da direção crítica e do projeto ético político profissional, considerando um cenário de precarização do trabalho e do ensino em Serviço Social? Tendo por base a questão, os objetivos presentes no artigo visam, em primeira instância, dar uma resposta qualitativa aos obstáculos encontrados no campo de estágio, experimentados pelas autoras (que são respectivamente supervisora de campo e estagiária) e, em segunda medida, contribuir para o Serviço Social brasileiro na defesa da direção crítica, ética, prática e política da profissão, numa conjuntura de acirramento dos conflitos de classe e de ataque aos direitos sociais (IAMAMOTO, 2015). Partindo da compreensão de que qualquer expressão da questão social é parte de uma totalidade, a análise teve como aporte metodológico a perspectiva crítica, materialista, histórica e dialética (GADOTTI, 1995). A partir dessa base teórica, utilizou-se a análise documental (diário de campo, ofícios, memorandos, expedientes administrativos, etc.) e a pesquisa bibliográfica como instrumentais de investigação que contribuíram para perquirir a construção do artigo (PRA-TES, 2016). A escolha da diretriz metodológica do estudo justificou-se ainda na preocupação em relacionar o problema trazido pelo artigo com o contexto maior em que ele se insere: conjuntura de crise política, econômica e social do capitalismo, que no caso brasileiro agrava-se devido à condução, em vários níveis da esfera governamental, de um Estado hegemônico por um projeto de caráter ultraliberal. Nesse sentido, propõe-se a uma abordagem não neutra e preocupa-

da na compreensão dos aspectos contraditórios que estão em movimento no campo de estágio em Serviço Social (NETTO; BRAZ, 2012). A partir das avaliações preliminares, foi possível compreender que as alterações engendradas no trabalho e no ensino em Serviço Social, decorrentes de um processo maior de precarização na relação entre ambos, impactam diretamente nas condições objetivas de defesa e materialização da direção crítica e do projeto ético e político profissional do Serviço Social no âmbito da supervisão de estágio. A isso se impõe necessidades à categoria, no sentido de defesa do seu legado crítico, que prescinde de condições materiais para a sua realização. Assim, fazem necessário revisar táticas e elucidar, talvez, novos caminhos profissionais que permitam saídas coletivas, individuais e práticas guiadas por uma leitura lúcida e crítica do cenário atual, que permitam resistir e, ao mesmo tempo, avançar na direção de preservar o acúmulo crítico profissional, sem, com isso, perder a dimensão de que o campo de estágio é um espaço de aprendizado e acolhimento aos estudantes de serviço social. E, para que assim seja, as condições qualitativas e materiais de trabalho e ensino precisam ser ofertadas aos profissionais e estudantes. Contudo, o que se observou a partir dos estudos iniciais presentes no artigo, é que estão cada vez mais reduzidas as condições do desenvolvimento do estágio conforme preconiza o projeto ético político profissional.

Referências

GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1995.

HILLESHEIM, J. Estágio profissional e precarização do trabalho. **Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e a questão social. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

PRATES, J. C. A pesquisa social a partir do paradigma dialético crítico: do projeto à análise de dados. *In*: FERNANDES, I.; PRATES, J. C. (org.). **Diversidade e Estética em Marx**. Campinas: Papel Social, 2016.

A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: ESTUDO DA PARTICULARIDADE IBERO-AMERICANA

Alzira Maria Baptista Lengoy

Alcina Martins

Claudia Monica dos Santos

Este trabalho apresenta resultados preliminares da pesquisa intitulada “Fundamentos e Mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na Formação e no Exercício Profissional: Estudo da particularidade ibero-americana”, investigação que se constitui em projeto âncora do Grupo de Estudos sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS). Essa pesquisa tem caráter qualitativo, de âmbito nacional e internacional, e está vinculada ao projeto profissional e intelectual que vimos desenvolvendo no debate sobre a supervisão de estágio em Portugal, no Brasil e na Espanha. A pesquisa se encontra em desenvolvimento (LEWGOY, 2019). No Brasil, esta teve início em 2019, porém precisou ser interrompida em consequência da pandemia da COVID-19. Por essa razão, o início na Espanha foi adiado. Já em Portugal, a pesquisa teve início em 2018, sendo a coleta de dados finalizada nesse mesmo ano. Entretanto, frente às mudanças ocorridas nas atividades de estágio, devido à situação pandêmica, que trouxe novas nuances fundamentais para análise, observou-se a necessidade de atualização de alguns dados, adiando sua conclusão para o final do ano de 2021. Este resumo, portanto, concentra-se no processo de pesquisa já desenvolvida em Portugal.⁴

O estudo objetiva investigar os fundamentos e as mediações postos à formação e ao exercício em Serviço Social, no debate acerca dos processos de supervisão de estágio em Portugal, tendo em vista a afinidade histórica, cultural e linguística e a ampliação do estudo desta temática. Os procedimentos metodológicos utilizados foram análise documental e bibliográfica e pesquisa de campo em seis Instituições de Ensino Superior (IES), dentre universidades públicas e privadas e Institutos Politécnicos. Os instrumentos utilizados consistiram em grupos focais com docentes supervisores acadêmicos e com estagiários e entrevistas com assistentes sociais orientadores de campo, analisados na perspectiva de Bardin (2011). Ressaltamos que somente os dados obtidos dos coordenadores de estágio/curso das Instituições de Ensino serão atualizados por meio de questionário semiaberto.

⁴ A formação em Serviço Social em Portugal se destaca por grande crescimento e desenvolvimento desde o século XX, com a criação de cursos e o impacto do processo de Bolonha nos diferentes tipos de ensino – público e privado, universitário e politécnico (MARTINS; TOME, 2019).

Em 2019, foi realizado um Encontro Internacional com as seis instituições colaboradoras e as pesquisadoras, realizado no Instituto Miguel Torga (ISMT), em Coimbra, Portugal. O objetivo desse foi socializar os resultados parciais da referida pesquisa, abrindo espaço para contribuições. O estudo evidenciou o perfil dos sujeitos participantes e o processo de supervisão de estágio, sua composição, sua concepção, seus fundamentos, sua operacionalização, suas competências, suas dificuldades, suas possibilidades e seus desafios. A seguir trazemos alguns resultados preliminares da pesquisa.

Em relação ao perfil dos/as estagiários/as participantes, 93,75% são do gênero feminino e 6,25% masculino; dos supervisores, 76% feminino e 24% masculino; e dos orientadores, 87% feminino e 16% masculino – demarcando a histórica predominância de mulheres na profissão. Quanto à idade, 87,5% dos estagiários estão na faixa etária entre 20 e 29 anos; 73,3% dos orientadores e 64% dos supervisores, entre 40 e 59 anos. Todos os docentes possuem pós-graduação, 88% com doutorado e 12% com mestrado. Dos orientadores, 73% possuem licenciatura e qualificação relacionada às políticas sociais, e 27% possuem mestrado.

O processo de supervisão de estágio está vinculado ao período da formação nas licenciaturas, que é de três a três anos e meio, tendo estágios em até dois semestres. A carga horária dos estágios de um semestre varia de 648hs a 729hs; a de dois semestres, entre 425hs e 1300hs. As nomenclaturas utilizadas são de “orientação” para os assistentes sociais do campo no “terreno” e, para o docente, “supervisão pedagógica” ou “tutoria”.

A supervisão de estágio está estruturada com a seguinte composição: docente da unidade de ensino como responsável pela ação pedagógica, sendo o suporte teórico responsabilidade da instituição. A orientação da aprendizagem prática é realizada pelo profissional do “terreno” ao estagiário.

Quanto ao conteúdo tratado nos estágios, na concepção dos supervisores/orientadores, no estágio, há aprendizagem prática, teórico-prática e mútua (tanto se aprende como se ensina). Os fundamentos trabalhados pelos assistentes sociais são competências pessoais e prático-operativas, que incluem: avaliação da postura de estagiários e profissionais; articulação com colegas das instituições; autonomia; interação do estagiário na equipe; e sua valorização. Destacam-se fundamentos teóricos e, raras vezes, ético-políticos.

A operacionalização da supervisão/orientação se caracteriza por encontros entre supervisor e orientador (contudo, ainda raros) e por encontros sistemáticos entre supervisores docentes. Abrange, também: reunião com estudantes e supervisores docentes; supervisões individuais ou em grupo; observação e conhecimento do contexto, do espaço socioinstitucional (terreno) e do trabalho profissional do assistente social; fundamentação e enquadramento teórico; uso de referências e instrumentos (entrevistas, diagnósticos, relatório

social, questionários, diários de campo).

Foram apresentadas, em relação ao processo de supervisão, as dificuldades a seguir listadas. No âmbito da cultura profissional e dos agentes envolvidos no processo, relatou-se a complexidade de mexer com a cultura instituída da formação em serviço social, dos agentes que estão em formação e dos assistentes sociais que exercem a profissão. No âmbito pedagógico, há necessidade de: atividades de integração de todos os estagiários no início do estágio; conciliação entre as obrigações advindas do serviço e as do processo pedagógico na orientação do estágio; dificuldade de atualização dos conhecimentos, sobretudo na área do Serviço Social e na área do trabalho profissional; maior conjugação entre o perfil do estudante com a área das políticas sociais desenvolvidas no “terreno”; conciliação entre o curto espaço de tempo do estágio com a quantidade de atividades a serem realizadas pelo estagiário; dificuldade de escrita e elaboração do relatório e da dissertação seguindo as normas técnicas.

Em relação às possibilidades constatadas no processo de supervisão, destacaram-se a interlocução entre orientadores/supervisores e supervisores, embora necessite de planejamento para a constância das aproximações. As oportunidades surgidas proporcionaram para ambos uma ampliação do conhecimento sobre as investigações e as intervenções realizadas no “terreno”, no que se refere tanto às políticas públicas e sociais quanto ao conhecimento e aos debates internacionais realizados sobre educação e formação nas instituições de ensino. Outra possibilidade evidenciada é a oportunidade de atualização de conhecimentos, possibilitando o aprimoramento das abordagens teórica e procedimental, a reflexão, a avaliação e o questionamento do trabalho realizado pelos orientadores do “terreno” com os estagiários. Além disso, enfatiza-se o crescimento pessoal, teórico, ético e procedimental dos estudantes. Para os estagiários, as possibilidades se concentraram na mudança de mentalidade sobre atitudes discriminatórias antes utentes, na superação de medos e dificuldades, na capacidade de intervenção, na aprendizagem junto à população atendida, bem como na aquisição de mais autonomia.

Os desafios assinalados relacionam-se a: inserção pré-matura dos alunos no ensino superior (17 anos), dificultando a empatia entre alunos e utentes no estágio; o debate da formação em Serviço Social no campo científico; a valorização do trabalho do estagiário; ausência da produção de conhecimento para atuação em determinadas áreas de intervenção; a articulação entre o assistente social orientador local e o docente supervisor acadêmico; e a integração de supervisores e orientadores com o estagiário.

Em 2020, esta pesquisa se ampliou com a finalidade de verificar os impactos da pandemia nas atividades de estágio em Serviço Social. Atualmente, encontra-se em fase de coleta de dados com as mesmas IES já participantes no primeiro momento.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

LEWGOY, A. M. B. **Relatório Parcial do Projeto de Pesquisa**.

Fundamentos e mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e no exercício profissional: Estudo da particularidade ibero-americana. Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS). CNPq. UFRGS: Porto Alegre, 2019.

MARTINS, A.; TOMÉ, M. C. Neoliberalismo e Serviço Social português: impactos de Bolonha e das políticas de austeridade na formação e no trabalho.

In: YASBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na História América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

POSFACIO*

A histórica caminhada do Programa de Política Social e Serviço Social, suas lutas e seus avanços alcançados diante de todas as dificuldades na sua implantação, merecem reconhecimento e aplausos à equipe de docentes e às coordenações que lutaram incessantemente pela criação do primeiro Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social em uma Universidade Pública em Porto Alegre/RS.

O contexto foi e continua permeado de dificuldades financeiras, físicas, estruturais e, por que não dizer, de aceitação institucional! Lida-se com limitações crônicas estruturais indispensáveis para o desenvolvimento de atividades cruciais para o cotidiano de uma pós-graduação. Por sua vez, a falta de recursos tem impactado profundamente a pesquisa, não apenas no corte de bolsas, mas também na deterioração de equipamentos dos grupos de pesquisa, na escassez de bolsas de iniciação científica e no irrisório número de bolsas (apenas duas) para mestrandos.

A ciência, infelizmente, não se constitui prioridade! Convive-se com o agravamento da crise econômica, social, política, ética e sanitária. Esta última tem servido de escudo para justificar os ataques e o descaso em relação à Ciência, à Tecnologia e à Educação, asfixiando as instituições de fomento à pós-graduação e à pesquisa, como a CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a FAPERGS. Os escassos recursos destinados à pesquisa no âmbito público, inclusive compartilhados com o setor privado, se apresentam antagônicos da finalidade de potencializar a inovação, o aumento da competitividade e produtividade das economias, impulsionando a busca de recursos no mercado. Para Simionatto (2005) tal perspectiva passa a direcionar os recursos e fragmentar ainda mais o já combalido sistema, através do discurso da “escassez” de recursos e da ampliação frenética das demandas. Os processos tecnológicos passam a condicionar o desenvolvimento econômico e a produção do conhecimento. Os produtos de pesquisa e de investigações realizadas por centros de excelência em pesquisa de referência nacional e internacional, passam a ser impugnados e desconsiderados em suas investigações, sem uma contraposição com justificativas que ultrapassem o senso comum.

Os cortes do orçamento nas áreas de Educação e Saúde, se tonam justificáveis para garantir o orçamento de outras esferas de governo consideradas prioritárias, superdimensionado em todos seus aspectos, como se a situação assim o justificasse. Isto somado às repetidas ameaças de suspensão da abertura de novas bolsas e do não pagamento de bolsas em todas as modalidades, devido à ausência de repasse de recursos para os órgãos, prejudicam o planejamento dos PPGs de Serviço Social. Além disso, a política

*DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.205-206

de priorizar bolsas de doutorado, rebaixa o nível de formação em mestrado para segundo plano.

Enquanto isso, merece destaque e reflexão o fato de que a CAPES elegeu como áreas prioritárias as Ciências da Saúde e as Engenharias. Tal fato representa o descaso e a discriminação em relação às Ciências Sociais e Humanas. Para o Serviço Social, pertencente à área de Ciências Sociais Aplicadas do CNPq, cujas pesquisas se localizam nas temáticas da política social, das condições de vida e trabalho da população brasileira e do exercício profissional, entre outros temas conexos, o volume de recursos destinado sempre foi insuficiente e agora se agravaram. Diante dos fatos, a tendência não é alentadora, considerando que a área tem sido permanentemente desqualificada e taxada de forma preconceituosa e discriminadora, dentre os domínios ideológicos. Garantir o fortalecimento da área e da perspectiva ético-política construída coletivamente pelo Serviço Social brasileiro exige resistência e sintonia fina nos encaminhamentos coletivos.

A produção desta obra, diante desta conjuntura, se reveste de importância, relevância e atualidade. Revela a capacidade do coletivo de docentes e discentes de se organizarem para enfrentar a complexidade que a vida remota nos impõe desde o início de 2020, somada a todas as dificuldades anteriormente apontadas. Trata-se de uma contribuição que vem somar a pós-graduação e a pesquisa em Serviço Social brasileira através da produção de novos conhecimentos articulados à sua prática, consolidando e qualificando o projeto ético-político-profissional da área. Nosso reconhecimento e reafirmação de que “nosso luto se transforma na nossa luta” a cada dia, na busca de reconhecimento e destaque ao Serviço Social e suas produções que embasam o compromisso com a categoria profissional. Nos fazemos presentes por esta luta e por nossa produção de conhecimento em prol de construções coletivas que anseiam por melhores condições de vida. Neste cenário, somos resistência!

Profa. Dra. Jussara Maria Rosa Mendes
Setembro de 2021
Jardim Botânico, Porto Alegre/RS

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Alzira Maria Baptista Lewgoy - Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Pós-Doutora em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga/Portugal. Professora associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora Produtividade 2 CNPq.

Ana Lúcia Suárez Maciel - Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora adjunta do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social da PUCRS. Pesquisadora Produtividade 2 CNPq.

Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira - Doutor em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista. Professor Titular da Universidade Federal do Pará.

Giovane Scherer - Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor no Instituto de Psicologia (curso de graduação em Serviço Social e Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador Produtividade 2 CNPq.

Gracielle Feitosa de Loiola - Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em exercício na Comarca de Vargem Grande Paulista/SP e Doutoranda em Serviço Social na PUCSP.

Inez Stampa - Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Pós-doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Coordenadora Adjunta Programas Profissionais Serviço Social na CAPES - Colégio Humanidades (quadriênio 2018-2022). Pesquisadora Produtividade 2 CNPq

Joana Valente Santana - Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutora pela Universidad de Buenos Aires/Argentina. Professora Associada III da Universidade Federal do Pará. Coordenadora adjunta da Área de Serviço Social na CAPES (2018-2022). Pesquisadora Produtividade 2 CNPq.

Jussara Maria da Rosa Mendes - Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutora em Serviço Social pela Universität Kassel/Alemanha. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Política Social e Serviço Social e Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora Produtividade 1A CNPq.

Luciana Cantalice - Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Pós-Doutora em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRN.

Marilda Villela Iamamoto - Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Titular (aposentada) da Escola de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora titular (aposentada) da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro atuando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Professora visitante na Universidade Federal de Juiz de Fora atuando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pesquisadora Produtividade 1A CNPq.

Moema Serpa - Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Associada da Graduação e Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba.

Olegna Guedes - Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do curso de graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina.

Raquel Raichellis - Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pós-Doutora pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professora assistente doutora da PUC-SP. Pesquisadora Produtividade 1D CNPq.

Regina Célia Tamaso Miotto - Doutora em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas e Pós-doutora pela Universidade de Perugia/Itália. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora Produtividade 1C CNPq.

Rodrigo Teixeira - Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense - Campus Rio das Ostras. Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), gestão 2021-2022.

Tatiana Reidel - Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Associada da Graduação em Serviço Social e Pós-Graduação em Políticas Sociais e Serviço Social da UFRGS.

Tatiane Agostinho Martins - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Assistente Social da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Thaís Closs - Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando no curso de graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social.

Solange Maria Teixeira - Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Professora associada na graduação em Serviço Social e na pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Pesquisadora Produtividade 1D CNPq.

Yolanda Guerra - Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Associada aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Pesquisadora Produtividade 1B CNPq.

Em tempos de avanço do ultraneoliberalismo, em que a pós-graduação e a pesquisa científica sofrem o mais violento ataque das forças conservadoras e retrógradas, é mais do que necessário resgatar a importância da formação pós-graduada em Serviço Social, seus desafios e perspectivas.

A criação da Pós-graduação em Serviço Social, que completou 50 anos em 2021, foi um passo decisivo rumo à maturidade científica e intelectual do Serviço Social brasileiro.

O livro que vem a público é uma contribuição mais do que oportuna para que a pesquisa que emana dos programas de pós-graduação em Serviço Social continue a irrigar a produção de conhecimentos solidamente fundada na teoria social crítica, comprometida com avanços civilizatórios rumo a uma sociedade igualitária e emancipada.

Tempo, história e memória são a matéria prima deste livro, um ato de resistência coletiva!

Raquel Raichelis

**Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da PUCSP**

**Nas comemorações dos 50 anos do 1º Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil**